

BOLETIM anped

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

11ª REUNIÃO ANUAL

**EM DIREÇÃO ÀS
NOVAS DIRETRIZES E BASES
DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Porto Alegre, 25 a 29 de Abril 1988

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

anped

BOLETIM

**Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação**

NOTA EDITORIAL

Como das vezes anteriores, este número do *Boletim ANPEd* é quase todo dedicado à uma reunião anual. No caso a 11ª, realizada em Porto Alegre, em abril do corrente ano, tendo como tema central *Em direção às diretrizes e bases da educação nacional*. Novamente anotamos que este tema geral foi escolhido pela sua importância e atualidade políticas. E mais uma vez a ANPEd se antecipa à discussão de aspecto fundamental, agora a nova lei de bases e diretrizes da educação nacional, cuja elaboração deve suceder-se à promulgação da nova Carta Constitucional, talvez ainda no ano corrente. E mais uma vez ainda o documento conclusivo de uma reunião anual da ANPEd é ponto-de-partida para a elaboração do documento básico a ser discutido na V CBE, que ocorrerá em Brasília, nos primeiros dias do mês de agosto próximo futuro.

A leitura atenta deste *Boletim*, permitirá constatar que, desta feita, os Grupos de Trabalho orientaram-se decididamente para contribuir nas discussões sobre o tema geral, e na elaboração do documento conclusivo. O específico de cada grupo, durante esta reunião, ficou em segundo plano. Isto não significa, em absoluto, uma diminuição das tarefas próprias de cada GT, mas as subordina a uma direção, que lhe dá um norte. Por outro lado, o movimento natural dos GTs, que desde a IX Reunião Anual procuram espaços para reunir-se em conjunto, não só foi valorizado, mas até privilegiado: as mesas-redondas constituíram-se oficialmente naquele espaço (que não impediu outros), encarregando-se de aprofundar aspectos fundamentais a serem contemplados pela nova lei de bases e diretrizes e comuns a vários grupos. Consolidou-se, assim, a estrutura das reuniões anuais, totalmente alicerçada nos Grupos de Trabalho e nas reuniões de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Vale destacar estas últimas. Aos poucos foram se ampliando e se incorporando à estrutura das reuniões anuais, como fórum de discussão dos problemas *da área*. Neste ano, os resultados da avaliação promovida pela CAPES e a maior consciência da importância e dos problemas da avaliação permitiram, pela primeira vez, uma discussão conjunta sobre os principais problemas, tendo como interlocutores os representantes oficiais das agências de coordenação da pós-graduação e de fomento à pesquisa.

Queremos observar, finalmente, que uma das formas de avaliar uma reunião é pelos seus produtos. Alguns deles estão reunidos neste *Boletim*. Por sua vez, o INEP encarregou-se de publicar as principais intervenções feitas nos Grupos de Trabalho e nas mesas redondas no *Em Aberto* dedicado à Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional, que será lançado na V CBE.

A Comissão Editorial

XI REUNIÃO ANUAL DA ANPEd
 Porto Alegre, 25 a 29 de abril de 1988
 Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Tema: Em direção às novas diretrizes e bases da educação

Período	Dia 25 – 2ª feira	Dia 26 – 3ª feira	Dia 27 – 4ª feira	Dia 28 – 5ª feira	Dia 29 – 6ª feira
9:00 às 12:00	<p><i>Reunião de Coordenadores de Programas</i>- análise dos relatórios de avaliação da CAPES</p> <p>de Grupos de Trabalho - planejamento da semana</p>	<p><i>Abertura dos trabalhos</i></p> <p><i>Instalação dos GTs</i></p>	<p><i>Grupos de Trabalho</i></p> <p>Idem 3ª feira – Tarde</p>	<p><i>Grupos de Trabalho</i></p> <p>Idem 3ª feira – Tarde</p>	<p><i>Assembléia Geral</i></p> <p>a) aprovação do documento conclusivo</p> <p>b) aprovação do relatório dos Conselhos Consultivo e Fiscal</p> <p>c) assuntos gerais</p>
14:00 às 17:00	<p><i>Reunião dos Coordenadores de Programas e GTs</i>, com representantes das agências (CAPES, CNPq, FINEP, INEP) e sobre Programa de Intercâmbio</p>	<p><i>Grupos de Trabalho</i></p> <p>Faculdade de Educação</p>	<p><i>Mesas-redondas (simultâneas):</i></p> <p>1. Educação e Trabalho (Arquitetura)</p> <p>Miguel Arroyo (Coord.)</p> <p>Maria Nobre Damasceno</p> <p>Maria Aparecida Franco</p> <p>2. Legislação e criança</p> <p>Ana Lúcia Goulart</p> <p>Carmem Craidy</p> <p>Marisa Rivaldo</p> <p>Tereza Gally</p> <p>Sonia Kramer</p> <p>Felícia Madeira</p>	<p><i>Mesas-redondas (simultâneas):</i></p> <p>3. Educação de Adultos</p> <p>Sergio Haddad</p> <p>Celso R. Beisiegel</p> <p>Célia Pezzollo</p> <p>Nilton B. Fischer</p> <p>4. Questões atuais da Universidade (Direito)</p> <p>Maria de Lourdes Fávero</p> <p>Glaura de Miranda</p> <p>Carlos Roberto Cury</p> <p>Miriam Krasilchick</p> <p>5. Formação do Educador</p> <p>Nilda Alves, Célia Linhares, Márcia Aguiar</p>	<p><i>Reunião do Conselho Deliberativo da ANPEd e do Conselho Fiscal</i></p>
18:00 às 20:00	<p>Abertura solene Educação e Constituinte</p>			<p>Churrasco</p>	<p>Plenária</p> <p>Conclusões GTs</p>

TEMA GERAL**Sessão de Abertura da XI Reunião Anual da ANPEd
(Porto Alegre, 25 de abril 1988)**

A Sessão de Abertura da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi aberta pelo presidente da entidade, Prof. Osmar Fávero, que justificou a ausência dos Deputados Constituintes Hermes Zanetti e Jorge Hage. Convidados a apresentarem uma análise das questões políticas que envolveram a elaboração da nova Constituição e que certamente determinarão a feitura de leis complementares – especialmente as relativas à educação e ao ensino –, o não-comparecimento de ambos deveu-se à ocorrência simultânea do debate sobre o importante capítulo da Ordem Econômica, na Constituinte.

Foram chamados para compor a mesa: Prof. Alceu Ravello Ferrari, Diretor da Faculdade de Educação da UFRGS; Dr. Edson Machado de Souza, Diretor da CAPES; Dr. Manuel Marcos Maciel Formiga, Diretor-Geral do INEP; Profa. Luiza de Sá Moreira, representante do CNPq; Profa. Isaura Belloni, da UnB e representante da ANPEd no Fórum da Educação na Constituinte; Prof. Héglio Trindade, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS; Maria Beatriz Luce, da UFRGS e Presidente da ANPAE; Ivani Pino, da Unicamp e Presidente do CEDES; e Prof. Nilton Bueno Fischer, Coordenador da Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

Em seguida, a presidência da mesa foi passada ao Prof. Alceu Ravello Ferrari, que cumprimentou os presentes, apresentou as boas-vindas em nome do Reitor da UFRGS, Prof. Francisco Luiz dos Santos Ferraz, e destacou a satisfação da Universidade em sediar a XI Reunião Anual da ANPEd. Como Diretor da Faculdade de Educação e em no-

me dos professores, alunos e funcionários, o Prof. Alceu Ferrari salientou que o encontro, já importante por ser da ANPEd, pelo momento político e pelos temas programados, se inseria numa seqüência de eventos apoiados pela Faculdade de Educação, numa tentativa de estar mais presente nos acontecimentos.

O Prof. Osmar Fávero fez breve relato, situando a XI Reunião Anual:

“A ANPEd, na presente gestão, realizou três reuniões cuja marca distintiva foi a busca de equilíbrio entre o trabalho acadêmico e o político, referido basicamente à Constituinte e, no momento, à LDB. O trabalho acadêmico fica basicamente referido às reuniões de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, que estudam os problemas da pós-graduação da área, inclusive com a presença de representantes das agências de coordenação e fomento à pesquisa. E se completa com as discussões dos Grupos de Trabalho, cada qual com sua programação específica e os quais, paulatinamente, estão procurando integrar e complementar mutuamente seus esforços. A dimensão política por sua vez, foi ganhando um espaço muito grande nas reuniões anuais e tem sido às vezes criticada, como se estivesse sendo colocada acima da dimensão acadêmica. Com tranquilidade, afirmo que temos conseguido um equilíbrio entre estas duas dimensões.

Há dois anos passados, na IX Reunião Anual, realizada no Rio de Janeiro, a sistemática de organização daquele encontro objetivava a elaboração e aprovação de um documento final que fosse ponto de partida do Manifesto da IV CBE. Efetivamente, após muitas discussões, foi aquele documento transfor-

mado não só na Carta de Goiânia como na proposta que o Fórum da Educação levou como depoimento e plataforma de defesa do ensino público, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Ao final da IV CBE, alguns sócios propuseram assumíssemos como tema geral para a XI Reunião Anual, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, antecipando-nos às discussões que certamente ocorreriam após a Constituinte. Num ano de crises, pouco se conseguiu adiantar em relação ao assunto,

em termos de preparação. O resultado dos trabalhos dos GTs e das mesas-redondas, que aprofundarão os temas mais gerais, constituir-se-ão em uma “colaboração possível” ao tema, neste momento, e novamente poderá ser ponto de partida para o documento-base da V CBE, que será realizada em Brasília, de 2 a 5 de agosto do corrente ano.”

Em seguida, foi dada a palavra à Profa. Isaura Belloni, para apresentar relato sobre os trabalhos do Fórum.

Relato sobre o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa da Escola Pública e Gratuita, proferido pela Profa. Isaura Belloni, na Sessão de Abertura da XI Reunião da ANPEd.

“Tenho grande satisfação em falar para esta platéia, em particular devido ao assunto, com o qual estive envolvida durante mais de um ano, representando a ANPEd, juntamente com outros companheiros, e especialmente porque sou egressa desta Casa: fiz meu curso de graduação na Faculdade de Filosofia e tive oportunidade de trabalhar durante seis anos na UFRGS. Sinto-me muito à vontade em poder fazer, não uma conferência, mas um relato da experiência do Fórum da Educação na Constituinte, do qual participei, e trazer minha avaliação pessoal – não da Diretoria da ANPEd, nem de seus associados – acerca dessa experiência. Vou cometer a ousadia não só de relatar, mas principalmente de analisar alguma coisa que está acontecendo: somos participantes da história e estamos fazendo uma reflexão sobre ela, inclusive tentando identificar para onde vamos, a partir de nosso trabalho no presente.

Também é muito grande minha satisfação por estar ao lado do Reitor eleito dessa Universidade, Prof. Alceu Ravello Ferrari, que representa, em termos de minha atividade como professora na UFRGS e secretária da Associação de Docentes, o coroamento de um movimento em busca da democratização

dos processos de tomada de decisão da universidade brasileira – meu objeto de participação política e trabalho acadêmico.

Com relação ao Fórum, gostaria de dividir minha fala em dois momentos: no primeiro, farei um relato sobre a forma como este se constituiu e sobre algumas de suas atividades mais importantes; no segundo, submeterei aos presentes, minha avaliação sobre os acertos, as vantagens e o impacto político do Fórum, além de identificar equívocos e dificuldades do encaminhamento dessa luta, por parte das entidades que o constituíram.

Não se pode analisar essa experiência fora de uma perspectiva histórica mais ampla, que é a luta pela escola pública no Brasil. Chamo a atenção para dois aspectos: os princípios que têm orientado esta luta e três momentos que me parecem importantes para sua compreensão.

Não vamos fazer uma longa viagem no passado. Do início da década de 60 até hoje, trava-se no País uma luta constante pela escola pública, basicamente caracterizada pela busca da democracia do acesso e da qualidade do ensino para toda a população. Estes princípios básicos são mais ou menos enfatizados conforme o momento – deles são feitos

leituras ligeiramente diferenciadas, dependendo de quem são os atores participantes dessa luta e conforme os locais de onde falam –, embora sempre haja uma perspectiva de luta e de pressão às autoridades constituídas, no sentido da efetiva implantação de uma escola pública de boa qualidade neste País.

Nessa luta, três momentos se destacam: 1º) a Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, ao final da década de 50 e início de 60; 2º) a resistência da UNE, ainda em 60, na qual a discussão do tema de reivindicação da escolaridade pública era constante; 3º) na década de 70 – sobretudo a partir de 1975, início do movimento docente –, com a criação das associações de docentes nas Universidades, de início nas instituições oficiais, que também têm como bandeira a luta pela escola pública, não só a nível de 3º grau. Neste momento cabe destacar ainda o ressurgimento da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), entidade mais antiga mas que passou então a se empenhar fortemente na luta pela escola pública, principalmente com a participação de Hermes Zanetti – hoje deputado federal, presidente dessa entidade em momentos passados.

Prof. Osmar já encaminhou os antecedentes próximos da constituição do Fórum; vou apenas retomar brevemente o assunto para deixar bem claro os argumentos sobre os quais me apoiarei em minha análise, a respeito de sua constituição e de seu desenvolvimento.

Na IX Reunião da ANPEd, realizada em junho de 1986, aprovamos um princípio muito claro: o da exclusividade da destinação das verbas públicas às escolas públicas. Foi um marco significativo no movimento da luta pela defesa da escola pública. Mas, naquele momento, muitos ficaram preocupados. Lembrome de ouvir alguém dizer: “Acabamos de fechar a PUC/SP” – instituição que tantos serviços tem prestado à boa qualidade da formação de recursos humanos para a educação brasileira e que tanto tem contribuído, do

ponto de vista político, na incorporação de muitos professores que foram cassados das universidades públicas, em diferentes momentos da nossa história...

A Carta de Goiânia, elaborada em setembro de 1986, na IV CBE, chegou a nível de detalhes bastante específicos e relativamente aprofundados a respeito das reivindicações referentes ao sistema público de ensino e à educação em geral. A partir desse documento, foram feitas algumas tentativas no sentido de constituir uma ação coletiva e organizada em face das mudanças que a Constituinte traria ao sistema educacional brasileiro. Por outras vias, durante o mês de novembro tentou-se a constituição do Fórum; no entanto, por várias razões, as poucas entidades que tomaram esta iniciativa, principalmente a ANDES, não conseguiram estabelecer uma base de ação, naquele final de ano. Foi somente quando a Constituinte se instalou, no mês de fevereiro de 1987, que o Fórum teve condições históricas de se viabilizar.

Essa instalação foi feita de forma não muito sistemática. Algumas entidades ligadas à área da educação foram chamadas, outras não, mas aos poucos foram sendo incorporadas pelas que já integravam o grupo. A dificuldade inicial de organização derivou, na verdade, do fato de que as entidades que se agregaram para organizar uma estratégia sistemática de pressão junto à Constituinte não possuíam princípios explicitamente comuns quanto às questões da educação. Havia apenas um suposto de que podiam trabalhar juntas; de que partilhavam de ideais ou princípios comuns com vistas àquilo que deveria ser o conteúdo do capítulo sobre a educação e de alguns outros detalhes, no texto da Constituição a ser elaborado.

Assim, foi um pouco problemático o início do Fórum, tanto devido a essas questões, quanto porque o que era importante para a ANPEd, o CEDES e a ANDE – o problema da

exclusividade da destinação da verba pública – não era um ponto consensual para todas as entidades presentes. Havia uma ênfase nos princípios gerais mencionados antes: escola pública gratuita, laica, de boa qualidade, em todos os níveis e para todos. Esta proposta básica era, em princípio, aceita por todas as entidades; contudo, no momento da operacionalização e do detalhamento, havia diferenças.

O Fórum foi se constituindo enquanto definiu, ao mesmo tempo, seus objetivos e sua prática de trabalho. De início, os objetivos estavam claros: organizar uma mobilização de caráter nacional para estabelecer quais os princípios que deveriam integrar o texto constitucional, e fazer dessa mobilização uma pressão direta aos constituintes, mostrando a perspectiva dos educadores e participantes do processo educacional, com respeito a nossa área de atividade.

As entidades que integravam o Fórum indicavam claramente que não havia uma preocupação corporativa; não eram apenas professores defendendo sua área de atividade; havia clara intenção de buscar, em outros segmentos da sociedade, apoio, força e legitimidade. Dessa forma, a proposta encaminhada pelo Fórum aos parlamentares constituintes não deveria contemplar reivindicações corporativas, mas representar proposta de caráter social mais amplo.

A seguir, os representantes das entidades constituíram pequenas comissões, de uma das quais participei, a fim de proceder a um levantamento das propostas já aprovadas nas instâncias básicas de cada uma – assembleias ou conselhos específicos –, compatibilizando-as com vistas à elaboração de um texto que expressasse as perspectivas comuns.

Este trabalho foi bastante demorado, devido à uma decisão tomada pelo conjunto destas entidades: o texto deveria expressar o resultado do consenso de todas, não apenas de

uma maioria; e deveria corresponder integralmente aos princípios e perspectivas que cada uma das entidades havia discutido e aprovado, ao nível de suas instâncias específicas.

Este é um aspecto importante do Fórum: o trabalho que fez de coordenação da mobilização, e o trabalho que fez de construção de uma proposta, objeto das assinaturas das emendas populares, não foi um trabalho de cúpula das entidades; resultou de longa discussão, desenvolvida durante longo período, e da confluência e do senso comum, encontrados a duras penas.

Como mencionei, no início dos trabalhos encontramos uma dificuldade muito grande: a posição da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) com relação ao princípio básico de destinação das verbas públicas que havíamos aprovado na Reunião Anual da ANPED. Faço esta crítica muito à vontade, por ser eleitora da atual diretoria da ANDES e por ter participado do Congresso no qual aquela decisão foi tomada; em janeiro de 1987, a ANDES realizou seu Congresso Nacional em Goiânia. Nesta, a proposta da destinação exclusiva da verba pública à escola pública foi derrotada – perdemos de 60 contra 65 votos, o que expressa um momento da trajetória do movimento docente a nível nacional – o qual, como apontava antes, tinha como bandeira, desde sua constituição inicial, a luta pela escola pública.

Sabemos que atualmente a maioria das instituições de ensino superior no Brasil é de caráter privado. No entanto, não foram os delegados das entidades privadas que determinaram esse resultado. O número de votos contra a proposta era bem maior que o de votos de delegados e representantes das instituições particulares – isto porque, apesar de ser menor o número de instituições do setor público, o número de delegados dessas instituições era maior exatamente em função do maior número de professores (por questão de

proporcionalidade da representação no Congresso da ANDES).

Isto atrasou praticamente um mês o andamento inicial dos trabalhos do Fórum. A ANDES necessitou rever essa posição e o fez com muita habilidade política: a discussão foi encaminhada em março num CONAD (Conselho da entidade), e um mês depois foi realizado um Congresso específico para analisar a questão, na perspectiva política da educação na Constituinte. A partir desse momento, a ANDES se incorporou efetivamente ao Fórum, passando a ser uma das entidades fortes no encaminhamento dessa bandeira.

Definidos os objetivos da mobilização popular e da realização de pressão direta e cotidiana, se possível, junto aos parlamentares, foram estabelecidas ações prioritárias, tais como: sistematização das propostas das entidades, como já foi mencionado, no sentido de serem traduzidas em documento que pudesse ser submetido à assinatura com o objeto das emendas populares; realização de atos públicos, no Congresso e em outras partes do País, com apoio das entidades integrantes do Fórum e de associações congêneres; lançamento do próprio Fórum no Congresso Nacional, em princípio de abril; e entrega das assinaturas colhidas no Brasil inteiro — esta última o fato político mais importante.

Para seu funcionamento, o Fórum organizou uma Secretaria Executiva, usando como base a sede da CPB e procurando, a partir daí, fazer uma coordenação de suas atividades. Além disso — e esta foi a prioridade da ação de algumas entidades —, foram organizadas diversas caravanas que compareciam ao Congresso Nacional, em vários momentos, dentro do encaminhamento das ações da Subcomissão 8, onde começam as discussões da educação; depois, no trabalho da Subcomissão e da Comissão 8; e o acompanhamento posterior, fazendo sempre uma análise dos tipos de emendas que os parlamentares estavam propondo em relação

à questão da educação e discutindo alternativas de encaminhamento com os parlamentares interessados em aceitar nossa contribuição.

Estes trabalhos ocuparam todo o ano de 1987. Em 1988, o Fórum realizou apenas uma reunião: no mês de fevereiro fez uma convocação, junto com outras entidades de âmbito nacional, para o evento político que foi chamado "O abraço ao Congresso". Aproveitando a oportunidade da presença dessas entidades em Brasília, realizou-se a única reunião do ano em curso. No momento, o Fórum está com dificuldades de quórum, encontrando obstáculos para continuar o trabalho que no ano passado conseguiu levar num nível de organicidade e integração bastante razoável.

Gostaria agora de submeter aos presentes minha avaliação pessoal da experiência vivida pelas entidades que se organizaram para a continuidade e intensificação da luta pela escola pública.

A meu ver, a estratégia formulada e operacionalizada foi adequada. O que as entidades da área de educação poderiam ter feito em termos de mobilização, análise de emendas e oferta de subsídios para discussão com os parlamentares foi desenvolvido de forma muito eficiente e bastante ágil. É certo que, com sua forma de trabalho — a partir do consenso acerca de propostas já desenvolvidas e analisadas nas bases de cada uma das entidades — o Fórum se constituiu numa instância que teve influência junto aos parlamentares. Os representantes das entidades eram sistematicamente procurados para emitir suas opiniões e contribuir para a avaliação do processo de elaboração dos diversos documentos parciais da Constituinte. O impacto inicial foi bastante forte e o presidente de uma das entidades me dizia, há pouco tempo, que estas pareciam ter mais força do que na verdade tinham.

Foi muito bem recebida e considerada bastante positiva, pelos parlamentares cons-

tituintes a organização de um significativo número de entidades de caráter acadêmico, por um lado, e de caráter sindical, por outro, bem como o fato de que suas propostas não eram elaboradas por um grupo, em gabinete, mas eram propostas discutidas e aprovadas nas várias instâncias das diferentes entidades.

Entretanto, parece-me que o Fórum não conseguiu cumprir totalmente sua tarefa. Estaria passando agora pelo que eu chamo de "processo de crise" que se manifesta na mudança de estratégia de trabalho, não na alteração dos princípios a partir dos quais se organizou. Esta crise se manifesta pelo fato de as entidades não atribuírem ao Fórum, neste momento, suficiente importância a ponto de comparecerem às reuniões; e como todas as suas atividades dependem do consenso das entidades, não havendo quórum nas reuniões, o Fórum não existe, não tem condições de trabalho.

Tentar responder porque chegamos a este ponto é de fundamental importância, para que possamos vislumbrar as formas de atuação que precisamos levar à frente na continuidade da luta a favor da escola pública, agora com vistas à Lei de Bases e Diretrizes, já nos próximos meses. É possível que as dificuldades do Fórum resultem particularmente de alguns fatores básicos – entre eles, a questão das diferenças de encaminhamento que as entidades possuem. A exigência de que todas as decisões fossem tomadas em consenso, ainda que contivesse um apelo democrático muito interessante, dificultou muito o trabalho. Esta pequena suspeita de que não pensamos exatamente da mesma maneira permaneceu durante todos os eventos e iniciativas que o Fórum desenvolveu em 1987.

A razão dessa dificuldade decorre também do fato de que nós, **entidades da sociedade civil**, não temos uma experiência de trabalho conjunto. Talvez a única experiência realmente significativa desse tipo de trabalho seja

a CBE, na qual três entidades têm superado as dificuldades e conseguido realizar esse evento periodicamente.

Assim, chego à conclusão de que nossa prática política dentro do Fórum foi marcada pela arrogância, que se manifestava de duas maneiras: nós, acadêmicos, com a "arrogância do saber", resultante da reflexão, da pesquisa e do debate; e as entidades chamadas sindicais, com a "arrogância do tamanho" e da representatividade. Qual a representatividade da ANPEd, do CEDES ou da ANDE, comparada com a CGT, CUT, UNE e principalmente com a CPB e a ANDES, entidades que têm discutido questões educacionais nas suas várias instâncias e que assumiam essa atitude que chamo "arrogância do tamanho"? Essa falta de experiência para o desenvolvimento do trabalho político marcou os trabalhos do Fórum.

Se minha avaliação está correta, uma análise profunda e uma autocrítica dessa forma de atuação conjunta precisam ser feitas para podermos definir como trabalhar na próxima etapa. O Fórum tem vigência limitada: nossa bandeira, não. Precisaremos continuar desenvolvendo um trabalho em defesa da escola pública na legislação complementar, a partir dos princípios aprovados na Constituição, os quais – podemos prever – não serão totalmente compatíveis ou favoráveis às propostas encaminhadas pelo Fórum.

Outro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção foi a constatação feita por alguns de nós quando examinamos mais de duzentas emendas submetidas pelos parlamentares da Subcomissão de Educação, Cultura e Desporto: apenas um parlamentar subscreveu exatamente as emendas objeto das assinaturas colhidas na campanha de mobilização popular. E isto por uma coincidência de caráter pessoal – a chefe do gabinete da liderança do partido do parlamentar é minha amiga pessoal e me perguntou o que o Fórum havia decidido. Isto foi feito não só em

relação à educação: ele estava sistematicamente buscando encaminhar as propostas vindas da sociedade civil que trabalhavam os assuntos específicos.

Por que nossos parlamentares agiram assim? Nesse momento gostaria muito que Zanetti estivesse aqui — já fiz esse comentário diante dele, mas nesta platéia é diferente. Eles fizeram várias emendas convergentes com as propostas do Fórum; não estavam negando essas propostas, absolutamente, mas todos redigiram propostas de cunho próprio. Insisto: dentro das perspectivas e objetivos das entidades, mas com caráter próprio. Isto nos leva a pensar sobre qual é efetivamente nosso papel no processo de elaboração de um texto legal ou constituinte, no caso. É minha interpretação que a estratégia muito personalizada de cada parlamentar constituiu-se numa bandeira e esse fato levou a um certo enfraquecimento do Fórum, enquanto organização sistemática de uma força popular em relação à causa.

Por outro lado, algumas entidades passaram a desenvolver outra estratégia, que estava presente em uma proposta de mobilização, e que se intensificou ao longo do segundo semestre de 1987: o "corpo-a-corpo". A força de mobilização política passa mais pelo contato direto e pessoal do que efetivamente pela mobilização popular — e o Fórum havia sido constituído com este último objetivo.

Em minha interpretação, nossa dificuldade de trabalhar coletivamente como entidades que têm finalidades, princípios e objetivos comuns, aliada ao fato de não sabermos ainda como trabalhar junto aos parlamentares, nem eles saberem como agir em relação à presença das entidades, são fatores responsáveis pelas dificuldades que o Fórum enfrenta neste momento final da Constituinte.

O problema da falta de quórum nas reuniões é claro indicador de que as entidades não estão mais investindo seu tempo e seus

recursos no Fórum; estão realizando, na medida de seus interesses e suas possibilidades, outros tipos de atuação; algumas delas, principalmente a CPB e a ANDES, desenvolvem com muita habilidade e eficácia o "corpo-a-corpo".

O Fórum da Educação na Constituinte, esta organização de entidades, este trabalho integrado que se tentou fazer se encerrará no momento em que terminarem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Ficam as perguntas: como deverá continuar a luta pela escola pública? como deverão agir as entidades que têm nessa bandeira um dos seus princípios?

Tenho como perspectiva pessoal que algum tipo de coordenação da ação deve ser tentado. Devemos continuar procurando trabalhar juntos e talvez não devemos ter uma estrutura tão rígida quanto a do Fórum que, para decidir sobre a cor do papel a ser usado num manifesto ou sobre o texto exato de uma circular, precisa de quórum na reunião e de uma maioria significativa (neste caso, não se trata obviamente de consenso). Instituímos uma estrutura muito rígida por falta de confiança política nos companheiros das entidades congêneres. É preciso, sim, que se constitua uma alternativa de trabalho organizado, que envolva mobilização popular e uma reflexão e apresentação de subsídios muito específicos a respeito do que queremos ver contemplado no texto da legislação. Devemos, porém, fazê-lo de forma mais democrática, com maior grau de confiança política e, portanto, com mais eficiência.

Encerro aqui. Como disse inicialmente, não pretendi fazer uma conferência, mas trazer o relato de uma experiência que vivi e estou vivendo e fazer sobre ela uma avaliação e autocrítica, as quais me reservo o direito de rever no futuro. Gostaria que os presidentes da ANPAE e do CEDES, aqui presentes, complementassem a minha fala."

Prof. Maria Beatriz Luce
Presidente da ANPAE

"Agradeço esta oportunidade de podermos juntos conversar e tentar aprofundar a análise sobre a experiência do Fórum da Educação, para que possamos reconhecer lições do que fazer e do que não fazer daqui para frente.

Falo na condição de presidente da entidade: pela estrutura da ANPAE, decidiu-se que esta seria representada, no caso, por sua Presidência, dada a envergadura do tema, diferentemente da ANPEd, que por já ter um trabalho disseminado sobre a questão da Constituinte, se fez representar através de Isaura Belloni e Jacques Velloso.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar Isaura pela retrospectiva que fez, trazendo, nos pontos assinalados, aquilo que tem sido objeto de nossas preocupações. Como contribuição ao entendimento das causas dessa nossa "paralisia" atual, no entanto, teria outra perspectiva, que gostaria de acrescentar às explicações apresentadas.

Ficou-me a idéia – e talvez Isaura não tenha tido essa intenção – de que as dificuldades que tivemos foram decorrentes apenas das diferenças de encaminhamento entre as entidades. Entretanto conseguimos superá-las com a convivência, muitas vezes difícil, entre a "arrogância do intelectual" e a "representatividade do número" da ANDES e da CPB. Ficou, porém, faltando uma análise do comportamento de nossos oponentes.

Isaura narrou a trajetória de nosso movimento como se tivéssemos tentando construir a defesa da escola pública no vazio, como se os Deputados Constituintes não tivessem compromissos anteriores, e não houvesse um trabalho de outros grupos que se opuseram às nossas idéias. Considero que além de nossas diferenças, além de nossa articulação, muitas das dificuldades – inclusive as que determinaram a mudança de estratégia para o "corpo-a-corpo" – foram devidas ao

surgimento e à articulação de um forte grupo de oposição a nossas propostas, especialmente no que dizia respeito a verbas públicas exclusivamente para a escola pública.

Nossos rumos foram, em determinado ponto, fortemente influenciados pela articulação e pelas surpresas que esta oposição nos causou; diria eu, condicionadas em grande parte também pela surpresa que causamos a ela, como articulação. No primeiro momento, no início do funcionamento da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, nós os surpreendemos com o lançamento de um documento e por termos conseguido nos fazer ouvir nas audiências públicas dessa Subcomissão; mas eles nos surpreenderam mais adiante, no dia da votação da grande Comissão, quando a Educação se juntou à Ciência e Tecnologia, e à Comunicações. Foram diferenças de estratégia, manobras de personagens diferentes, mas o trabalho da oposição faz parte deste contexto de análise e determinou também nossa estratégia.

Diria ainda que a adoção do "corpo-a-corpo", que muitas de nossas entidades passaram a fazer a partir do segundo semestre de 1987, também decorreu da aprendizagem que se fez com o grupo de oposição e com os próprios parlamentares. Isaura tem razão: eles são muito suscetíveis a compromissos e sentem mais esta prática do que a prática que propomos: a da decisão coletiva e a da grande articulação política; esta não é a tradição política da nossa cultura e não é o que tem dado certo para o grupo de oposição.

Acrescentaria ainda, nesta análise, que algumas das dificuldades não decorrem do relacionamento entre as nossas entidades ou da "paralisia" dos momentos finais; decorrem, sim, da falta de fôlego que tenho sentido, devido à estrutura política e administrativa das nossas próprias entidades. É preciso, então, partir para um outro nível de análise: como se faz a força política, a força administrativa e a difícil situação financeira das associações.

Não temos recursos financeiros para pagar *staff* administrativo e acabamos fazendo várias tarefas que necessariamente não seriam de nossa alçada. Faltam-nos recursos, inclusive, para estarmos presentes em Brasília. A questão política vai evoluindo e falta-nos um ponto de apoio cotidiano para acompanharmos as posições que evoluem.

Espero ter contribuído para o aprofundamento de nossa análise e para que possamos continuar o movimento proposto."

Profa. Ivani Pino Presidente do CEDES

"Na qualidade de Presidente do CEDES, agradeço à ANPEd o convite para participarmos deste encontro, e ter oportunizado, inclusive, nossa presença aqui. Quero demonstrar nosso desejo de que a reunião seja extremamente frutuosa, sobretudo pelo caráter político de que se reveste. Caráter este evidenciado pelo tema *Em direção às novas diretrizes e bases da educação nacional*, e que será também o tema da V Conferência Brasileira de Educação.

Falando em nome do CEDES, gostaria de fazer uma observação inicial: quem acompanhou os trabalhos do Fórum, representando o Colegiado de nossa entidade, foi Elisabeth Pompeo de Camargo; e nossa representante em Brasília foi Maria Francisca. Meu conhecimento sobre o Fórum baseia-se nos relatos e nas análises feitas por estas pessoas em nossas reuniões.

O momento da entrega das emendas ao Congresso Nacional, que considero um dos mais importantes, levou-me a determinadas reflexões que fortalecem as que foram feitas por Isaura e também vão ao encontro daquelas feitas pela Maria Beatriz. A participação de nossas entidades, conhecidas como acadêmicas, juntamente com as entidades de massa, evidenciou um "divisor de águas".

A meu ver, a possibilidade de uma posição

mais forte das entidades que constituíram o Fórum e mais especificamente da ANDE, do CEDES, e da ANPEd, foi a Carta de Goiânia, redigida na IV CBE. Tivemos, evidentemente, necessidade de desenvolver um posicionamento de negociação muito forte para atingirmos o consenso que se procurava, mas foi a existência dessa Carta que evitou a volta a nossas bases e fortaleceu sobremaneira nossa presença no Fórum e a presença do Fórum junto à Constituinte.

Na análise feita por Isaura, ficou marcada a natureza diferente das entidades que compuseram o Fórum. ANDE, ANPEd e CEDES - ao lado das quais coloco também a ANPAE, teriam a "força" da contribuição acadêmica, enquanto a "força" da ANDES e do CPB, entre outras, se colocava sobretudo na possibilidade de mobilização das massas.

Não vou me prender à análise do Fórum. Isaura analisou-o bem e Maria Beatriz colocou situações muito significativas e importantes. Quero insistir sobre uma questão fundamental: a do financiamento. Nossas entidades sobrevivem com a participação e contribuição dos sócios. Algumas delas, como é o caso do CEDES, têm compromisso de fornecer publicações aos associados. Esta é uma situação difícil: quando o CEDES não podia financiar passagens para os necessários deslocamentos, tínhamos de solicitá-las à Unicamp. Sei que a ANDE contou com a colaboração de Secretarias do Estado e a ANPEd mobilizou verbas de agências federais.

Essa é uma questão fundamental, porque dela depende a continuidade do nosso movimento, sobretudo após a V CBE, com vista à elaboração da LDB: luta pela escola pública, não só em termos de princípios, mas de controle de verbas, na questão da municipalização, da participação da Federação, estados e municípios, e outras questões tão complexas quanto estas. Se, de um lado, temos força acadêmica, de outro a necessidade da

mobilização de educadores terá de ser extremamente forte, porque não temos as facilidades de determinados "lobbies" do ensino particular."

Prof. Osmar Fávero lembrou ainda que houve algumas atividades paralelas ao Fórum que é bom ter presente, nesta análise. Uma delas teve forte ressonância: A SBPC construiu ela mesma um documento mais amplo, sobre a ciência, educação, tecnologia e cultura, incorporando os documentos setoriais de várias associações científicas. No caso da educação, assumiu a Carta de Goiânia como sua proposta. Embora a SBPC tenha dado apoio ao Fórum, tanto quanto a OAB e outras entidades, ela se constituiu num fórum próprio. E, no momento das audiências públicas, fez-se ouvir pela Comissão da Constituinte através de sua Diretoria e associados. Luiz Antônio Cunha foi convidado a falar sobre a proposta de educação, e o fez evidentemente assumindo os mesmos princípios nossos.

Outro desdobramento foram os fóruns estaduais e municipais. Em alguns estados, o trabalho foi intenso, inclusive pressionando os deputados locais, em suas bases. Um bom exemplo é o fórum do Pará. A Profa. Maria Cândida nos pediu para relatar o trabalho realizado.

Comunicação da Profa. Maria Cândida Mendes Forte, Diretora do Centro de Educação da UFPa sobre o Fórum Paraense de Educação

"Na tentativa de colaborar na determinação de nova ordem social, política e econômica para o país, através da construção da nova Constituição, a Universidade Federal do Pará criou o Centro de Estudos e Acompanhamento à Constituinte (CEAC-UFPa) com o objetivo de incentivar discussões internas, por áreas do conhecimento. Procurou ainda contribuir para o processo mais amplo de discussão nacional, por intermédio do Grupo de

Assessoramento à Constituinte em questões da Amazônia.

Por sua vez, os professores do Centro de Educação, desde 1986, vinham discutindo internamente e participando de diversos encontros nacionais, principalmente de IV CBE e das Reuniões Anuais da ANPEd. A partir da criação de um grupo de estudos próprios e do engajamento no Centro de Estudos e Acompanhamento à Constituinte, o Centro de Educação vivenciou os seguintes momentos de efetiva participação:

a) na Mesa Redonda sobre "As Constituições e a Educação Brasileira", promovida em junho de 1986, por esse Centro;

b) na Semana destinada a discutir "A Constituição e a Criança", promovida pela SEDUC, em agosto de 1986;

c) na Assembléia Geral do Centro, em setembro de 1986, sobre o "Manifesto do Educador" apresentado na IV CBE e transformado na "Carta de Goiânia";

d) na IV Semana de Pedagogia, em setembro de 1986, organizando a Mesa Redonda sobre "Educação e Constituinte";

e) no II Encontro de Orientadores Educacionais (maio de 1987), participando da mesa redonda sobre "O compromisso do orientador educacional no momento da Constituinte";

f) na X Reunião Anual da ANPEd, em maio de 1987, cujo tema central foi Educação e Constituinte, com registro de suas posições analisadas a partir do Relatório da ANPEd e apresentadas;

g) no segundo momento da Constituinte, em maio de 1987 em Brasília, através do Grupo de Assessoramento às questões de Amazônia e CEA-UFPa;

h) no II Encontro Estadual dos Alunos de Pedagogia (julho de 1987), na mesa redonda sobre "Educação e Ideologia - Educação e Constituinte";

i) junto ao Grupo de Assessoramento à Constituinte para Assuntos da Amazônia e participando, por seu intermédio, nas discussões com os parlamentares, representantes deste Estado na Comissão de Sistematização, em junho de 1987;

j) na elaboração de emendas ao anteprojeto da Constituição, em julho de 1987, reafirmando posições quanto à utilização de verbas públicas para o ensino público; ao ensino público universitário gratuito; à garantia de materialização da Constituição nas leis complementares; ao ensino público laico; à participação do órgão representativo dos integrantes do processo educativo e da sociedade na elaboração do Plano Nacional da Educação;

Esses momentos de reflexão procuram revelar que é:

a) disposição de todos nós educadores fazer incorporar à Constituição medidas que assegurem a concretização dos anseios e o atendimento das necessidades educacionais de toda a população brasileira;

b) responsabilidade de cada um de nós não deixar passar o momento histórico que hoje vivemos sem o registro e a luta organizada em prol das nossas reivindicações de classe;

c) este o momento para pensar e agir na construção da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, onde se vejam contemplados os vários níveis de ensino, de modo articulado, configurando um verdadeiro Projeto Político de Educação Nacional;

d) necessária a organização estadual e regional, dos profissionais de educação, com visitas à mobilização nacional pela democratização da educação.

A partir do 2º semestre de 1987, o Centro de Educação organizou o *Forum Paraense da Educação* do qual fazem parte, além da Universidade, as Secretarias de Educação, ou-

tras Instituições de Ensino Superior, Instituições de Ensino Médio e Básico, Escolas Comunitárias, DCE e Diretórios Acadêmicos das diversas Instituições, Associações de Bairros e Associações de Classe. Este Fórum realizou:

a) discussões com professores, alunos e funcionários da UFPa, visando sua aprovação pelo Conselho do Centro (agosto de 1987);

b) discussões com a administração superior da UFPa (Reitor, Proex, Proeg – agosto e setembro);

c) divulgação da idéia a todos os setores da Universidade e no NPI, em reuniões com administração, serviços técnicos, coordenadores de área e de cursos (agosto e setembro);

d) mesa redonda sobre “Educação e Constituição”, no Seminário de Pedagogia, promovido pelo Centro Acadêmico das Faculdades Integradas do Colégio Moderno – FICOM (agosto);

e) mesa redonda sobre “Educação: perspectiva e alternativas”, na VII Semana de Pedagogia do DACE-UFPa, II do CAPED-FICOM e I da FAED-FED (novembro).

No 1º semestre deste ano, o Fórum Paraense de Educação, através dos 8 Grupos de Trabalho, ocupou-se, com caráter permanente, da construção de propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, propostas estas que estão sendo trazidas para discussão nesta XI Reunião da ANPEd.

A participação efetiva do Centro de Educação da UFPa e das outras instituições que compuseram o Fórum Paraense de Educação, na construção de uma história da educação brasileira, partiu da convicção de que muito melhor que esperar é fazer acontecer. Com todos os riscos do desacerto, não devemos esperar que os outros pensem e façam por nós.”

Ao final, usou palavra o Prof. Jesus Alvarenga Bastos, que agradeceu o apoio das agências de fomento para a realização da XI Reunião: INEP, CAPES, CNPq e FINEP. Registrou agradecimentos à Comissão Local, através do Prof. Nilton Fischer, Prof. Alceu Ferrari, assim como as universidades que financiaram o deslocamento de muitos de seus professores, participantes da XI Reunião Anual.

Falou também o Prof. Nilton Fischer, pedindo aos participantes que, além da seriedade do acadêmico e o compromisso do político, mantivéssemos o sorriso e a afetividade. O cansaço do trabalho é compensado pelo que passa pelo tato, pelo olhar, pelo encontro de pessoas.

A reunião foi encerrada pelo Prof. Alceu Ferrari, lembrando a agenda do dia seguinte.

Contribuição Anual dos Associados

Com base no art. 5º – Título II do Estatuto da ANPEd e na decisão da Assembléia Geral de 15/5/87, são os seguintes os valores das contribuições:

Sócios Individuais

1. Sócios quites com a contribuição anual de 1987:

. contribuição anual de 1988: Cz\$3.200,00

2. Sócios que não quitaram a contribuição anual de 1987:

. contribuição anual de 1987: Cz\$1.000,00

. contribuição anual de 1988: Cz\$3.200,00

Obs. A serem pagas de uma só vez

3. Sócios novos

. taxa de inscrição: Cz\$1.000,00

. contribuição anual de 1988: Cz\$3.200,00

. preenchimento de Ficha Cadastral

Obs.: A serem pagas de uma só vez

Sócios Institucionais

. taxa de inscrição: Cz\$10.000,00

. contribuição anual de 1988: Cz\$32.000,00

Como Efetuar o Pagamento

1. Para a efetivação do pagamento da contribuição anual do sócio individual, o associado deverá emitir cheque nominal à ANPEd, no valor correspondente à sua situação, enviando-o para:

Secretaria Geral da ANPEd.

Rua Dr. Celestino, 74 – sala 24 – 2º andar

24020 – Niterói – RJ.

2. Para efetivação do pagamento da contribuição anual dos sócios institucionais será emitida pela ANPEd uma Fatura à Instituição, que deverá proceder ao seu pagamento.

VALORES FIXOS ATÉ FINAL DE DEZEMBRO DE 1988, QUANDO SERÃO REAJUSTADOS CONFORME A VARIAÇÃO DA OTN.

GRUPOS DE TRABALHO

Política de Ensino de 1º Grau

As atividades do GT Política de Ensino de 1º Grau foram divididas em três momentos: a) apresentação e discussão de trabalhos inscritos com antecedência; b) apresentação e discussão de trabalhos que, após instalação do GT, foram levantados no grupo; c) sistematização dos temas discutidos, focalizando pontos legíveis face ao tema central da XI Reunião Anual: "Em direção às novas diretrizes e bases da educação."

Foram priorizados, inicialmente, os trabalhos inscritos com antecedência. Assim, num primeiro momento, as reflexões e discussões tiveram, como suporte, os seguintes estudos: 1) Escola básica: a questão da democratização do ensino, realizado por uma equipe da UFPb e apresentado por Acácia Maria Costa Garcia, Maria das Graças Alves e Tereza Gally; 2) Escola pública e democratização do ensino no município de São Carlos, realizado por um grupo da UFSCar e apresentado por Valdemar Sguissardi e Maria Marta Pimentel; 3) Uma nova política para o ensino de 1º grau nas periferias urbanas, por Míriam Trindade Garrett, da Fundação Universidade do Amazonas.

Num segundo momento, as atenções voltaram-se para os estudos detectados *in loco*, quais sejam: Fórum Paraense de Educação – subsídios para a elaboração das novas diretrizes e bases da educação nacional, apresentado por Marília Raimunda da Silva Ferreira, da UFPa; 2) Seminário "Novos rumos nos Cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas para a formação do educador", realizado por um grupo da UFPr e apresentado por Tereziinha A. Cortês.

Vale ressaltar que, sem exceção, todos os trabalhos discutidos no GT contribuíram diretamente para o tema central, o que facilitou a

efetivação do terceiro momento. Assim, a pontuação de tópicos legíveis baseou-se nas discussões dos trabalhos já citados. Sistematizados os conteúdos, destacaram-se 14 itens que foram apresentados como contribuição do GT ao documento da ANPEd:

a) ao ensino de 1º grau compete a formação do cidadão, mediante vivência, na escola, de situações concretas que propiciem o desenvolvimento do pensamento crítico, do espírito científico e a participação na tomada de decisões;

b) o poder público é obrigado a oferecer o ensino de 1º grau, gratuitamente e de boa qualidade, a todas as crianças, dos 6 aos 16 anos;

c) o ensino de 1º grau compreenderá oito séries;

d) o ensino de 1º grau será ministrado em tempo integral;

e) à escola de 1º grau compete atuar integrada e articuladamente com a comunidade, fomentando, enriquecendo e atualizando o currículo, comprometido com a criação de novos conhecimentos;

f) a administração do sistema de ensino, nos diferentes níveis, far-se-á paritariamente, estando representadas todas as categorias de trabalhadores da educação através de suas associações, dos alunos e da comunidade atendida pelo sistema;

g) será assegurada rede física de boa qualidade, compreendendo infra-estrutura para atividades pedagógicas, administrativas e técnicas, culturais, de lazer e esporte, independentemente de sua localização ou da clientela à qual se destina;

h) assegurar articulação coerente entre os diversos graus de ensino público oficial;

i) assegurar, prioritariamente, aos alunos provenientes de escolas públicas oficiais de 1º e 2º graus, o ingresso às universidades públicas oficiais;

j) as relações de trabalho docente nas instituições públicas oficiais serão regidas por um único regime jurídico e isonômico, independente do nível de ensino ou instância administrativa, ouvidas as associações da categoria;

k) as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas oficiais, de modo a se garantir:

- oferta de vagas suficiente para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa de 1º grau;

- melhoria da qualidade do ensino e condições adequadas de funcionamento da escola;

l) redistribuição dos recursos globais da União, em função do atendimento à população em idade escolar, tornando-a prioritária no Plano Nacional de Educação;

m) será assegurado conteúdo curricular mínimo, de modo a garantir a participação ativa dos indivíduos na sociedade em que vive, ouvidas as entidades representativas da sociedade civil;

n) assegurar educação especializada ao deficiente físico ou que apresente condições excepcionais de aprendizagem.

Dezesseis pessoas participaram sistematicamente dos trabalhos do GT. Avaliamos as atividades do GT, nesta XI Reunião, como positiva, em razão de: a) os trabalhos apresentados contribuíram de forma específica ao tema; b) os membros permaneceram no grupo e participaram efetivamente dos trabalhos, durante toda a reunião. Considerou-se ainda que não está havendo tempo suficiente nas reuniões da ANPEd para apresentação de todos os trabalhos e conseqüente discussão e aprofundamento de questões que os estudos apresentados merecem.

A programação para 1988/89 centralizar-se-á:

a) no estudo do documento da ANPEd à luz da Carta Magna, aprofundando-o, comentando-o, clarificando-o e complementando-o;

b) na mobilização de entidades, secretarias, grupos etc. de forma a ampliar e envolver o maior número possível de pessoas direta ou indiretamente ligadas à causa da educação.

Finalmente, os membros do GT reconduziram a coordenação do grupo por mais um ano.

Tereza Gally de Andrade - UFPb

Ensino de 2º Grau

Os trabalhos desenvolvidos pelo GT, nesta Reunião, representaram um avanço importante na discussão do que se espera de uma escola de 2º grau, centrada no processo de trabalho e organizada segundo os interesses dos alunos trabalhadores, que necessitam desse nível de ensino para sua inserção numa sociedade caracterizada pela utilização crescente da ciência e da tecnologia e mar-

cada por profundas desigualdades sociais.

Neste Relatório, no início, apresentamos a organização das atividades do GT. Segue-se uma síntese dos principais aspectos discutidos a partir dos trabalhos apresentados pelos participantes. Finalmente, destacamos algumas questões gerais.

1. Atividades

As atividades do GT Ensino de 2º Grau tiveram o seguinte desenvolvimento:

1º dia: Discussão e aprovação da agenda de trabalho; escolha de relatores;

2º dia: Participação conjunta com o GT Educação e Trabalho em torno do tema "A questão do trabalho na economia política", apresentado pelo Prof. Ramon Pena Castro, da UFSCar;

3º dia: Apresentação e discussão das questões principais dos trabalhos inscritos: a) trabalhos de pesquisa sobre o ensino de 2º grau; b) trabalhos elaborados como subsídios à discussão da nova lei de bases e diretrizes da educação; c) trabalhos realizados a nível de secretarias estaduais de educação visando definir uma política de ensino de 2º grau (Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina); d) trabalho sobre a implantação do Programa de Melhoria e Expansão das Escolas Técnicas ("200 escolas técnicas").

Na tarde do 3º dia, participação no painel inter-grupos "Educação e Trabalho" com a apresentação do tema "A utopia de uma escola de 2º grau centrada no processo de trabalho - Reflexões sobre as bases e diretrizes de uma nova lei da educação" pela profa. Maria A. Ciavatta Franco, UFF.

4º dia: assuntos gerais e elaboração do relatório final: a) síntese dos temas apresentados; b) organização e elaboração do Relatório do GT; c) organização de painéis do GT; d) Seminário "Ensino de 2º Grau: perspectivas", USP, 10-12 de maio de 1988; e) notícias das agências financiadoras; f) Cadernos CEDES nº 20 sobre o Ensino de 2º Grau (produto das atividades dos participantes do GT na IV CBE); g) Projeto de Pesquisa "Acompanhamento e documentação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico"; h) Moções; i) recomendação para os trabalhos do GT na XII Reunião Anual: desenvolver

estudos sobre a questão do trabalho como princípio educativo, sobre a questão da escola politécnica e experiências de 2º grau orientadas por essa concepção; j) escolha do novo Coordenador do GT.

2. Relação dos Trabalhos

CASTRO, Marta L.S. de *et. al.* Escolas efetivas de 2º grau: aspectos qualitativos da vida escolar. PUC-RS, janeiro de 1988. Relatório Preliminar; CAVALCANTI, Ednar *et. al.* O ensino de 2º grau no Brasil: caracterização e perspectivas - o Estado de Pernambuco. Caracterização do professor de Recife. UFFe/Faculdade de Educação, dez. 1987. Resumo; CUNHA, Reinaldo de M.M. Ensino de biologia no 2º grau: da competência satisfatória à nova competência. Universidade Federal do Piauí, 1987; FRANCO, Maria A. Ciavatta. A utopia de uma escola de 2º grau centrada no processo de trabalho - Reflexões sobre as novas bases e diretrizes da educação. Niterói, UFF/Faculdade de Educação, abril de 1988; MAGALHÃES, Ana Lúcia F. de *et. al.* Elementos para o debate sobre as novas diretrizes do ensino de 2º grau. Salvador, Bahia, UFBA/FACED/SEE-Ba, março de 1988; MORAES, Vera R.P. *et. al.* Estudo de alternativas de avaliação da aprendizagem nas atividades práticas e científicas das escolas técnicas industriais. Porto Alegre, UFRGS/Faculdade de Educação, 1987. Resumo; NUNES, Clarice *et. al.* Política de reformulação do curso de formação de professores. Por uma escola pública melhor. Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Educação do Estado, abril de 1988; SALGADO, Maria Umbelina. Subsídios à discussão a respeito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ANPEd, GT 2º Grau, março, 1988; SCHEIBE, Leda e VALLE, Ione R. Princípios norteadores para uma política de ensino de 2º grau/SC.UFSC/CFD/Secretaria de Educação de Santa Catarina, 1987; SOARES, Vera Lúcia P.C. Projeto de interiorização da ETFBa - 1986. Criação

dos unidades de ensino descentralizadas – 1987. Belém, Pará, 1988; ZAINKO, Maria Amélia S. O ensino de 2º grau: caracterização e perspectivas. Curitiba, UFPR/COMED/Deptº de ensino de 2º grau: 1987. Resumo; KUENZER, Acácia Z. O trabalho como princípio educativo no currículo de 2º grau. Trabalho para discussão no GT de 2º grau da ANPEd, 1988.

3. Moções

Foram elaboradas pelo GT e aprovadas pela Assembléia Geral da ANPEd duas moções dirigidas ao Ministro da Educação:

(i) solicitando a aplicação dos recursos públicos federais no ensino de 2º grau de boa qualidade e a utilização dos recursos privados provenientes dos incentivos da Lei nº 6297/75, no custeio da preparação profissional oferecida pelas escolas do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico;

ii) solicitando a revisão do teor do Parecer

nº 299/87 que impede o recebimento do certificado de conclusão do 2º grau (3º ano), aos alunos que ainda não concluíram o estágio previsto nos cursos oferecidos pelas escolas técnicas federais (4º ano).

4. Coordenação do GT

Em substituição à Coordenadora atual, Maria Aparecida Ciavatta Franco, da UFF (1986-87), foi escolhida como nova Coordenadora, Ana Lúcia Magalhães, da UFBA.

5. Observação

O texto “Em direção à novas bases e diretrizes da educação, à nível de 2º grau”, elaborado pelos participantes do GT durante esta reunião e publicado neste mesmo Boletim, sumaria as discussões e propostas relativas a este nível de ensino.

*Maria Aparecida Ciavatta Franco – UFF
Ana Lúcia de F. Magalhães – UFBA*

Política de Ensino Superior

O trabalho do grupo iniciou-se com a apresentação dos participantes, cerca de 40 membros, e a definição do encaminhamento dos trabalhos no decorrer da Reunião. Decidiu-se que o primeiro dia e a manhã do segundo seriam dedicados à apresentação e discussão das comunicações inscritas, cuja tônica era o tema geral da XI Reunião Anual. No dia 26, pela manhã, foi apresentada e discutida a comunicação “A finalidade das instituições de ensino superior no Brasil: indicações de política educacional para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, de Elizabeth Cassimiro de Freitas, da UFPE. Durante a sessão da tarde foram apresentadas as seguintes comunicações: “Dimensões da autonomia universitária”, de Isaura Belloni, da UnB; “Autonomia universitária e novos vesti-

bulares”, de Niuvenius Paoli, da UNICAMP e, “Análise da produção discente do Programa de Mestrado em Educação da UFRGS”, por Merion Campos Bordas, Rute Vivian Angelo Baquero, Arabela Campos Oliven, Leonia Capaverde Bulla e Carmen Lins Baía de Solari.

A partir das comunicações algumas questões foram levantadas e debatidas:

- concepções de IES e de universidade;
- diferença entre finalidades e funções da universidade;
- indissociabilidade entre ensino e pesquisa e as instituições isoladas de ensino superior;
- autonomia vs. isonomia.

Na manhã do dia 27, foram apresentados e discutidos dois trabalhos: "Financiamento de Ensino Superior – Subsídios para uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação", de Jacques Velloso, da UnB e "Idéias para evitar equívocos na implantação da nova LDB", por Marflia Costa Morosini, Denise Leite e Rosa Maria Martini. As discussões centraram-se particularmente em torno das questões: público/privado; vinculação da receita de imposto da União, dos Estados e dos Municípios para a aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (atual "Emenda Calmon") e dispositivos de uma nova LDB; autonomia financeira da universidade pública e implicações; subvenção ou auxílios do poder público ao ensino privado.

Durante a manhã do dia 28, o grupo concentrou-se na análise de problemas, a partir do texto de Dermeval Saviani, trazendo para o debate o encaminhamento de questões referentes à educação superior e às instituições universitárias no país. As discussões evidenciaram que o momento presente reveste-se de especial gravidade na medida em que parece haver um esforço deliberado por parte de diferentes segmentos da sociedade e da organização estatal, no sentido de desacreditar as instituições de ensino superior público no país.

Sabe-se que isto não ocorre por acaso, mas faz parte de um movimento amplo de desvalorização das instituições públicas e do bem público, a serviço de interesses que visam privatizá-los. Nesse sentido, é fundamental a sociedade tomar conhecimento que a educação superior, como os demais graus, é um direito do cidadão brasileiro e um dever do Estado. Por esta razão, impõe-se que o Estado dispense à educação superior pública um tratamento que possibilite a construção social desse direito. Devem, pois, ser criados mecanismos que garantam a ampliação da oferta de educação superior, como também, e sobretudo, viabilizem a melhoria de sua quali-

dade, de modo a resultar em benefícios para toda a sociedade. Isto posto, procurou-se encaminhar algumas questões relativas à educação superior e às instituições universitárias, em vista à nova LDB, a partir das discussões que vinham sendo trabalhadas no grupo e à luz dos problemas postos pela legislação em vigor.

1. Necessidade de se distinguir *finalidades* e *funções* da universidade. Para o GT, em termos de finalidade cabe à universidade o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, das letras e das artes, a formação de profissionais de nível superior, a elaboração, a criação e a difusão do saber e da cultura. Estas finalidades devem ser pensadas e examinadas a partir *das funções* de uma universidade moderna – ensino, pesquisa e extensão –, principalmente de uma universidade comprometida com o social.

Essa visão de universidade, por sua vez, implica uma estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão nos diversos campos do saber. Eximí-la de tal papel é contribuir para a deterioração do ensino superior no país.

2. Importância de a nova lei não apenas reconhecer estas funções, mas reconhecer também a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, princípio definidor da universidade, que só poderá ser exercido com a garantia da autonomia universitária.

3. Necessidade de não apenas ser assegurado o princípio de autonomia universitária, mas que sejam eliminados os instrumentos ou medidas que entravam, na prática, sua efetivação. Considera-se também necessário explicitar o significado do preceito constitucional; as universidades gozarão de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão econômica, financeira e patrimonial.

4. Necessidade de se repensar e rever as formas atuais de organização das IES, marcadas muitas vezes por estruturas pouco ágeis e burocratizadas, ou por "fórmulas de

democratização" que visam satisfazer, em alguns casos, interesses corporativistas. Reconhece-se, ainda, a necessidade de criação, dentro das IES, de certas formas de alocação de docentes-pesquisadores que não sejam apenas do departamento.

5. Reconhecimento da necessidade de existir um órgão normativo de educação em nível nacional, com autonomia em relação ao Ministério da Educação, devendo ser constituído com a participação de educadores de renome, garantida a representação de todos os órgãos de ensino e a predominância de representantes do ensino público.

6. Necessidade de ser reconhecido que o princípio de destinação das verbas públicas à educação pública deve ser assegurado de modo a garantir:

a) a oferta de vagas suficientes para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa do 1º grau;

b) a melhoria da qualidade do ensino e condições adequadas de formação, exercício e remuneração do magistério.

A possibilidade de se destinar, em caráter excepcional, verbas públicas a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, só poderá ocorrer, quando as condições acima estabelecidas estiverem comprovadamente atendidas.

Tais escolas só poderão receber esses recursos se os estatutos das mantenedoras e

das instituições forem únicos e se os recursos forem aplicados em ensino, pesquisa e extensão. As instituições que não satisfizerem tais requisitos devem ser consideradas empresas de ensino.

7. Necessidades de assegurar a democratização da universidade em termos de acesso e permanência daqueles que a procuram. Nessa linha, o GT percebe a impossibilidade de adiamento não só da crítica ao exame vestibular, como de sua ampla e total reformulação.

Finalizando, o grupo discutiu a pertinência e importância de concentrar sua reflexão, após a Reunião, em torno de algumas questões polêmicas, tais como: o público e o privado e a destinação dos recursos públicos às IES privadas; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e as IES isoladas; autonomia vs. isonomia etc.

Discutiu-se ainda a renovação da Coordenação do GT, tendo em vista o acúmulo de atividades acadêmicas de sua atual coordenadora. Face aos argumentos dos membros presentes, da necessidade dessa função ser exercida por dois anos no mínimo, para não haver descontinuidade no encaminhamento dos trabalhos, foi sugerida a criação da figura do coordenador-adjunto que dividirá as responsabilidades e assumirá a coordenação, nos casos de impedimentos da Coordenadora. Sendo aceita essa proposta, o prof. Niuvenius Paoli, da UNICAMP, foi eleito como Coordenador-Adjunto do GT.

Maria de Lourdes de A. Fávero - UFRJ

Educação e Movimentos Sociais no Campo

Por ocasião das discussões realizadas na XI Reunião Anual o GT identificou enunciados básicos que caracterizam sua identidade no conjunto da ANPEd reformulando inclusive seu nome de *Educação Rural para Educação e Movimentos Sociais no Campo*.

Admitindo que a educação no meio rural se

insere nos princípios da escola pública unitária (escola universal) e que sua explicitação deve refletir a dinâmica das relações históricas entre o Estado e a Sociedade, reconheceu-se que a escola e a educação no campo têm especificidades que devem ser aprofundadas num fórum acadêmico que tem compromissos com as classes populares.

Para caracterizar essa especificidade, deve-se identificar, inicialmente, qual o *sujeito* dessa educação, ou seja a quem ela se destina. Concomitantemente, se a escola se constitui em espaço de intermediação do saber e locus de emergência da consciência histórica no cotidiano de determinados sujeitos, deve-se perguntar *qual, onde e como* é produzido o saber objeto da educação?

No caso da educação no meio rural é preciso, junto ao saber historicamente produzido, identificar o saber produzido pelo homem do campo nas suas relações cotidianas com a terra, ou seja, nas relações sociais de produção. Se as relações de trabalho são as bases de geração do saber, no campo estas têm especificidade quando comparadas às relações de produção no contexto do capitalismo industrial. No meio rural há diversificadas condições de trabalho, de vida, de visões de mundo e de forma de organização que dão sustento ao saber produzido que a escola há de integrar.

Os atuais movimentos sociais no campo são espaços de resistência, de luta, de organização de contra-saber, onde se expressa e se caracteriza de forma privilegiada as demandas e as aprendizagens de vida das massas camponesas, a partir de suas condições de trabalho e existência. O repensar da educação (e da escola) no meio rural deve passar pela mediação dos movimentos sociais, na medida em que estes são espaços de compreensão do saber oriundo das relações sociais de produção, já que se reconhece o trabalho como princípio educativo. Não interessa o resgate da escola que funciona na sociedade capitalista, mas a construção de uma escola que emerge do saber oriundo das relações históricas de trabalho o que supõe a análise dos seus condicionantes estruturais.

Isto requer superar a exclusão do trabalhador rural do sistema do ensino formal através da gestão democrática deste sistema, ou seja, pelo resgate do princípio político da

educação. Devem-se garantir entre outras, condições físicas e materiais de ensino, gestão participativa, formação e profissionalização dos docentes, 1º grau completo para crianças, jovens e adultos. O repensar do sistema educacional deve passar pela análise das implicações da municipalização da educação no meio rural.

Dos pontos que configuram a especificidade da educação no meio rural, destacaram-se:

1) a inadequação da escola às necessidades dos trabalhadores nas suas diferentes relações de produção (especificidade pedagógica e política a ser explicitada através de estudos e pesquisas);

2) os movimentos sociais no campo como dimensões e articulações que revelam um saber que a escola deve ter presente, são espaços de resistência e manifestações de busca de uma nova sociedade, e devem ser analisados nas suas práticas pedagógicas para o repensar da escola;

3) a necessidade de se buscar formas de articulação entre o saber acadêmico e o saber historicamente produzido nas escolas e nos movimentos sociais para que se construa coletivamente alternativas de educação reivindicadas pelos trabalhadores do campo nas suas lutas e organizações;

4) a falta de estudos para a superação da dicotomia escolarização e escola de trabalho, bem como para avançar na teorização sobre as relações sociais de produção no contexto do capitalismo industrial e do trabalho no campo, e os movimentos sociais como espaços de mediação no repensar da escola. Da mesma forma, ainda não se desvelou claramente o papel do Estado neste contexto.

As reuniões do GT contaram com a participação média de 15 pessoas. Entre estas, contribuíram substancialmente para a definição da linha de estudos do GT as profes-

ras Maria Julieta Costa Calazans, do IESAE, e Maria Nobre Damasceno, da UFC. Além do debate relatado, foram discutidas as seguintes apresentações:

a) Maria Teresa Lousa Fonseca (UFG), sobre as condições escolares e as expectativas da população escolar no contexto de trabalhadores rurais;

b) Maria de Lourdes Peixoto Brandão (UFC), sobre a apropriação do saber tecnológico pelo homem do campo e a questão da escola;

c) Odile Gomes de Lima (UFBA) sobre as classes multisseriadas na escola rural;

d) Maria da Graça Nóbrega (UFSC) sobre o papel educativo dos sindicatos e partidos

políticos no campo;

e) Antonio Munarim (Inst. Vianei/SC) sobre concepções e diretrizes para uma prática social popular.

Realizou-se ainda proveitoso debate com os membros dos GT "Trabalho e Educação" e "Educação Popular", quando foram identificados temas comuns de aprofundamento e linhas de trabalho conjunto. Os membros presentes do GT delinearam uma estratégia para a realização, em breve, de um seminário de pesquisa dedicado à elaboração de um projeto de pesquisa com múltiplas questões referentes à discussão central do Grupo, a ser desenvolvido pelos participantes interessados, com financiamento institucional.

Jacques Therrien - UFC

Educação da Criança de 0 A 6 Anos

Participaram do GT Educação da Criança de 0 a 6 anos elementos de vários estados brasileiros, dando prosseguimento à discussão sobre políticas e propostas para a educação da criança de 0 a 6 anos, que vem sendo desenvolvida com regularidade por este grupo através de correspondência, reuniões em alguns Estados e o encontro realizado na Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, em setembro de 1987.

A partir das discussões realizadas nesse encontro foi elaborado um documento preliminar para a XI Reunião Anual, enviado a todos os participantes do GT. Considerando a inexistência de subsídios para a LDB neste nível de ensino, o GT decidiu escolher exclusivamente este assunto para ser debatido nesta Reunião.

Foram discutidos os seguintes temas:

1) caracterização da criança de 0 a 6 anos;

2) objetivos e currículo para a educação desta faixa etária;

3) formação do profissional e definição de sua carreira;

4) aspectos administrativos, municipalização do ensino, o papel do Estado, verbas para a educação de 0 a 6 anos;

5) como a educação de 0 a 6 anos se insere no quadro mais amplo da educação nacional;

6) papel das universidades e órgãos de pesquisa na formulação da proposta educacional para a criança de 0 a 6 anos.

Como é inédito contemplar extensivamente a educação de 0 a 6 anos na LDB, acreditamos que há, ainda, um trabalho extenso a ser realizado neste sentido. Continuaremos, assim, a trabalhar este assunto, visando a elaboração de documento final "A LDB e a Educação das Crianças de 0 a 6 anos". A versão preliminar deste documento foi preparada na

XI Reunião Anual, a partir das discussões realizadas pelo grupo.

O GT programou suas atividades para o próximo ano, a saber:

a) Elaborar subsídios para a LDB;

- redação e envio a todos os participantes do documento preliminar sobre a LDB para que, desta forma, eles possam ampliar a discussão em suas instituições de origem com outras pessoas interessadas e enviar contribuições e sugestões;

- realização de uma jornada de trabalho para a elaboração do documento final antes da realização da CBE;

b) promover um encontro intermediário entre as reuniões anuais para aprofundamento das questões discutidas pelo grupo e delineamento de temas de pesquisas que atendam às prioridades na área, de forma a fornecer subsídios para a prática educativa com as crianças de 0 a 6 anos;

c) manter a disposição do grupo de publi-

car, nos vários canais possíveis, artigos, pesquisas e propostas relacionadas à educação de 0 a 6 anos.

Do ponto de vista da organização do GT o grupo optou pela modificação de sua denominação de *Pré-escola*, que traduz o caráter propedêutico atribuído até hoje a este nível de ensino, para *Educação da criança de 0 a 6 anos*, mais abrangente e mais adequado à concepção de criança como um ser em processo contínuo de desenvolvimento e como cidadão com direitos constitucionalmente definidos, entre os quais o da educação. Decidiu-se, também, que seria mais adequado contar com uma dupla de coordenadores, cujas atuações se complementariam, uma vez que este próximo ano se afigura como um ano bastante trabalhoso. Desta forma, acredita-se ser possível dar continuidade à metodologia de trabalho adotada pelo grupo, que se tem evidenciado como bastante produtiva, dutiva.

Ana Lúcia Goulart de Faria – UNICAMP
Elvira C. de A. Souza Lima – Ribeirão Preto

Educação Popular

O GT de Educação Popular contou com a participação de 25 pessoas em média, entre professores, pós-graduandos, pesquisadores, técnicos de órgãos públicos e agentes de educação popular. Buscando contribuir com o tema geral da Reunião: "Em direção à nova LDB" – priorizamos um dos quatro temas aos quais o GT vem se dedicando nos dois últimos anos: "A escolarização do adulto trabalhador". Os outros temas são: Produção de conhecimento nas práticas de educação popular; Luta popular pela escola pública; Relação entre movimentos populares e Estado na Nova República.

Dedicamos dois momentos de trabalho a este tema. Na tarde do dia 26 foram apre-

sentadas duas contribuições como pano-de-fundo para o debate: a professora Célia Pezzolo de Carvalho (USP/Ribeirão Preto) analisou a escolarização da juventude trabalhadora nos cursos regulares noturnos e Maria Clara Di Piero (CEDI/SP) apresentou resultados preliminares de pesquisa sobre a implantação do Ensino Supletivo no Brasil. Na manhã de 27, foram apresentadas experiências de alfabetização de adultos: a Prof^a Elinor Ribeiro (UFPR) apresentou um vídeo sobre o Projeto de Alfabetização de Adultos Funcionários da UFPR, e o Prof. Admarco S. de Oliveira (UFES) apresentou a comunicação "Alfabetização e educação de adultos; Paulo Freire, uma nova visão do processo". Acatando a premência de tempo, a Prof^a He-

loísa Gouvêa Collet (UFF) reduziu sua comunicação a notícias gerais sobre o trabalho que vem desenvolvendo sobre "Ensino de adultos com funcionários da UFF", não sendo apresentada, pelo mesmo motivo, a comunicação da Profª Maria Lúcia Partichelli (RS).

A Profª Carmem Perrota (Fundação EDUCAR), informou aos membros do GT sobre a constituição e andamento dos trabalhos da Comissão Paritária, de âmbito governamental, instituída pelo Ministro da Educação e formada por 5 representantes de Secretarias Municipais de Educação (indicados pela UNDIME), 5 Secretários Estaduais (indicados pelo CONSED), 2 representantes do MEC e 3 da Fundação Educar. Esta comissão foi incumbida de traçar diretrizes para uma política nacional de educação de jovens e adultos, até fins de julho de 88. Pretende oferecer um documento preliminar para discussão até fins de maio.

O conjunto dos debates permitiu que o GT fizesse algumas indicações gerais para uma nova LDB, no que concerne à escolarização de jovens e adultos trabalhadores:

1. Considerando que a demanda potencial por educação de jovens e adultos trabalhadores é hoje quantitativamente superior à população infantil em idade escolar e que este contingente se mantém elevado devido às dificuldades de acesso e permanência na escola por parte das crianças das classes populares, recomenda-se que:

- o sistema nacional público de educação esteja voltado prioritariamente à educação básica das camadas populares, e que a ela não se façam restrições etárias;

- a lei estabeleça explicitamente que é dever do Estado assegurar a educação básica de jovens e adultos trabalhadores, integrada ao sistema nacional público de educação das camadas populares e resguardadas suas especificidades;

- a reforma tributária deve permitir uma responsabilização progressiva das secreta-

rias estaduais e municipais na educação básica das camadas populares e dos jovens e adultos trabalhadores;

- a lei estipule percentual específico das dotações orçamentárias destinado à educação de jovens e adultos trabalhadores, em nível compatível com a magnitude da clientela existente.

2. Considerando a tradição de voluntariado e desprofissionalização do educador de adultos e a necessidade de formação adequada deste educador, recomenda-se:

- que os cursos de magistério, as faculdades de pedagogia e os programas de pós-graduação contemplem este aspecto em seus currículos;

- que o sistema público de ensino garanta a profissionalização do educador de adultos, inserindo-o na carreira do magistério através de mecanismos de recrutamento e contratação semelhantes aos da educação infantil.

3. Seja reconhecida a ação da sociedade civil na educação de jovens e adultos trabalhadores, resguardando-se a autonomia e pluralidade de tais iniciativas.

Na manhã do dia 28, foi promovida uma reunião conjunta dos GTs "Educação e Trabalho", "Educação e Movimentos Sociais no Campo" e "Educação Popular", na qual se delineou uma perspectiva de trabalhos comuns, sem perda da especificidade de cada um dos grupos. De início, elegeu-se o *trabalho*, mediador das relações sociais e educativas, como tema comum de reflexão e objeto de aprofundamento teórico. Considerou-se que a próxima CBE pode ser a oportunidade de iniciar esta perspectiva. Foram ainda aprovadas algumas moções, remetidas à plenária final.

Finalmente, discutimos a hipótese de organizarmos um caderno com as apresentações da mesa redonda e dos trabalhos deste GT.

Sérgio Haddad - Coordenador
Maria Clara Di Pierro - Relatora

Educação e Trabalho

Dentro da organização geral das reuniões da ANPEd, o GT Educação e Trabalho, especialmente nas últimas três reuniões, tem-se preocupado em concentrar esforço maior de discussão no âmbito da elaboração teórica. Esta opção se deve, de um lado, ao fato desta temática ter-se prestado, especialmente na última década, a uma espécie de terreno pantanoso onde a política educacional produziu um discurso orientando práticas eivadas de ambigüidades. De outro lado, entendeu-se que este espaço, muito além de relatos do que estamos fazendo, é particularmente o *locus* para discutir e debater as categorias de análise que estruturam o quadro interpretativo e analítico dos nossos objetos particulares de pesquisa.

Neste esforço de pensar e ao mesmo tempo de influir no debate e nas práticas educacionais, o GT buscou publicar textos oriundos de simpósios e encontros, além de participar do debate das próprias agências de fomento à pesquisa (CNPq, INEP e FINEP). No interior da ANPEd, a partir da X Reunião Anual, realizada em Salvador, buscou um intercâmbio com outros GTs. Nessa reunião realizaram-se discussões conjuntas com o GT de 2º grau; na XI, com os GTs de 2º grau, Educação Popular e Educação e Movimentos Sociais no Campo.

Após a reunião de Salvador, o GT efetivou, em Porto Alegre, um estágio de três dias, buscando dar continuidade às discussões feitas em Salvador. Nesse estágio, decidiu-se que para a XI reunião seria importante solicitar a dois pesquisadores o aprofundamento da temática do trabalho no interior do capitalismo hoje, e a questão do trabalho como princípio educativo. Para a primeira temática foi solicitado um texto e, a partir do mesmo, uma exposição ao prof. Ramon Pena Castro, do Departamento de Economia da UFSCAR; para a segunda, um texto e exposição do co-

lega, membro do GT, prof. Paolo Nosella, também da UFSCAR. Essas duas temáticas representariam o desafio do GT no sentido do aprofundamento teórico e histórico da problemática do trabalho e sua relação com o processo educativo.

A articulação que o GT buscou estabelecer com a temática geral da Reunião, relacionada à discussão das diretrizes e bases da educação nacional, se deu a partir da busca do aprofundamento da questão do *trabalho*, terreno sobre o qual, no entender do grupo, se assentam as bases da questão educacional. Ocorreu, também, especificamente na participação de uma mesa redonda, coordenada pelo prof. Miguel Arroyo, cujo tema básico era a questão do trabalho face às diretrizes e bases, em conjunto com os GTs de 2º Grau e Educação e Movimentos Sociais no Campo.

A programação do GT teve, então o seguinte desenvolvimento:

Considerando que o GT incorpora um grupo mais permanente de pesquisadores e ao mesmo tempo um grupo mais numeroso de participantes, que varia de acordo com o local da reunião; em todos os encontros inicia-se com uma parte informativa dando aos participantes novos uma visão da evolução do GT e das temáticas em foco, além da organização das discussões que ocuparão o restante da reunião. O aspecto mais crucial neste primeiro encontro das reuniões tem sido a tentativa de conciliar a estratégia do GT de desenvolver o debate no plano da construção e crítica teórica e as demandas relativas à exposição dos trabalhos de pesquisa em andamento. Neste encontro, muito embora tenha sido previsto um tempo para um apanhado geral sobre o que os participantes estavam pesquisando, isto de fato não foi possível. Deve-se notar, todavia, que as discussões centrais buscam fornecer aos pesquisadores e estu-

dantes, mestrandos e doutorandos, exatamente os elementos críticos do processo de pesquisa no âmbito da construção teórica do objeto investigado.

Neste primeiro contato, por sugestão da coordenação do GT, decidiu-se ocupar uma manhã, a última programada, para uma reunião conjunta com os GTs Educação Popular e Educação e Movimentos Sociais no Campo.

Finalmente, por sugestão do atual Coordenador do GT, encaminhou-se a discussão da mudança do coordenador ou pelo menos a alternância do coordenador central, já que o GT está organizado por coordenações regionais. Em princípio, ficou acertado que, por diferentes razões, dentre as quais proximidade com a diretoria da ANPEd, a coordenação central do GT ficaria com o Prof. Gaudêncio Frigotto, da UFF e FGV/IESAE, sendo coordenadores regionais: Miguel Arroyo (UFMG/MG), Nilton Ficher (UFRGS/RS), Iracy Picanço (UFBA/BA), Ozir Tesser (UFCE/CE) e Paulo Nosella (UFSCAR/SP).

A tarde do segundo dia foi dedicada à exposição e debate da temática "A questão do trabalho na economia política". Inicialmente, o professor Ramon Pena Castro expôs as questões básicas relativas à teoria do valor como ponto central do problema da divisão e da exploração do trabalho; a compreensão positiva e negativa do trabalho, o trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo e a questão das classes sociais, as implicações das novas tecnologias sobre o trabalho humano e a sociedade no seu conjunto. Esta exposição foi seguida de amplo e profundo debate, ora na direção da compreensão conceptual e histórica, ora na direção do caráter conjuntural relativo à nossa realidade brasileira.

Na parte da manhã do terceiro dia, efetivou-se a exposição e o debate do segundo tema básico programado pelo GT, sobre a questão do "Trabalho como princípio educativo em Gramsci". Inicialmente o professor

Paulo Nosella apresentou as questões básicas, de caráter histórico que permitem entender a questão do trabalho como a prática social que constrói o mundo concreto do homem e o sentido desta prática enquanto "princípio de conhecimento" e educativo. Aqui também o debate se ateve tanto a aspectos de compreensão conceptual e histórica quanto a questões mais da preocupação imediata da ação dos participantes.

O debate do dia anterior, que nos levou a discutir a questão do trabalho na sociedade capitalista, cuja construção histórica se reduz ao fetiche do mercado de trabalho, e a problemática do trabalho em Gramsci, tomando o trabalho como princípio educativo, serviram para "limpar o campo" de muitas ambigüidades e assinalar um caminho fecundo de aprofundamento.

O balanço destes dois debates nos trouxe a convicção que o caminho trilhado pelo GT foi adequado. A continuidade deste direcionamento parece apontar para a natureza da contribuição que o GT pode dar à discussão, principalmente das bases sobre as quais se assenta a discussão das diretrizes da educação nacional. O risco da inversão idealista, de tomar o "determinado", ainda que não determinado mecanicamente, em "determinante", está ainda presente no debate educacional.

Na manhã do último espaço dedicado aos GTs, efetivou-se a reunião conjunta com os GTs de Educação Popular e Educação e Movimentos Sociais no Campo. Estes GTs, como o caso do GT de 2º Grau, apresentam fortes relações com o GT Trabalho e Educação.

Inicialmente, cada coordenador de grupo fez breve exposição mostrando a evolução do GT, os focos de análise, as estratégias de trabalho e as questões mais cruciais. Num segundo momento, passou-se a discutir pontos que se interrelacionam e que são de certa forma comuns aos três GTs. A dimensão do

trabalho e da educação articulada aos interesses populares, o educativo que passa pela escola e pelo movimento social, a natureza, força e limites dos novos movimentos sociais, foram pontos mais intensamente debatidos. Este debate mostrou-nos a importância de reforçar essas sessões conjuntas até que possa surgir, na ANPEd, uma nova reestrutu-

ração de Gts ou pelo menos uma nova dinâmica entre os mesmos. Ao final deste encontro foram aprovadas as moções que cada GT tinha pensado anteriormente ou que a partir de debate conjunto se julgou importante encaminhar à assembléia geral.

Gaudêncio Frigotto - IESAE e UFF

Metodologia Didática

Tendo em vista o tema central da Reunião "Em direção às novas diretrizes e bases da educação", o GT começou os seus trabalhos analisando a pauta proposta pela coordenação. Esta, uma vez aprovada, passou a ser desenvolvida, havendo apenas algumas modificações quanto à ordem das atividades previstas.

Num primeiro momento, discutimos o projeto de Levantamento Bibliográfico da Produção Científica na área de Didática, elaborado por professores da UFRGS, sob a coordenação de Denise Leite. Concluímos que o projeto, pela sua relevância, deve receber apoio institucional da ANPEd, para ser desenvolvido pelo grupo, assim como por outros grupos de outros estados da Federação. Cópias do mesmo foram distribuídas aos interessados. Na tarde do mesmo dia as discussões e reflexões giraram em torno do trabalho de Luiz Carlos Freitas (UNICAMP) "Projeto Histórico, Ciência, Pedagogia e Didática". Como resultado das discussões, encaminhamos algumas reflexões que fazem parte das conclusões deste relatório.

No segundo dia, houve a apresentação, por Ilma A. Veiga (U. F. Uberlândia) do livro *Repensando a Didática*, que reúne reflexões de vários membros do G.T. Louvamos a iniciativa do grupo de autores e de sua organizadora e estimulamos a realização de outros trabalhos nesta mesma perspectiva.

Aproveitamos também o espaço do GT pa-

ra conhecimento da proposta dos Professores da UFMG para o V Encontro de Didática e Prática de Ensino que se realizará em Belo Horizonte, no ano de 1989.

Ainda no segundo dia dos trabalhos, foram apresentadas e discutidas duas pesquisas. A primeira intitulada "A Didática utilizada nos cursos de magistério nos moldes atuais não instrumentaliza o futuro Professor I", por Alda Marin (UNESP-Araraquara). A outra, desenvolvida por um grupo de pesquisadores da PUC/RJ, foi apresentada por Zélia Mediano com o título "Recriando a escola normal".

No terceiro dia, Ivani Fazenda (PUC/SP) fez uma breve apresentação do caderno do CEDES Nº 21 que teve o título "Encontros e Desencontros da Didática e da Prática de Ensino", obra que reflete as discussões atuais sobre o tema. Depois disso, a professora Pura L.O. Martins (UFMG) apresentou a pesquisa "A Didática na atual organização do trabalho na escola", ocasião em que foram levantadas uma série de questões polêmicas sobre a realidade educacional brasileira, a partir do que o grupo estruturou algumas conclusões e perspectivas para trabalho futuro.

Conclusões e Sugestões

Partindo do princípio de que o trabalho docente precisa mudar, em função de um projeto de escola que se volte aos interesses das camadas populares, concluímos que a forma de gestão atual da escola tem dificulta-

do a sua transformação. Manifestamos então nosso posicionamento de que:

1) a escola garanta que o trabalho docente se desenvolva com autonomia;

2) haja espaços, na escola, para coletivizar o trabalho docente;

3) a escola mantenha uma estrutura de poder que permita a existência deste espaço de trabalho autônomo e coletivo.

As propostas do GT, para trabalho futuro, indicam a necessidade de refletir como as categorias curriculares devem ser pensadas em termos de suas influências na organização do trabalho na escola. Para continuar

nossa reflexão conjunta, sugeriu-se que os membros do GT procurem participar da V CBE, discutindo formas de redimensionar o espaço do trabalho docente. Alguns temas para possível discussão seriam: o cotidiano da escola, o trabalho docente e a garantia de escolaridade para professores a nível de 2º grau.

Com um número aproximado de 30 participantes, o GT Metodologia Didática desenvolveu um trabalho bastante produtivo, que segundo a avaliação de todos os participantes trouxe elementos enriquecedores para a reflexão didática.

Marli Elisa André - USP

História da Educação

As atividades do GT de História da Educação incluíram a apresentação e discussão de pesquisas concluídas e em andamento, assim como debate e definição da proposta de trabalho do GT, tendo em vista o tema geral do encontro e outras demandas do próprio grupo.

O primeiro trabalho apresentado foi o de Norma Correa (UFRGS) que analisou a manifestação da militância libertária no campo educacional, entre 1916-1921, no Rio Grande do Sul. O segundo, de Armando Barros (UFF) discutiu o esgotamento das práticas da educação escolar dentro do movimento operário socialista (reformista e libertário), no Distrito Federal, nos anos dez. O terceiro, de Lúcio Kreutz (U.F. Viçosa), procurou desvendar as múltiplas funções do professor paroquial (comunitário) católico do Rio Grande do Sul. O quarto, de Clarice Nunes (PUC/RJ), ofereceu indicações sobre a elaboração de um guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira. Cumpre salientar que este projeto é fruto da proposta de trabalho do GT nas IX e X reuniões anuais da ANPEd, nas

quais se amadureceu a idéia de realizar um projeto-piloto, no Rio de Janeiro, que priorizasse o levantamento de fontes na área. O quinto, de Cláudia Alves (UFF), buscou explicar o fracasso do projeto de criação do Liceu de Niterói no século XIX. O sexto, de Marta Carvalho (USP), examinou o nacional e o regional nos debates educacionais dos anos vinte.

A preocupação que perpassou as atividades do GT centrou-se nas questões relativas à produção de uma historiografia da educação local, seus problemas e possibilidades. Estas questões ganharam contorno mais definido com a realização do estágio de História da Educação, realizado em dezembro/87, na Faculdade de Educação da UFRGS e receberam tratamento especial na reunião da ANPEd, através da contribuição da Professora Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC/RJ e IUPERJ) que problematizou esta prática de fazer história, discutindo a dimensão política da realidade empírica e examinando as peculiaridades das relações Estado e Sociedade,

nas suas manifestações regionais.

O GT propôs, em torno do eixo regional/nacional, apontado nos trabalhos apresentados e aprofundado no rico e proveitoso debate com a Professora Maria Alice, a elaboração de um painel na V CBE e de um caderno que reúna as reflexões aí apresentadas e submetidas à crítica. São também suas propostas buscar maior articulação com revistas da área para publicação de trabalhos, a elaboração de uma bibliografia básica e a generalização do guia de fontes, a partir dos resultados da pesquisa-piloto em realização no Rio de Janeiro.

A avaliação do GT salientou a importância do encontro, realçando como pontos positivos a incorporação mais efetiva dos pós-graduandos nas atividades realizadas; o reforço da dimensão acadêmica e o avanço na discussão de problemas cruciais na pesquisa histórica; o potencial gerador do GT, em termos da produção de projetos e organização da área, através da troca de experiência com professores pesquisadores em História, Ciências Políticas e outros profissionais ligados às áreas de arquivo e biblioteconomia.

Clarice Nunes - PUC/RJ

Licenciatura

Durante a XI Reunião Anual da ANPEd, o GT Licenciatura reuniu-se em seu quinto encontro, realizando as seguintes atividades:

a) na manhã do 1º dia, discutiu-se a pauta provisória e a necessidade de conciliar o trabalho regular do grupo com a necessidade de apresentação de propostas para a nova LDB. À tarde, foram apresentados os seguintes trabalhos: "As relações de poder no Curso de Licenciatura" - M. Krasilchik; "Disciplinas da tradução de conteúdo no Curso de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul" - A. Chassot; "Avaliação nos livros de didática: tendências e omissões" - A. Faria; "Um Caso - A reforma do currículo da Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina" - Vivian Leyser de Rosa.

Na oportunidade foi proposta moção de repúdio ao Conselho Federal de Biologia, pela não inclusão das disciplinas de licenciatura no currículo mínimo de Biologia, o que impede os licenciados de obter registro no CFB (aprovada na Assembléia Geral).

A propósito da LDB, foram discutidos os problemas da existência de currículos mínimos e a influência das várias instâncias nor-

mativas no funcionamento dos cursos de licenciatura.

b) No segundo dia foram apresentados os seguintes trabalhos: "Estudo de um processo educativo - as licenciaturas" - Leda Azevedo; "Cursos de licenciatura - Um caso de análise dos Cursos de Física da UFRJ" - Menga Lüdke; "A formação do professor para o início da escolarização e a nova LDB" - Iria Brzezinski; "Preparação do professor - questionamentos e reflexões" - Maria Lúcia Wortmã e Equipe da UFRGS; e "Experiências na UFRN" - Antonio P. Araújo.

As discussões abrangeram tópicos como as relações bacharelado e licenciatura, assim como o campo de trabalho da educação informal e a licenciatura.

c) No último dia, procedeu-se a apresentação do estudo "Licenciaturas no Paraná" - Onilza Borges Martins. A seguir, o Prof. Mauro M. Braga, Coordenador da Comissão de Licenciatura da SBPC, fez breve relato das atividades da Comissão e informou sobre a moção enviada ao CFE (apoiada pelo GT e aprovada na plenária final). A Prof. Anna Maria P. de Carvalho relatou como foi organizada a coletânea de trabalhos sobre Prática de En-

sino de professores da Faculdade de Educação da USP, publicada sob o título: "A Formação do professor e a prática de ensino" (Pioneira, 1988) e falou dos planos de publicação similar, a nível nacional. O grupo da UFMG, que está organizando o Encontro de Prática de Ensino e Didática, apresentou seu projeto e pediu sugestões para a programação da reunião. Finalmente, foram analisados os pontos levantados com referência à elaboração da nova LDB, já mencionados. Os planos futuros do grupo incluem novos encontros na V CBE e no Encontro de Prática de

Ensino e Didática, e a discussão de alguns aspectos específicos como: definição de licenciatura, currículo comum com base nacional, incluindo área de conteúdo pedagógico, de conteúdo específico e disciplinas integradoras.

Foi eleito novo coordenador do grupo: o Prof. Alfredo Faria Jr., da Faculdade de Educação da UFF (Rua Dr. Celestino, nº 74, 6º andar, Niterói - RJ).

Myriam Krasilchik - USP

Currículo

O GT de Currículo, na XI Reunião da ANPEd, contou com 16 participantes - número significativo, considerando a especificidade da área e o pouco tempo de existência do grupo (três anos). O número de participantes também aponta para a potencialidade de atração do tema Currículo na educação nacional.

Este relatório descreve, de modo resumido, as tarefas desenvolvidas. Ao iniciar os trabalhos do GT o Coordenador, José Luiz Domingues, da Universidade Federal de Goiás, apresentou um breve histórico da caminhada do grupo, desde sua origem até hoje. Destacou os seguintes momentos:

1985 (surge a idéia) - Seminário de Currículo PUC/SP

1986 (formaliza-se a idéia) - ANPEd/Rio de Janeiro

Organização de um Memorial dos interesses respondendo às seguintes perguntas:

- a) Quem somos?
- b) o que lemos?
- c) o que queremos?

1987 ANPEd Salvador - Visão de quem é quem em Currículo.

1988 ANPEd/Porto Alegre

Após este breve histórico, o GT discutiu sua agenda de trabalhos: temas, tempo e metodologia, sendo aprovada a seqüência abaixo:

- a) apresentação e discussão de pesquisas na área;
- b) apresentação e discussão dos conteúdos e bibliografia nas disciplinas de currículo;
- c) apresentação de moções para a assembléia da ANPEd, sobre Tema geral: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Apresentaram relatório de pesquisa ao GT os seguintes participantes, pela ordem de apresentação:

a) José Alberto Pedra, da Universidade Federal do Paraná. "Como entender Currículo hoje?";

b) Maria Terezinha de Souza Pádua, da Universidade Federal de Goiás. "O Estado da Arte em Currículo" (livros clássicos);

c) Nilda Alves, da Universidade Federal Fluminense. "A Formação dos Profissionais do Ensino e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (ênfase nos eixos curriculares).

Por uma questão de tempo, a discussão

dos conteúdos e bibliografias em uso nas disciplinas de Currículo ficou restrita à apresentação de José Alberto Pedra.

A apresentação dos trabalhos e as discussões por eles geradas apontaram para um certo consenso: o campo teórico de currículo está a merecer melhor delimitação. Torna-se importante, para o caso, manter o GT e buscar formas econômicas para o seu desenvolvimento, incentivando a produção e buscando mecanismos para trocas de experiências mais constantes e ágeis entre seus participantes. Estes, preocupados ainda com o campo teórico, acreditam ser desejável orientar os trabalhos do GT na XII Reunião Anual da ANPEd para uma temática de ordem epistemológica, na qual a tônica venha a ser a

questão do currículo enquanto matéria do pensamento educacional, buscando por esta via uma concepção de currículo com mais sentido no interior da cultura brasileira.

O último dia de encontro do GT foi dedicado aos debates sobre a LDB. As conclusões desse debate não fazem parte deste relatório, por terem sido encaminhadas diretamente à assembléia geral. Os temas debatidos foram: a) Autonomia dos sistemas escolares; b) Carreira do magistério; c) Controle da população sobre o fato escolar; e d) Fortalecimento das escolas de formação de professores para o 1º grau.

José Luiz Domingues - UFGO (Coordenador)
José Alberto Pedra - PUC/SP (Relator)

Alfabetização

1. Os trabalhos do GT objetivaram o encontro ou reencontro da universidade e a escola de 1º e 2º Grau e a educação de 0 a 6 anos, através de discussões de trabalhos, propostas e pesquisas. Conforme prognósticos anteriores, tivemos propostas que estabeleceram o necessário vínculo entre o *pensar* e o *fazer* e outras, que admitiam a separação entre o pensar da Universidade e o executar pelas agências oficiais. O consenso final das discussões encaminharam a questão, para todos os educadores e pesquisadores, no sentido de que não haja separação entre a teoria e a prática; entre o pensar e o fazer da Universidade e as agências executoras dos programas e projetos sobre alfabetização de crianças no Brasil.

2. As apresentações geradoras dos debates e encaminhadoras das discussões e conclusões finais foram as seguintes:

a) Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Projeto Estudos Contínuos e o Compromisso político da SEC do Rio Grande do Sul; Apresentação:

Profª Leda Maria Seffrin.

b) Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Amazonas. Tema: A Alfabetização no ensino regular e a questão indígena na Educação. Apresentação: Profª Antonia Campos.

c) Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife. Tema: Alfabetização no contexto da política educacional da Prefeitura da Cidade do Recife. Apresentação: Profª Maria Ellane Matos de Figueiredo Lima.

d) Secretaria de Educação do Piauí. Tema: Projeto de Reorganização das séries iniciais do 1º Grau. Apresentação: Profªs. Rosalva Henriqueta de Souza Lima e Maria Elizabeth Bastos Veras.

e) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Tema: Políticas de alfabetização através dos projetos de Extensão na UFMS. Apresentação: Prof. José Carlos Abrão.

f) Secretaria de Estado da Educação do

Mato Grosso do Sul. Tema: Perfil da Alfabetização no Estado do Mato Grosso do Sul. Apresentação: Prof^{as}. Mariangela Vieira Barbosa Athas e Iara Augusta da Silva.

g) Centro Universitário de Três Lagoas da UFMS. Tema: Um projeto de alfabetização que integra os três graus de ensino no município de Três Lagoas - MS. Apresentação: Prof^a Terezinha Bazé de Lima.

h) Secretaria Municipal de Educação de Salvador. Tema: O trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Salvador: possibilidades e limites. Apresentação: Prof^{as}. Maria Thereza Oliva Marçílio de Souza e Kajda Cristina Guedes Velame.

i) Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Tema: Reorganização da Escola Pública: implantação do Ciclo Básico. Apresentação: Prof^a Elza Yuriko Takahashi.

j) Universidade Federal de Santa Maria. Tema: Projeto formação do professor alfabetizador: uma experiência em educação indígena em Roraima. Apresentação: Prof^a Aldema Menine Trindade.

k) Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Tema: Pesquisa: a prática do professor alfabetizador. Apresentação: Prof^a Marília Batista Caçado.

l) Universidade Federal de Minas Gerais/FAE. Tema: Pesquisa em alfabetização: relato de uma experiência com o processo de produção de textos ou "Um projeto integrado sobre alfabetização da Universidade e o ensino de 1º grau". Apresentação: Prof^a Francisca dos Santos Gonçalves.

m) IESAE/FGV do Rio de Janeiro. Tema: A alfabetização e a orientação educacional. Apresentação: Prof^a Mírian Paura Sabrosa Zippin Grinspun.

n) Universidade Federal do Amazonas/Sub-Reitoria para Extensão. Tema: O que é o projeto Coarí: sub-projeto de educa-

ção. Apresentação: Profs.: Dalcyr Pereira Braga e Ivani Teresinha Taboada Kolling.

o) Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Tema: O Ciclo Básico em São Paulo. Apresentação: Prof. José Roberto Mutton Leão.

3. As discussões e apresentações foram subsidiadas por documentos entregues pelos apresentadores. O GT conservou um exemplar de todos os documentos distribuídos pelos vários apresentadores, à disposição para cópias. Os participantes receberam as colaborações das professoras: Magda Becker Soares, Regina Leite Garcia e Sonia Kramer, através de seus respectivos textos. Receberam ainda o texto: "A Alfabetização que tivemos, a que temos e a que queremos" elaborado pela SE do Piauí. Todas as apresentações e discussões do GT foram filmadas em videocassete e estão contidas em 6 fitas, gravadas em 2 horas cada.

Os interessados em cópias devem fazer contato com a coordenação do GT, mencionando o tempo de gravação desejada: 2 fitas de seis horas de gravação cada uma (baixa qualidade visual); 3 fitas de quatro horas e trinta minutos cada (relativa qualidade visual) e, 6 fitas com duas horas cada (cópia tal qual a original). Os interessados não serão onerados, a não ser na compra, remessa e pagamento do frete no envio das respectivas fitas. Essa produção pertence ao GT e não pode ser usada comercialmente. Seu uso para pesquisa, consulta e subsídio a eventos deve mencionar, obrigatoriamente a fonte: Grupo de Trabalho sobre Alfabetização da ANPED: XI Reunião Anual de Porto Alegre: 25 a 29 de abril de 1988: elaboração, roteiro, edição de Sandro Righetto Ifanger, patrocinado pela Base Editorial de São Paulo.

4. O GT sobre Alfabetização decidiu por não concretizar a mesa-redonda proposta para a Alfabetização, em espaço e tempo previamente determinados pela comissão orga-

nizadora, por entender ser salutar e propícia a integração com o então GT sobre Pré-Escola através da mesa-redonda "Legislação e Criança". No entanto, os prognósticos não foram concretizados, pela falta de informação dos membros do GT sobre Alfabetização, acerca da educação de 0 a 6 anos ou talvez, pela mesa ter se conduzido mais pelo aspecto legal da questão ou ainda, pelas especificidades das questões da educação de 0 a 6 anos, não abordadas com profundidades no GT sobre Alfabetização.

É consensual a necessária integração, pelo menos de três GTs, para discussões de pontos em comum e encaminhamento de questões intercomplementares: Grupo de Trabalho de 1º Grau, Grupo de Trabalho de Alfabetização e Grupo de Trabalho de Educação de 0 a 6 anos. Nesse sentido, ficou colocada uma proposta de encontro dos coordenadores desses três GTs, oportunamente convocada pela Coordenação do GT de 1º Grau, em época e local a ser determinado. Essa decisão foi acordada em reunião de Coordenadores de Grupos de Trabalho, durante a própria XI Reunião.

5. Os componentes do Grupo de Trabalho sobre Alfabetização ressaltam: o avanço e o amadurecimento desse Grupo, considerando-se o nível dos trabalhos apresentados, a concretização e realização com êxito de suas

propostas de trabalho, a qualidade das reflexões e encaminhamentos, com destaque para a condução do trabalho do coordenador e de seu comprometimento e competência na organização e condução dos trabalhos.

6. A coordenação submeteu o Grupo de Trabalho sobre Alfabetização a um novo processo de escolha de coordenador e, o atual coordenador foi reconduzido, por unanimidade, por mais um ano.

7. Pelo aumento considerável do número de participantes e, em decorrência, pelo aumento de atributos de tarefas, contatos e responsabilidades, a coordenação vê por bem, descentralizar parte dessas tarefas para dois subcoordenadores, escolhidos, dentro os participantes da XI Reunião Anual de Porto Alegre, a partir do desempenho excelente e constante interesse pelos trabalhos do GT.:

Profª Therezinha Bazé de Lima da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campus de Três Lagoas: Rua Manoel Pedro de Campos, 1077 CEP 79.600 – Três Lagoas Mato Grosso do Sul e

Profª Maria Emília Amaral Engers da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Rua Duque de Caxias, 1304/701 CEP 90010 – Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

José Roberto Mutton – PUC/SP

Estado e Política Educacional no Brasil

Retomando a linha de trabalho definida por ocasião da X Reunião Anual, o GT centralizou suas atividades em estudos e pesquisas que contemplavam preocupações com as questões fundamentais para o âmbito do GT, quais sejam: estado, classes sociais e movimentos sociais.

Neste sentido foram apresentados os seguintes trabalhos:

a) A Política educacional no ano de 1986. Janete Azevedo.

b) Ensino à Distância: caminhos e desca-
minhos de uma escolha política. Fátima Cunha.

c) Vestibular: a questão certa ou errada? – reflexões sobre o processo de seleção. Miriam Grinspun.

d) Municipalização da educação básica: um tema ainda em questão. Maria das Graças C. de Oliveira.

e) Estado e gestão democrática da política educacional. Márcia Angela Aguiar.

Todos os temas foram discutidos numa perspectiva de analisar as políticas expressas nos projetos específicos, acentuando, num plano mais geral, o processo de gestação das políticas públicas educacionais.

Das discussões merecem destaque as seguintes questões:

a) Estado e formação da cidadania.

b) A máquina governamental e a definição das políticas públicas e, em especial, a de educação.

c) Ensino à distância como mecanismo de democratização, mas que suscita uma constante preocupação com as direções que podem ser assumidas pelas políticas públicas, no que se refere às questões de controle e avaliação, no bojo das relações estado/educação/sociedade.

d) Implicações políticas do processo de seleção para acesso ao ensino superior.

e) Formas de materialização de propósitos democráticos na condução da política educacional, em determinadas conjunturas.

f) A municipalização questionada como proposta capaz de assegurar a democratiza-

ção da educação básica e de uma educação pública de qualidade.

O GT reiterou seu programa de trabalho, conforme relatório da reunião anterior e estabeleceu para o ano 1988/89, a centralização de estudo nos seguintes aspectos:

1º O Estado e a definição das políticas educacionais.

2º Gestão das políticas educacionais: alternativas.

3º Políticas salariais dos profissionais da educação.

4º Política de financiamento da educação.

A programação do GT para o período 1988/89 centralizar-se-á na:

a) Participação de membros dos GTs no seminário sobre Metodologia da Pesquisa, que se realizará na UFF.

b) Participação no Estágio de Intercâmbio Científico sobre Planejamento Educacional, coordenado pela Fundação Carlos Chagas.

c) Apresentação de um painel sobre Gestão das Políticas Educacionais, na V CBE.

d) Apresentação de trabalhos na próxima reunião da ANPEd, oriundos, prioritariamente, de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento.

Maria das Graças de Oliveira - UFPe

Anais da IV CBE

A Cortez Editora acaba de publicar, em convênio com as entidades promotoras e auxílio financeiro do CNPq, os anais da IV CBE, em dois volumes, com 1.260 páginas. Os pedidos devem ser encaminhados diretamente à:

Cortez Editora: Rua Bartira 387 - CEP 05009 - São Paulo - SP - Tel. (011) 8640111

Coordenadores de Grupos de Trabalho

1. **POLÍTICA DO ENSINO DE 1º GRAU**
Tereza Gally – UFPb
Av. Umbuzeiro, 1205 – Manaíra
58035 JOÃO PESSOA – PB
Tel: (083) 226-1670
2. **ENSINO DE 2º GRAU**
Aria Lúcia de França Magalhães – UFBA
Av. Presidente Vargas, 459/308
Edifício Pedra da Sereia – Rio Vermelho
40210 SALVADOR – BA
Tel: (071) 247-3324
3. **POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR**
Maria de Lourdes de A. Fávero – UFRJ
Rua Paulo César de Andrade, 70/203
22221 RIO DE JANEIRO – RJ
Tel: (021) 265-5521
Coordenador Adjunto: Niuvenius Paoli – UNICAMP
Endereço: Rua Inácio Pereira da Rocha, 295
05432 SÃO PAULO – SP
Tel: (011) 815-0425
4. **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS**
Ana Lúcia Goulart de Faria – UNICAMP
Rua Barão de Tatuí, 427/23 – Santa Cecília
01226 SÃO PAULO – SP
Tel: (011) 66-3474
Vice-Coord.: Elvira Souza Lima
Rua Pau Brasil, 435 – Jardim Recreio
14040 RIBEIRÃO PRETO – SP
Tel: (016) 634-9716
5. **EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO**
Jacques Therrien – UFC
Rua Andrade Furtado, 1755/403
60000 FORTALEZA – CE
Tel: (085) 234-3713
6. **EDUCAÇÃO POPULAR**
Sérgio Haddad – CEDI e USP
Rua Itapicuru 305
05463 SÃO PAULO – SP
Tel: (011) 825-5544
7. **EDUCAÇÃO E TRABALHO**
Gaudêncio Frigotto – IESAE e UFF
Rua Cesário Alvim, 55 Bl. B aptº 401
22261 RIO DE JANEIRO – RJ
Tel: (021) 246-5299
Coordenadores Regionais:
Miguel Gonzalez Arroyo – UFMG
Endereço: Alameda Buritizeiros 55 – Ouro Velho
34000 NOVA LIMA – MG
Tel: (031) 441-8077
- Nilton Bueno Fischer – UFRGS
Rua Felipe Camarão 356 aptº 201
90000 PORTO ALEGRE – RS
Tel: (0512) 27-4984
- Iracy Picanço – UFBA
Rua das Hortências 434 – Pituba
41810 SALVADOR – BA
Tel: (071) 248-6430
- Ozir Tesses – UFC
Rua Visconde de Cairú 720 aptº 504
60000 FORTALEZA – CE
Tel: (085) 239-2675 e 239-2833
8. **METODOLOGIA DIDÁTICA**
Marli Elisa André – USP
Rua Cardoso de Almeida 962/122 – Perdizes
05013 SÃO PAULO – SP
Tel: (011) 65-1210
9. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**
Clarice Nunes – PUC/RJ
Rua Eduardo Guinle 20/601
22260 RIO DE JANEIRO – RJ
Tel: (021) 286-0596
10. **LICENCIATURA**
Alfredo Faria Junior – UFF
Av. Ari Parreiras, 87 aptº 1301
24230 NITERÓI – RJ
Tel: (021) 710-6447
11. **CURRÍCULO**
José Luiz Domingues – UFG
Universidade Federal de Goiás
Curso de Mestrado em Educação
Rua Delenda Resende de Melo s/nº
74600 GOIÂNIA – GO
Tel: (062) 261-4666 R. 213
12. **ALFABETIZAÇÃO**
José Roberto Mutton – PUC/SP
Rua Heitor Bariani nº 94 – Tatuapé
03080 SÃO PAULO – SP
Tel: (011) 296-2535
13. **ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL**
Maria das Graças Corrêa de Oliveira – UFPE
Rua Padre Carapeuceiro 399/601 – Boa Viagem
50000 RECIFE – PE
Tel: (081) 326-3355

Grupo de Estudos sobre "Sociedade e Educação na América Latina"

1. Justificativa

A relevância e a oportunidade da abertura de espaço para estudos sobre "Sociedade e Educação na América Latina" pode ser avaliada pelo extremo interesse com que essas relações vêm se expressando na nossa região.

O GT proposto nasceu de atividades anteriores realizadas durante as reuniões anuais da ANPEd, com o objetivo de discutir a questão dos estudos comparativos em educação, de promover o intercâmbio com pesquisadores latino-americanos e divulgação da produção científica educacional da região.

As semelhanças e diferenças de nossos processos sociais e educativos poderão nos fornecer informação que possibilitem compreender as transformações em curso e, intervir, menos isoladamente, com vistas a uma perspectiva futura mais compatível com as exigências de superação de uma modernidade excludente em que nos encontramos.

2. Concepção organizativa e teórico-metodológica

O grupo a ser constituído será organizado como um espaço intergrupos pois entendemos que os demais GTs da ANPEd terão interesse em ampliar o tratamento de suas questões em uma instância em que seja possível

confrontos a partir de uma realidade concreta, como a problemática das sociedades de cada nação latino-americana em suas relações com a escola. Trata-se, portanto, de buscar uma dimensão histórica latino-americana para os estudos de educação brasileira.

3. Proposta de atuação na próxima reunião

Propomos que o grupo se reúna na XII Reunião Anual da ANPEd em uma sessão de trabalho sobre o tema "A dimensão da América Latina nos estudos de educação", aberta a todos os participantes, em horário diferenciado dos atuais grupos de trabalho. A discussão deverá considerar os aspectos teórico-metodológicos dos estudos comparativos, bem como a dimensão brasileira e latino-americana das questões abordadas.

Observação

Até o momento as atividades realizadas a partir de 86 estiveram sob a coordenação das Profas. Isaura Belloni, Maria Beatriz Luce e Iracy Picanço. No último encontro sobre Sociedade e Escola na América Latina, realizada nesta reunião da ANPEd, dois dos então coordenadores solicitaram sua substituição. A comissão ficou assim constituída:

*Maria Beatriz Luce
Célia Frazão Soares Linhares
Maria Aparecida Ciavatta Franco*

Em Direção às Novas Bases e Diretrizes da Educação à Nível do 2º Grau

1. Introdução

Por que a Lei fala em Diretrizes e Bases da Educação e não em Bases e Diretrizes? Aparentemente, tratar-se-ia do uso já consa-

grado de uma expressão. No entanto, seja na ordem lógica, quanto na ontológica, as bases precedem as diretrizes. As bases são os fundamentos, as origens, e as diretrizes soem ser um conjunto de instruções ou indicações

para se levar a termo um plano, uma ação.

Há uma razão de ordem ideológica para que se fale assim. Tratar diretamente a questão das diretrizes, como o título da Lei anuncia significa, teoricamente, omitir a questão das bases. E as bases, neste caso, são os fundamentos da sociedade brasileira, a formação social que somos e sua estrutura econômica nos moldes do regime capitalista de produção. Omitir as bases significa estabelecer lacunas sobre o que determina dialeticamente o mundo em que vivemos. É uma questão ideológica porque a não explicitação das bases sociais de super-exploração do trabalho e de suas consequências nesta sociedade, é o modo próprio de viver a questão das diretrizes separadas de sua totalidade, daquilo que as elucida enquanto tal. A reversão desse quadro implica, entre outras coisas, pensar a questão das bases da educação não como uma categoria nominal, absoluta, mas como o real concreto que é a sociedade brasileira.

De um ponto de vista complementar à questão das bases sociais em que se fundamenta uma lei de educação, está a questão dos fins dessa educação. Os fins são concebidos como alvos à alcançar para atender a necessidades que surgem da realidade da vida humana. A explicitação dos fins implica no reconhecimento de necessidades sociais que, nos termos de uma lei, se constituem em direitos ou limites, ou em negação de direitos.

Tomando como ponto de partida que, num regime democrático, deve haver maior participação do povo na gestão da coisa pública e no acompanhamento do que possam ser os interesses nacionais, a educação é um serviço fundamental e deve ser pública, leiga, gratuita, popular, assumida como um dever do Estado. A explicitação dos fins supõe a recuperação e a reafirmação dos direitos:

a) Educação para todos – Não se trata apenas de uma questão de orçamento para a educação, mas, também, da base econômica da sociedade. Ao lado de condições dignas de sobrevivência, a educação deve socializar e instruir para a participação e o exercício da cidadania plena.

b) Formar homens públicos – A superação da modernidade excludente supõe o domínio da cultura, da ciência e das tecnologias que conformam a existência atual.

c) Superar o estranhamento político – Recuperar o direito de opinar e de participar.

d) Preservar a natureza – A educação deve ter entre suas finalidades a defesa da vida e do equilíbrio ecológico.

e) Recuperar a função docente – O professor é o promotor, o coordenador e agente direto do processo educativo da escola.¹

2. O Ensino de 2º Grau – quanto à educação politécnica

Apesar dos sérios problemas atravessados hoje pelo Brasil, não restam dúvidas a respeito da crescente importância assumida pela organização da sociedade civil e pela demanda de participação por vários segmentos da população. Cada vez mais se toma consciência da natureza da sociedade como um conjunto de relações sociais assimétricas, onde as classes dominadas e subalternas têm de lutar pelo acesso à riqueza social produzida coletivamente porém apropriada desigualmente pelas classes sociais.

Nesse quadro, a definição de novas diretrizes para a educação nacional não pode deixar de considerar os interesses das massas trabalhadoras que, cada vez mais, afluem à escola. A nova educação nacional será necessariamente educação de trabalhadores

¹ O texto desta *Introdução* foi extraído do trabalho FRANCO, Maria A. Ciavatta. *A utopia de uma escola de 2º grau centrada no processo de trabalho – Reflexões sobre as novas bases e diretrizes da educação*. Niterói, UFF, abril/88.

que vivem em condições determinadas, ou seja, as condições do capitalismo periférico, em uma sociedade que esteve por longo tempo sob autoritarismo político. Assim, a questão do trabalho surge como um dos elementos fundamentais a serem considerados na formulação das novas diretrizes e bases da educação.

O bom encaminhamento dessa questão exige que se percebam com clareza as relações entre as idéias de trabalho como atividade própria da espécie humana, na construção de suas condições materiais de existência e trabalho alienado, que caracteriza a situação concreta dos trabalhadores em nossa sociedade.

Enquanto separa produtor e produto, pensamento e ação, teoria e prática, decisão e execução, esse último nega parcialmente a positividade do trabalho como categoria antropológica. Entretanto, nem por isso o trabalho alienado deixa de constituir a mola propulsora da criação de riqueza social. Enquanto condições concretas de existência dos trabalhadores forem aquelas do capitalismo é necessário que sua luta vise, ao mesmo tempo, à superação histórica da alienação e — como estratégia para isso — à neutralidade dos efeitos dessa alienação. Em outras palavras, é preciso fazer valer a importância social das massas trabalhadoras, deixando claro que são elas os verdadeiros produtores do patrimônio da sociedade. Para isso, é fundamental que se tornem conscientes do significado do trabalho, da alienação e das relações sociais de produção que vivenciam. Apenas desse modo se pode chegar a uma concepção de cidadania que denuncie as injustiças da ordem social regulada, cujo conservadorismo se pauta pela administração das desigualdades sociais, de forma a manter o equilíbrio de forças em benefício das classes dominantes.

Tradicionalmente no Brasil a ordem regulada vem subordinando a condição de cida-

dão à posse de uma ocupação ou emprego definidos. Na medida em que não possa existir as provas desse "status" — a carteira de trabalho assinada — o trabalhador deixa de ter direito à cidadania, sendo considerado como peso social. Todavia, na medida em que as classes dominadas conseguem perceber as relações entre a categoria antropológica do trabalho e a categoria econômica do trabalho alienado, define-se uma das condições necessárias à substituição da ordem regulada pela organização e a auto-gestão dos trabalhadores. Assim, é necessário deixar claro que a garantia de emprego — em vez de condição para a cidadania — é um direito mínimo indiscutível dos que trabalham na produção da riqueza social.

Nessas circunstâncias, redefine-se claramente o papel da educação. Não se trata de preparar quer uma elite dirigente, quer um estoque de mão-de-obra qualificada, segundo os requerimentos da economia. A educação coloca-se como processo político, tendo por finalidade viabilizar — dentro de seu espaço limitado e específico — a participação dos trabalhadores na construção da sociedade. Assim, a educação não se pode separar do trabalho, que passa a constituir elemento central das novas diretrizes e bases.

À educação cabe preparar os trabalhadores para lidar não apenas com a dimensão técnica mas, principalmente com a dimensão política de sua atividade. À educação cabe criar algumas das condições indispensáveis para que as massas trabalhadoras elaborem sua própria prática, como parte do processo de produção do mundo moderno, buscando superar a ruptura entre o trabalho manual e intelectual, prática e teoria, execução e decisão. Essas condições dizem respeito principalmente à compreensão da organização do processo de trabalho nas atuais condições históricas, o que implica não apenas uma sólida iniciação aos conteúdos da ciência e da tecnologia, mas principalmente uma clara

compreensão dos processos sociais envolvidos na criação e na utilização do conhecimento científico e tecnológico, que determinam as relações deste com outros tipos de saber. A importância de se perceberem tais relações reside, entre outros, no fato de ser essa percepção fundamental para resgatar a importância de conhecimento produzido na prática do trabalho, onde princípios e dados científicos são aplicados de forma intuitiva e inconsciente, gerando no trabalhador a falsa impressão de que sua atividade se opõe à atividade de elaboração teórica. A consciência da importância do saber produzido na prática do trabalho constitui elemento importante da auto-valorização do trabalhador e da forma como ele se apropria do conhecimento teórico e o utiliza na reelaboração de sua atividade concreta.

Nestes termos, torna-se indispensável explicitar os modos concretos nos quais estes princípios podem ser corporificados. Trata-se, pois, de avanços em uma proposta de escola politécnica que, até hoje, tem sido insuficientemente compreendida e inadequadamente articulada.

As tentativas que se encontram na legislação anterior não chegam a configurar uma escola politécnica como ora se propõe, uma vez que não conseguem tratar o trabalho enquanto princípio educativo, ou seja comete os seguintes equívocos:

- não superaram a dualidade estrutural;
- não alteraram o princípio educativo, no que diz respeito ao conteúdo - e esta transformação é fundamental;
- não alteraram as condições de funcionamento da escola e as condições de qualificação do professor;
- não alteraram a cisão entre teoria e prática;
- não alteraram a forma de gestão da escola, que ainda não consegue organi-

zar-se tendo em vista um projeto coletivo.

Para superar esses equívocos, uma nova escola de 2º grau deverá ser revista quanto a sua estrutura, o seu conteúdo, o seu método, a sua gestão e às suas condições físicas.

- a *estrutura*: será única, não admitindo mais a dualidade estrutural, antidemocrática na raiz, que separa a escola da cultura da escola do trabalho; do ponto de vista até das necessidades do capitalismo esta proposta não mais se sustenta, na medida em que o novo dirigente é síntese de competência técnica e competência política;

- o *conteúdo*: será politécnico, enquanto propiciar o resgate da relação entre conhecimento, produção e relações sociais, através da apropriação do saber científico-tecnológico através de uma perspectiva histórico-crítica, que permita a participação na vida social, política e produtiva, enquanto cidadão e trabalhador;

- o *método*: será teórico-prático, reunificando saber e fazer, ciência e tecnologia, cultura e técnica, tornando o trabalho, enquanto forma de ação transformadora e enquanto categoria nuclear do desenvolvimento filogênico do próprio homem na apropriação, produção e transformação de sua espécie.

- a *gestão*: será democrática, compreendida enquanto síntese superadora do dogmatismo e do espontaneísmo, uma vez que a transformação exige direção, organização, eficiência, disciplina, unidade de esforços, fruto não da ação autoritária, mas do trabalho coletivo obtido através da participação de cidadãos que se confrontam enquanto homens autônomos e independentes; isto só será possível mediante a existência de um projeto de sociedade, a partir do qual seja possível derivar um projeto pedagógico para o 2º grau, que, enquanto proposta às necessidades coletivas, confira a necessária direção à transformação pretendida, a partir do que será possível articular recursos e esforços;

– as condições físicas: deverá contar com equipamentos e espaços tais como bibliotecas, oficinas, laboratórios, que permitam a apropriação do saber científico e tecnológico e histórico-crítico sobre os quais se constrói a modernidade sob todos os seus aspectos, super-estruturais e produtivos; é impossível a politecna em escolas de cuspe e giz; o trabalho, como princípio educativo, exige a articulação entre ciência e processo produtivo, entre teoria e prática, e esta articulação só será possível em uma escola adequadamente construída e equipada.²

3. Propostas

a) *Quanto à educação politécnica*, propõe-se a transformação do ensino de 2º grau no sentido de:

– constituir-se a segunda etapa da educação básica;

– que seja uma escola única com base no trabalho como princípio educativo;

– que pautar sua organização segundo uma concepção de educação politécnica onde seja propiciado ao estudante:

. conhecer o projeto de sociedade em andamento

. dominar as tecnologias de sua área de atividade

. conhecer os métodos concretos da produção e sua relação com a sociedade.

b) *Quanto aos docentes*, devem ser observadas as seguintes questões:

– garantir que só sejam admitidos como docentes aqueles que já concluíram o 3º grau;

– garantir a formação pelas Faculdades de Educação públicas, por tempo definido daqueles professores que não tenham habilitação específica;

– definir a reformulação dos conteúdos da formação dos professores na Universidade, no sentido de assegurar a formação do cidadão-trabalhador no 2º grau;

– garantir aos docentes condições remuneradas para reciclagem e atualização permanentes, independente do horário de coordenação e criar:

. centros de estudos para professores nas escolas;

. condições financeiras de participação em cursos, congressos etc.;

– assegurar a especificidade da área de magistério a nível de 2º grau:

. duração mínima de 4 anos;

. grade curricular;

. duração e forma de estágio;

– definir uma remuneração compatível com o grau de formação independente do nível de ensino da região em que atua o professor.

c) *Quanto ao 2º grau noturno*

– Considerações:

. o aluno de curso noturno é trabalhador;

. a escola, no desempenho de suas funções eminentemente social, deverá, em sua programação, levar em conta a realidade deste aluno.

– Propostas:

. garantia da redução da jornada de trabalho ao aluno sem prejuízo salarial (articulação dos Ministérios da Educação e Trabalho);

² O texto desta seção foi extraído dos trabalhos SALGADO, Maria Umbelina C. *Subsídios à discussão a respeito da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional*. ANPEd, GT 2º grau, março de 1988 e KUENZER, Acácia Z. *O trabalho como princípio educativo no currículo de 2º grau*. Trabalho para discussão no GT de 2º grau da ANPEd, 1988.

. tratamento especial, com garantias de estímulos que visem a permanência do aluno na escola, tais como:

i) propostas curriculares dinâmicas e inovadoras, sem prejuízo do nível de conhecimento;

ii) os trabalhos escolares se realizem na própria escola;

iii) apoio ao estudante através de financiamento efetivo dos serviços da escola (biblioteca, secretaria, quadra de esportes, direção e técnicos e etc...) e aumento dos dias letivos com redução do número de aulas-diárias.

– Pagamento de adicional noturno a todos que trabalham neste turno.

d) *Quanto à gestão democrática*

– A direção da escola será exercida por um Colegiado Deliberativo composto de representantes dos segmentos da escola, de organizações de base e suas entidades representativas:

. garantir a eleição direta, através do voto universal, dos membros deste Colegiado, representantes dos segmentos da escola;

. garantir o controle e a gerência dos recursos;

. garantir a construção coletiva do projeto pedagógico da escola;

– garantir uma representatividade, escolhida democraticamente, na composição dos CMEs, dos C.E.Es. e do C.F.E.;

– garantir a participação dos segmentos das escolas e dos Secretários Municipal e Estadual da Educação.

e) *Quanto aos recursos*

– destinação de verbas públicas apenas para as escolas da rede oficial (federais, estaduais e municipais), de modo a permitir a

expansão da oferta de vagas e melhoria de qualidade, garantindo acesso e permanência a todos que buscam a escola pública e gratuita de 1º e 2º graus;

– que seja assegurado apoio ao estudante de 2º grau como forma de garantir a permanência na escola pública e gratuita daqueles que provêm de famílias de baixo poder aquisitivo.

4. Comentários Sobre o Documento de Prof. Saviani: Cap. II – da Educação Escolar de 2º Grau

a) Quanto ao Art. 35 onde é focalizada a educação politécnica como base para todo o ensino de 2º grau, entendemos que devam ser realizados estudos e análises de experiências existentes, a fim de que se tenha maior compreensão e clareza sobre o que seja a implantação de uma escola politécnica na sociedade brasileira hoje.

b) Quanto ao art. 37, constatou-se a ausência da preocupação com as artes, a literatura, as línguas, como se se tratasse apenas da educação do "homo faber".

c) O parágrafo único do mesmo artigo sugere a proposta das chamadas escolas-produção que têm sido objeto de análises e críticas, dado que têm representado entre nós a utilização de mão-de-obra barata ou gratuita dos alunos para as grandes empresas.

d) Quanto ao artigo 40, entendemos que não se deva fixar a duração do ensino de 2º grau em três anos letivos porque:

– já existem tentativas de ampliar na prática essa duração, por exemplo, nos cursos de magistério e alguns cursos técnicos;

– para equiparar os conteúdos e a qualidade do ensino dos cursos noturnos, entre outras medidas é necessária a redução do número de aulas e a conseqüente ampliação da duração do curso.

Elaborado pelo GT Ensino de 2º grau

MESAS REDONDAS

Educação de Adultos

Participaram das atividades da mesa-redonda os professores Celso de Rui Beisiegel (USP), Célia Pezzolo (FFCL-USP-Ribeirão Preto), Nilton Fischer (UFRGS) e Sérgio Haddad (CEDI-SP).

O prof. Celso Beisiegel tratou da questão da educação de adultos a partir de uma visão histórica de seu desenvolvimento no Brasil, em especial destacando a Campanha de Adolescentes e Adultos nos anos cinquenta. Procurou levantar questões trazidas por estas experiências que poderiam servir como material de reflexão para uma nova Lei de Diretrizes e Bases. A seguir, o prof. Sérgio Haddad discorreu sobre o Ensino Supletivo no Brasil, implantado a partir da Lei nº 5692/71, e suas características como modelo de atendimento escolar aos jovens e adultos trabalhadores. A partir desta caracterização, levantou questões sobre possíveis pontos a serem considerados na nova lei. A profa. Cé-

lia Pezzolo discutiu a questão da escola regular noturna como espaço de escolarização dos jovens trabalhadores das camadas populares, a partir de uma pesquisa sua sobre o ensino noturno em São Paulo. Finalmente, o prof. Nilton Fischer fez uma colocação sobre as características de uma escola popular de adultos e sobre a importância do espaço escolar como espaço de socialização e organização dos trabalhadores.

Posteriormente, os debates tocaram em temas como a questão da formação do educador de adultos, a interrelação entre o ensino supletivo e o regular noturno, o papel e os limites da ação escolar e dos conteúdos como elementos de formação política, a questão metodológica da prática educativa com adultos.

Redigido por Sérgio Haddad - CEDI

Questões Atuais da Universidade

O GT de Política de Ensino Superior considera que a nova LDB deve constituir-se num estatuto o mais realista possível, o mais viável e o mais adequado a combinar as aspirações que expressamos com as condições reais do país. Entende, também, que não se pode permitir que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja caracterizada como uma utopia estéril, mas deve representar a objetividade dinâmica capaz de contribuir para impulsionar o desenvolvimento educacional brasileiro e de suas instituições. Com esta preocupação este GT, juntamente com o GT de Licenciatura, procurou encaminhar, durante a XI Reunião Anual da ANPED,

algumas questões relativas à educação superior e às instituições universitárias, em vista à nova Lei. Numa mesa-redonda foram apresentadas e discutidas quatro comunicações: a) "Ensino Superior, universidade e a nova LDB: encaminhamento de questões", Maria de Lourdes de A. Fávero; b) "A educação de 3º grau na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação", Glaura Vasques de Miranda; c) "A Pós-Graduação e a nova Lei de Diretrizes e Bases", Carlos R.J. Cury e, d) "A Licenciatura e a formação do profissional a nível de 3º grau", Myriam Krasilchik.

A partir das comunicações, foram encami-

nhadas as seguintes questões para debate, entre outras: a) o ensino público e gratuito no 3º grau; b) condições para viabilizar, nas diferentes instituições universitárias, as funções de ensino, pesquisa e extensão; c) o exercício das funções de pesquisa, ou produção de conhecimento, e de extensão e sua associação ao ensino, tanto no plano da instituição universitária vista como um todo e passando pelo departamento, como no plano de trabalho do próprio docente; d) a universidade como lugar prioritário da produção/transmissão/devolução do saber e a pós-graduação como momento específico e de aprofundamento da produção de alternativas, devendo ser reconhecida e ter garantidas condições que não sufoquem seu dinamismo e valor; e) as dimensões da autonomia universitária e suas implicações; f) as formas atuais e futuras de organização das IES; g) o departamento mais como espaço de alocação de docentes, do que uma instância estimuladora à associação ensino/pesquisa/extensão, que, se exercida de forma integrada, pode contribuir para a

efetivação de uma universidade criadora, crítica e compromissada com a sociedade; h) o reconhecimento explícito na nova lei da presença da comunidade científica nos órgãos de fomento e nas decisões maiores; i) alocação de recursos por parte dos ministérios e destinação necessária, em rubricas próprias do orçamento das universidades, de verbas para a pós-graduação; j) reconhecimento e institucionalização da pós-graduação dentro das IES; k) reconhecimento na nova lei da presença da figura das bolsas de estudo e pesquisa como meios institucionalizados de ver realizadas as condições de produção séria, competente e compromissada; l) democratização das instituições universitárias, em termos de acesso e gestão; m) incentivo ao sistema de tempo integral para graduandos, através de bolsas de estudo e de iniciação científica; n) integração entre instituições universitárias, sistema de ensino, escola de 1º e 2º graus e formação do professor.

Redigido por Maria de Lourdes de A. Fávero - UFRJ

Legislação e Criança

O objetivo desta mesa redonda foi o de pensar a criança na realidade brasileira do ponto de vista do seu *direito* à educação escolar, a fim de que, ouvindo os palestristas e debatendo com eles, pudéssemos contribuir para as discussões sobre a nova LDB.

A mesa foi montada e coordenada por Ana Lúcia Goulart de Faria (Unicamp) e contou com a participação de Carmem Maria Craidy (Ministério da Previdência e Assistência Social), Felícia Madeira (Fundação Carlos Chagas), Marisa Rivaldo (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), Sônia Kramer (PUC/RJ e UFRJ) e Teresa Gally (UFPb).

Sônia Kramer discutiu o conceito de criança, destacando o *direito* à educação da criança de 0 a 6 anos de idade e a necessidade de

um trabalho contínuo e de qualidade dentro das instituições educacionais (creche, pré-escola e escolas) para todas as crianças. Teresa Gally retomou as necessidades do ensino de 1º grau e a nova LDB. Carmem Craidy fez uma retrospectiva da Criança na Constituinte, alertando para os riscos de recuo e para as possibilidades de avanço no projeto de Sistematização e no projeto do Centrão, oferecendo desta forma subsídios para as leis ordinárias e também para a continuidade da militância. Marisa Rivaldo apresentou um histórico da luta da mulher pela educação da criança de 0 a 6 anos. Felícia Madeira, acentuando a importância da continuidade da educação ao longo das diferentes faixas etárias e da relação entre escola e trabalho, apresentou resultados de sua pesquisa sobre o trabalho do adolescente e a escola.

Os debates estenderam-se até às 19 horas, com muita polêmica, levantando pontos relevantes para futuro aprofundamento, entre eles:

a) municipalização: sim? não? e as diferenças regionais? 1ª a 4ª séries vs. 0-6 anos etc.;

b) formação do professor: articulação 0-6 anos e 1ª a 4ª séries (+família?) professor leigo vs. pajem vs. estatuto do magistério. Quem é o professor das crianças de 0 a 6 anos? etc.;

c) movimentos sociais vs. poder local, conquista de espaços institucionais: a questão do movimento feminista, cidadania – gestão e controle etc;

d) papel do Estado na educação das crianças de 0 a 6 anos;

e) tendência da educação isolar-se nas políticas sociais.

Redigido por Ana Lúcia Faria – Unicamp

Educação e Trabalho

Participantes: Maria Nobre Damasceno (UFC), Maria A. Ciavatta Franco (UFF) e Miguel Arroyo (UFMG). Teve por objetivo discutir a questão do trabalho e da educação, com vistas à futura Lei de Bases e Diretrizes da Educação. Abordou três questões principais: a prática educativa e a consciência do camponês, a escola de 2º grau para o trabalhador e as lutas dos profissionais da educação.

Seu ponto de partida foi considerar que a produção e transformação das condições de existência se faz através do trabalho produtivo, como fonte primeira da produção do conhecimento e como enfrentamento do real, sob a interferência dos condicionantes de classes, onde o trabalhador é apropriado dos bens materiais e do saber. Por isso, o eixo de uma reflexão sobre educação e trabalho deve ser o trabalhador e seu saber e não a educação.

Desse ponto de vista, é importante que a educação rural, entendida como a educação do camponês, não se restrinja ao ensino escolar. Deve ser garantida e apoiada a prática educativa gestada pelos próprios camponeses, nos seus movimentos, assim como reforçada a articulação entre as principais práticas educativas realizadas no meio rural, escolares e não-escolares. De toda forma, so-

breleva a importância de uma escola única para a classe trabalhadora, urbana e rural, que viabilize a aquisição do saber básico por todos. Para atender as diferentes realidades, no entanto, esta escola deve ser flexível, de modo a possibilitar que sejam consideradas as manifestações dos saberes produzidos nas relações sociais do trabalho rural e nas lutas sociais do campo e articuladas com o saber proveniente das atividades científicas. A gestão da escola deve ser democrática, a fim de permitir a participação efetiva dos trabalhadores adultos e dos próprios professores na vida escolar. Quanto a estes últimos, é fundamental que lhes seja assegurada uma formação apropriada aos interesses de classe do camponês e que, como trabalhadores, lhes sejam assegurados também salário justo, carreira regulamentada e estabilidade no emprego.

Tratando da educação do trabalhador a nível de 2º grau, visando à nova lei, é preciso partir das bases da educação, que é a realidade da sociedade brasileira e suas contradições. É preciso pensar nos fins em cujo horizonte está a utopia de uma sociedade transformada. Quanto à escola de 2º grau, é preciso superar suas deficiências quantitativas e qualitativas decorrentes de uma progressiva

política de contenção, privatização e diferenciação. Finalmente, recuperar e reafirmar direitos e traçar diretrizes para a educação do trabalhador que conduzam à construção de uma escola politécnica. Esta deve possibilitar a formação de homens plenamente desenvolvidos, capazes de realizar atividades produtivas e dominar os conhecimentos para controle da produção e direção da sociedade.

Quanto aos profissionais da educação, a questão que se coloca é saber como estão sendo equacionadas as lutas dos trabalhadores e porque a questão do trabalho dos pro-

fissionais da educação não está nem na LDB nem na CLT, dando margem a que prevaleça a lei do arbítrio e não o respeito aos direitos do trabalho. Há uma relação entre a materialidade e a função das instituições. É preciso fazer com que a lei tenha força legisladora afirmadora dos direitos, substituindo o caráter indicativo pelo normativo, assegurando direitos. Deve-se levar ao nível da organização da lei as conquistas políticas (greves, relações de trabalho, direito à sindicalização e outros).

Redigido por Maria Aparecida Franco - UFF

Formação do Educador

Esta mesa redonda foi proposta pela Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, através de sua coordenadora nacional, Nilda Alves (UFF). Além desta, nela fizeram rápidas exposições Célia Linhares, da UFF e Márcia Aguiar, da UFPe e SEE-Pe.

Márcia, em sua fala, procurou problematizar "algumas implicações políticas da formação do educador", as quais sobressaem em toda sua extensão e profundidade quando se analisa esta formação no contexto mais geral das políticas governamentais. O desenvolvimento desta questão foi feito em algumas idéias básicas: 1ª a troca de posições que vários de nós tivemos que enfrentar - de pesquisador-crítico da política educacional e do sistema escolar a planejador/executor de políticas educacionais e organizador do sistema escolar; 2ª a questão do certo/errado na teoria e na prática e a necessidade de uma discussão crítica dos impedimentos para a materialização do ideário sobre a escola; 3ª os governos mais democráticos e a questão da oposição a estes governos, bem como a questão da participação nessas gestões; 4ª as necessidades inadiáveis de ampliação da rede física e a da crescente qualidade do

ensino para as camadas populares, em relação às políticas de financiamento do ensino pelas diversas esferas governamentais; 5ª as condições de funcionamento da máquina governamental, 6ª a necessidade indispensável dos cursos de formação dos professores serem considerados nas políticas públicas.

Célia Linhares desenvolveu o tema "Formação pedagógica: polos de controvérsia". Inicialmente, refletiu sobre a validade da exploração das controvérsias, explicando que esse exercício possibilita a compreensão daquilo que foi dito e não dito, permitindo distinções e posicionamentos mais claros. Mostrou, então, que as controvérsias se localizam em dois níveis: 1º aquele em que a contradição ocorre entre a premissa principal anunciada e suas derivações; 2º aquele em que as proposições de partida já são opostas. No primeiro nível, podemos arrolar o seguinte: a) há uma consensualidade bastante extensiva sobre a necessidade da qualificação e sobre a necessidade de remuneração digna do profissional da escola. Políticos, governantes e as pessoas, em geral, por menos escolarizados que sejam, afirmam estas necessidades. No entanto, na ação concreta, essas condições para a qualificação da escola não

são garantidas; b) o ensino público, gratuito, laico e de qualidade no 1º grau é mais amplamente defendido do que o ensino de 2º e 3º graus, sob os mais diversos argumentos. Ora, assegurar o ensino gratuito de qualidade só é possível se a gratuidade estiver assegurada nos três graus. As controvérsias do segundo nível se referem especialmente ao eixo da discussão da mesa redonda: A identidade da formação pedagógica. Célia citou, então exemplos, desenvolvendo as questões:

a) que profissional deve ser formado pelo curso de pedagogia: professores ou especialistas?

b) como construir a identidade do curso normal e do curso de pedagogia?

c) como articular o conteúdo com o método?

d) como estimular a reciprocidade estreita entre teoria e prática?

e) o que deve prevalecer no eixo curricular: o treinamento pedagógico escolar ou a teoria pedagógica?

Nilda Alves, por sua vez, analisou os rumos do movimento pela reformulação dos cursos de formação do educador, mostrando que, ao contrário do que é afirmado por muitos, este movimento não só reage às ações autoritárias advindas do poder, em especial do CFE, mas tem apresentado, de forma extremamente coerente, saídas para os diversos impasses existentes. Exemplificou esta afirmativa com uma das questões centrais para o movimento: a base comum nacional. Entendendo este movimento no seu sentido *lato* e tendo por isto analisado documentos, falas de liderança, discussões mantidas com diferentes platéias, artigos escritos por vários colegas etc, identificou as principais premissas e indicações no que se refere à base comum nacional. Funcionam como premissas:

a) somente a percepção da necessidade de um crescente trabalho coletivo na escola

permitirá o desenvolvimento da base comum nacional;

b) somente uma metodologia histórica permitirá o estabelecimento desta base comum;

c) somente o desenvolvimento da relação teoria-prática, desde o início do curso, permitirá o incremento da base comum nacional;

d) somente uma atitude autônoma das universidades e das escolas, questionando o "autoritarismo legislador", permitirá a criação da base comum nacional.

A partir disto e percebendo que é necessário superar a divisão do conhecimento posto na nossa sociedade pela existência das várias ciências e nas escolas pelas disciplinas, o movimento:

1. em um primeiro momento, reafirma a necessidade das disciplinas, por se reconhecer que é nelas, concretamente, que se pode dar a apropriação do conhecimento científico – "cada ciência possui um objeto próprio, determinado conteúdo e metodologia específica";

2. em um segundo momento, há a proposta de criação dos espaços coletivos, a partir da discussão dos conteúdos essenciais (não mínimos) a serem desenvolvidos em cada disciplina. Neste momento, percebe-se que há a indicação do que se vem chamando de "eixos curriculares, na falta de uma melhor nomenclatura". Identificou, então, nas propostas do movimento, os seguintes eixos:

a) a relação escola-sociedade e a escola pública como espaço democrático e espaço dos confrontos e das diferenças;

b) a construção do conhecimento;

c) o cotidiano da escola e da sala de aula;

d) o "discurso das culturas vividas";

e) escola e individualidade – que embora não venha sendo ainda assumido pelo movi-

mento como essencial, vem, no entanto, sendo discutido de forma crescente.

Estabeleceu-se, após estas três falas, acirrado debate entre os colegas presentes, em especial Luiz Carlos Freitas, Maria Lisboa, Carmen Craidy e outros. As discussões giraram, sobretudo, em torno da urgência da tomada de certas posições pelo movimento e pela questão dos conteúdos específicos das disciplinas metodológicas.

Após o encerramento da mesa, realizou-se

uma reunião com os interessados em operacionalizar o *III Encontro da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador*. Decidiu-se que este ocorrerá em Brasília, nos dias 31.7 e 1.8, antecedendo a V CBE. Organizou-se uma pauta e indicaram-se pontos importantes, que deverão ser enviados, por circular, aos representantes estaduais e demais interessados.

Redigido por Nilda Alves - UFF

Dedicação Integral dos Bolsistas

Transcrevemos abaixo o texto do telegrama encaminhado ao CNPq, pela Presidência da ANPEd:

Transmito esse comitê apreensão coordenadores cursos Pós-Graduação Educação tocante rigidez aplicação exigência dedicação exclusiva alunos bolsistas pt CANCELAMENTO bolsas pessoas vinculadas significará concessão mesmas alunos recém formados sem experiência vg comprometendo critério qualidade pt ANPEd considera posição Diretor Geral CAPES expressa reunião coordenadores Porto Alegre 25 abril mais adequada realidade área pt Solicito estudo desse comitê et obséquio informar resultados pt Atenciosamente Osmar Fávero Presidente ANPEd.

Programa de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

No mês de junho ocorreu a instalação do Programa de Mestrado em Educação da UFMS. Para tanto, realizou-se o seminário *A pós-graduação na área de educação*, nos dias 27 a 30, promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Coordenadoria de Pós-graduação, Centro de Ciências Humanas e Sociais e Programa de Mestrado daquela Universidade, a cargo da Prof^a Annadyr Barletto Cavalli, coordenadora do referido Programa.

O seminário teve como objetivos o repensar a pós-graduação em termos concretos no contexto da Universidade, buscando estabelecer os parâmetros de uma nova política de pós-graduação e o estímulo à efetiva integração entre a coexistência das atividades de ensino da pós-graduação e de pesquisa. Contou com a presença de representantes da CAPES e de docentes da UNICAMP, UFG, UFRGS e UFF. A ANPEd se fez presente através de seu Secretário Geral, Prof. Jésus de Alvarenga Bastos, que se encarregou de uma das exposições.

REUNIÕES DE COORDENADORES

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, realizada em Porto Alegre, aos 25 de abril de 1988 (parte da manhã)

0. *Proposta da reunião.* Divulgada com antecedência pelas circulares convocatórias, pretendia discutir os *problemas comuns* aos Programas, retratados nos relatórios de avaliação feita pela CAPES em setembro de 1987, a partir das informações relativas ao biênio 1985-86. (Esses relatórios foram enviados pela CAPES a todos os coordenadores, em janeiro p.p., e publicados no Boletim ANPEd v. 9, n. 4, out./dez. 1987). Esclareceu-se que o momento era propício, por dois motivos: a) maior consciência da área, após as discussões nas duas últimas reuniões anuais da ANPEd, envolvendo inclusive a eleição da Comissão de Consultores e a elaboração e proposta da nova sistemática de avaliação, a ser conduzida pela ANPEd; b) a possibilidade de uma visão de conjunto da área, frente a outras áreas, e com vistas à montagem de um projeto de ajuda aos cursos necessitados, envolvendo o intercâmbio entre Programas, e a criação de um GT que encaminhe uma discussão sobre a expansão do doutorado. Alguns coordenadores presentes insistiram, todavia, que, nessa discussão, não poderiam deixar de ser levados em conta os resultados concretos da última avaliação. Passou-se, a seguir, a considerar os problemas mais importantes da área, destacados dos dois relatórios elaborados pela Comissão de Avaliação.

1. *Necessidade de preencher corretamente os formulários.* Uma das tarefas do Coordenador, que deve ser rigoroso nas informações e pontual no encaminhamento do relatório. Não é aceitável que o Coordenador tire férias, deixando o relatório em segundo plano. Por outro lado, as dificuldades especí-

ficas para o preenchimento dos formulários, decorrentes de falhas do Manual ou de imperfeições dos formulários, devem ser discutidas com a CAPES. (Alguns pontos foram anotados, para a parte da tarde).

2. *Problema de titulação dos docentes.* Em outras áreas, sobretudo das ciências exatas e da engenharia, não há mais mestres responsáveis por disciplinas e orientação de teses. Na área de educação muitas disciplinas e também a orientação de teses muitas vezes ficam sob a responsabilidade de mestres. Há bastante dificuldade na absorção dos doutores diplomados no exterior, devido à formação específica que recebem, desvinculada das necessidades reais do curso e às vezes por não-aceitação da proposta dos Programas. Este ponto sobrecarrega o primeiro e necessita ser avaliado; ambos prejudicam o conceito do Programa e comprometem a possibilidade de receber recursos e bolsas das agências. Há urgência na titulação de doutores, o que envolve o compromisso dos Programas em liberar os mestres e a disposição destes em deslocar-se. A CAPES manifesta interesse em ajudar concretamente este esforço, tanto no que diz respeito a bolsas, no país e no exterior, quanto à ampliação de vagas em cursos no país. Tem mesmo apoiado "pacotes de bolsas" de uma mesma instituição, visando a titulação mais rápida de seus docentes, inscritos em vários programas nacionais. Este ponto é fundamental também nas preocupações da ANPEd, devendo ser abordado mais profundamente nesta reunião e em futuro próximo.

3. *Tempo médio de titulação de mestres (36 meses) e dos doutores (48 meses).* Considerado muito alto e tomado como critério fundamental na concessão de recursos pelas agências, sobretudo CAPES e CNPq. Ao lado de características próprias da área, percebe-

se pouco rigor de vários programas no controle do tempo concedido aos pós-graduandos. Embora se aceite que as Universidades possam ter limites diferentes que os exigidos pela CAPES para conclusão dos cursos, as bolsas são concedidas mediante compromissos explícitos, que devem ser respeitados.

4. *Produção acadêmica.* Embora venha aumentando, nos últimos anos, exige uma avaliação no que diz respeito a essa quantidade e sobretudo a sua qualidade e âmbito de divulgação. São poucos os Programas que apresentam uma produção coletiva, fruto de projetos de pesquisa que envolvem docentes e pós-graduandos. Em alguns casos, a produção de docentes vinculados ao Programa não é contado neste. Na maioria dos casos, no entanto, é contada em dobro e até em triplo (quando o mesmo docente é vinculado a mais de um Programa). Por outro lado, grande parte das publicações são de âmbito local, ou no máximo regional. Seria necessário estabelecer critérios que traduzissem principalmente a amplitude da circulação, periodicidade, existência e funcionamento concreto de comitê editorial, nível e natureza da publicação – trabalho que começou a ser feito pelo INEP e que precisa ser retomado.

5. *Listagem exagerada de disciplinas.* Alguns catálogos apresentam uma centena delas! Pode significar tendência positiva de mudança na estrutura curricular e superação das áreas de concentração, mas é preciso buscar equilíbrio. Positiva também a presença de disciplinas que visam à preparação próxima dos projetos de teses e dissertações, mas preocupante a pequena diferença entre a estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado.

6. *Linhas de pesquisa ou núcleos temáticos.* Nota-se certo amadurecimento nas propostas, mas desigual envolvimento dos docentes e pós-graduandos quando se compara a enumeração dos projetos de pesquisas, com os relatórios produzidos e as disserta-

ções decorrentes dos projetos. É pequeno o número de docentes envolvidos e pouco utilizado o mecanismo de pesquisas institucionais. Aqui também deveria ser melhor considerada a qualidade dos relatórios e dissertações produzidos e avaliado o resultado efetivo das discussões realizadas inter pares, nas reuniões, seminários e encontros mais amplos da área. Deve-se equilibrar também as atividades de assessoria e consultoria, aliados à produção e difusão de conhecimento, mal retratadas nos últimos relatórios.

7. *Apoio aos mestrados de conceito C e D,* principalmente aqueles mais contumazes. Além da especial atenção da CAPES através de visitas de acompanhamento, necessário rediscutir o "caráter punitivo" da avaliação e elaborar programas de atendimento as suas dificuldades, através da ANPEd e com o apoio mais efetivo das agências.

8. *Outros problemas menores,* tais como a sobrecarga administrativa e de coordenação, a inconveniência de um Programa valer-se de professores visitantes sem um quadro estável de professores permanentes. Há outros problemas ainda pouco estudados e que foram apenas indicados: a heterogeneidade das turmas de pós-graduandos; o aumento de procura dos cursos pelo atual valor das bolsas de estudo; o maior número de ingressos que o admitido pela disponibilidade de professores etc.

Alguns destes pontos, mais a questão da exigência de dedicação exclusiva dos bolsistas ao curso, foram destacados para serem discutidos com o Diretor Geral e o Coordenador de Avaliação e Acompanhamento da CAPES, na reunião da tarde. Ao final da manhã, encaminharam-se ainda:

- a) a elaboração de moção sobre o respeito às prioridades das indicações dos candidatos a reitores, por parte do Ministro da Educação;
- b) da criação de um GT para apresentar sugestões de estudo sobre a criação de no-

vos cursos de doutorado, ainda durante a XI Reunião Anual;

c) aceitação da proposta de elaboração de catálogo das teses e dissertações produzidas no período 1971-82, conforme circular da Diretoria aos coordenadores de Programas;

d) elaboração de moção sobre os graves prejuízos para a universidade, a educação e a sociedade brasileira em geral das medidas de proibição de contratações, congelamento de salários, incentivo à aposentadoria e suspensão das atividades das fundações de pesquisa.

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DE GRUPOS DE TRABALHO, realizada em Porto Alegre, aos 25 de abril de 1988 (parte da tarde).

0. Constituiu-se em continuação à reunião realizada na parte da manhã do mesmo dia, agora com a presença de membros das agências de fomento à pós-graduação e à pesquisa, assim representadas: CAPES – Dr. Edson Machado de Souza, Diretor Geral, e Prof. Ricardo Chaves de Rezende Martins, Coordenador de Acompanhamento e Avaliação; INEP – Dr. Manuel Marcos Maciel Formiga, Diretor Geral, Profa. Laís Mousinho Guidi, Diretora de Pesquisa e Profa. Janete Chaves, representante da Diretoria de Documentação e Informação; FINEP – Dra. Elizabeth Pinto Guedes, Chefe da Divisão de Políticas Sociais; CNPq – Profa. Luiza de Sá Moreira, representante da Coordenação de Ciências Sociais Aplicadas II; e Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, Presidente da Comissão de Consultores da Área de Educação, junto à CAPES. Foi justificada a ausência da Profa. Bernardete Gatti, Coordenadora do Comitê Assessor de Educação do CNPq, por motivos de trabalho na Fundação Carlos Chagas.

1. As Profas. Esther Buffa (UFSCar) e Luzeze Adelaide Pereira (UFPb), apresentaram

o retrospecto das questões tratadas na parte da manhã, algumas delas em forma de questionamento, especialmente à CAPES, uma vez que o tema *avaliação* havia sido debatido na parte da manhã, bem como sobre *bolsas de estudo*, ponto também questionado e objeto de preocupação dos presentes.

2. Após a apresentação do retrospecto da manhã, passou-se a palavra ao Prof. Edson Machado de Souza. No que se referia à questão das *bolsas de estudo*, prestou os seguintes esclarecimentos:

“Em primeiro lugar, talvez até um pedido de escusas pela forma como certas coisas estão colocadas nos Manuais da CAPES – do PICD e do Programa de Demanda Social. Esta forma cria a falsa impressão de que a CAPES está fazendo exigências quando, na realidade, está querendo fazer sugestões.

A única exigência, de fato, por decisão do Conselho Técnico Científico (composto pelos presidentes das Comissões de Consultores) é a questão da duração das bolsas. Como resolução tomada pelo CTC, ela é impositiva, normativa. Sobre esta questão farei alguns esclarecimentos, posteriormente. Pretendo recuperar, de início, a filosofia do Programa de Bolsas de Estudo. Isto é importante porque poderemos, provavelmente, em prazo relativamente curto, repensar um pouco essa filosofia.

O Programa de Bolsas de Estudo foi criado basicamente como um programa de auxílio, de apoio individual; portanto, a bolsa não deve ser vista como meio de subsistência – ela é um complemento, um auxílio, e não um salário.

A bolsa é concedida sob dois pressupostos: o do potencial do candidato: sua competência, sua qualidade, seu desempenho; deve-se levar também em consideração os aspectos de carência econômica ainda que, repito, a bolsa não deva ser considerada como meio de subsistência.

De 1986 para cá, temos uma nova política relativa ao valor das bolsas de estudo. Elas adquiriram um valor bastante razoável, tornando-se, às vezes, altamente competitivas até com o mercado de trabalho e podendo mesmo passar a ser uma opção de vida, a curto prazo. Em vista disto, deveremos começar a repensar o significado das bolsas dentro dos Programas de Pós-Graduação.

Não convém, todavia, ir com muita sede ao pote; quer dizer, não convém repensar isto muito rapidamente porque na realidade as agências não têm nenhuma segurança do que a atual política relativa aos valores de bolsas possa ser mantido "ad eternum". Não existe uma legislação que regule o assunto, nenhuma decisão governamental formalizada através de quaisquer atos legais: decretos, portarias ou resoluções. Existe, no momento, um acordo de cavalheiros entre as autoridades do Governo, homologado e ratificado pelo Presidente da República.

A atual política estabelece que os valores das bolsas estão vinculados aos valores dos salários dos docentes das instituições federais de ensino superior: 70% do salário do professor auxiliar para o mestrado e os mesmos 70% do salário do professor assistente, nível 1, para o doutorado. Se isto será mantido ou não, é uma grande incógnita. Portanto, não convém pensar em alterações ou mudanças radicais no Programa de Bolsas de Estudo, na medida em que não se tem segurança de que esta política vá persistir por muito tempo. É certo que se depender do desejo das agências, ela será mantida, mas, infelizmente, essas coisas não ficam apenas ao critério ou ao arbítrio das agências financeiras.

As decisões do ano passado e deste ano, a nível governamental, propiciaram, por um lado, melhoria substancial nos valores das bolsas e, por outro, grande aumento do número de bolsas concedidas pelas diversas agências. Com base nessas duas realidades,

nós, na CAPES, pensamos iniciar um disciplinamento de certas coisas que, a nosso ver, devem contribuir para a melhoria do sistema de pós-graduação.

Um dos grandes problemas que a pós-graduação nacional vem enfrentando é o tempo médio de titulação, bastante alto. O último relatório de avaliação da área de educação mostra que, no curso de mestrado, estamos praticamente com 60 meses (ou seja, 5 anos) como tempo médio nacional de titulação. Supostamente, para os bolsistas das agências, esse tempo médio deve ser um pouco menor; mas, na realidade, o tempo médio do País como um todo é muito alto. Isto significa um investimento muito maior do que o que seria razoável supor para a formação de um mestre. Significa, também, que para o próprio bolsista a bolsa assume um valor intrínseco diferente, porque se ele está consciente de que vai ficar atrelado por 4 ou 5, talvez mesmo 6 anos a um Programa, já tem que encarar a bolsa como um meio de vida. O curso não é mais uma atividade efêmera em sua vida acadêmica, mas alguma coisa que lhe vai tomar 5 ou 6 anos; talvez 10 ou 12 caso pretenda prosseguir no doutorado. Como temos o costume de exigir o mestrado como pré-requisito para o doutorado, significa que o indivíduo pode perfeitamente pensar em investir talvez 10, e mesmo 12 anos da sua vida para obter sua titulação de doutor. Isto leva necessariamente o bolsista a encarar a própria bolsa de uma forma diferente — não como um mero complemento, não como um auxílio — também ele efêmero, durante pouco tempo —, mas como algo que lhe vai servir de sustento durante um período substancial da sua vida útil.

Após essa introdução sobre a filosofia do Programa de Bolsas de Estudo, vejamos o que está acontecendo hoje.

Como podemos exigir de um bolsista dedicação exclusiva ao curso se dissemos que a filosofia do Programa é que a bolsa seja um

complemento e não um meio de subsistência? Partimos do pressuposto que a situação ideal é que o indivíduo, mesmo quando tem vínculo empregatício, seja dispensado de qualquer outra atividade para que possa se dedicar exclusivamente à pós-graduação. O objetivo é permitir que o indivíduo possa acelerar seu programa de estudos, portanto, reduzir seu tempo de titulação tanto quanto seja possível.

Sabemos, contudo, que há situações em que não se pode exigir que o indivíduo peça demissão do emprego. Também não se pode exigir do empregador que dispense o indivíduo de todas suas atividades para que se dedique exclusivamente à pós-graduação. Não há como estabelecer regras para este jogo. Isto terá de ficar a nível do bom senso, da responsabilidade, do critério das pessoas que concedem bolsas nos Programas. Daí a razão de insistirmos na criação de comissões responsáveis pela concessão de bolsas, em cada Universidade ou nos Programas. Se estas já existem, se já estão constituídas de alguma forma dentro da Universidade ou do Programa, não é preciso seguir a regra que está nos Manuais da CAPES. A regra, é sugestão da CAPES; não é imposição, não é exigência. Desde que exista algum órgão colegiado, de preferência com representação estudantil, este órgão, mesmo que não siga o modelo dos Manuais, supre perfeitamente a função desejada: de que a decisão não seja pessoal (do Coordenador ou do Orientador), mas tomada num colegiado e cercada de alguns cuidados, entre eles a questão da dedicação.

Se algum indivíduo tem outro tipo de atividade, se esta é correlata com o que ele está fazendo ou, mesmo não sendo correlata, se não interfere em seu desempenho, tudo bem. Podemos abrir mão da exigência; podemos conceder-lhe a bolsa. O nível de salário que o indivíduo tem em sua atividade também é algo a ser considerado; portanto, a existência de vínculo empregatício não é uma questão em si, mesmo porque a CAPES mantém o PICD,

voltado especificamente para docentes com vínculo empregatício, com a exigência de que esse docente seja liberado de suas responsabilidades, em sua instituição de origem, para que possa se dedicar exclusivamente à pós-graduação.

O bom senso, o juízo criterioso, a honestidade na concessão de bolsas é que vão levar cada instituição, através de um grupo competente para essas decisões, a conceder ou não as bolsas. Em casos de dúvidas maiores vale uma consulta à CAPES – no sentido de uma troca de idéias com a Coordenação do Programa, com vistas a uma conclusão.

Não se pretende fazer uma mudança abrupta no sistema, muito menos sair repentinamente por aí cortando bolsas. Pretende-se, com essas exigências – e aqui me refiro especificamente à questão do prazo de concessão das bolsas – é conscientizar, é chamar a atenção para uma necessidade que precisa ser enfrentada: a questão da redução dos prazos médios de titulação, portanto, do aumento da produtividade dos Programas de Pós-Graduação.

A questão da duração da bolsa está vinculada, assim, a este objetivo e a esta postura face à situação atual. Mesmo este prazo não é absolutamente fatal; podemos abrir mão, podemos vir a conceder bolsas além dos 3 anos estabelecidos pelo CTC, desde que os casos sejam individualmente justificados. Não vamos aceitar argumentos que induzam, por exemplo, à prorrogação para além de 3 anos de todos os bolsistas, como ocorreu recentemente: vários Programas de várias áreas do conhecimento solicitaram a prorrogação pura e simples para todos os bolsistas.

Outro ponto que está ocorrendo com muita frequência e que precisa ser evitado: como existe uma diferença nos prazos estipulados pela CAPES e pelo CNPq, os bolsistas que vencem o prazo do CNPq e não conseguem

mais a prorrogação neste órgão, passam a ser bolsistas da CAPES, e vice-versa. Nada impede que isto seja feito, mas o prazo que ele foi bolsista do CNPq, será computado também dentro dos 3 anos estabelecidos pela CAPES. Não há grandes vantagens em deixar a bolsa do CNPq e passar para a CAPES; na melhor das hipóteses, o indivíduo vai ter mais um ano de bolsa, e, na pior das hipóteses, apenas 6 meses caso ele tenha conseguido a primeira prorrogação pelo CNPq. Será, portanto, possível abrir mão dos 3 anos nos casos em que individualmente haja uma justificativa adequada, que demonstre realmente a necessidade efetiva do prosseguimento da bolsa, venha ela da CAPES ou do CNPq.

Outro aspecto da questão levantada: o eventual conflito entre o prazo da concessão de bolsa da CAPES e o prazo regimental concedido pelas instituições. A meu ver não é um conflito. As instituições têm todo o direito de considerar que os indivíduos podem utilizar 5 ou 6 anos para fazer o mestrado ou o doutorado. Do ponto de vista da CAPES, estamos financiando alguns indivíduos. Para estes, nos reservamos o direito de estabelecer um prazo que não é necessariamente o mesmo das instituições. O indivíduo pode perfeitamente, e isto é comum, completar seus créditos em 1 ano e meio ou 2 anos; ir para casa e ficar 3 anos escrevendo uma dissertação ou uma tese. Ninguém irá impedi-lo de assim proceder; mas não vamos financiá-lo para que assim seja.

Estes os comentários que queria fazer sobre as dúvidas levantadas. As orientações que a CAPES está adotando têm sido exaustivamente debatidas no seu CTC. As situações particulares de algumas áreas do conhecimento têm sido apontadas e, especialmente na última reunião desse Conselho, por força da presença do representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos, a questão foi retomada. Nesta reunião, manteve-se a posição de que devemos ter flexibili-

dade para acomodar situações especiais, mas devemos insistir em termos alguma regra geral que procure contemplar as situações gerais e que force de uma maneira ou de outra os Programas a colaborarem na busca de soluções para os problemas que estamos encontrando na pós-graduação”.

Quanto ao atraso no pagamento de bolsas, o Diretor Geral da CAPES informou que a solução não estava nas mãos das agências, mas dependia do repasse de verbas pelo Ministério da Fazenda. Havia conseguido liberar o pagamento das bolsas até o mês de abril corrente, sendo que para maio estava na dependência de verbas suplementares. Referiu-se, a seguir, à expansão do Programa de Bolsas no Exterior, devido, em parte, a um relativo estrangulamento dos cursos de doutorado no país. Quanto à criação de novos cursos de doutorado, afirmou não haver dificuldade em apoiá-los, desde que surjam bons projetos. Lembrou que o apoio da CAPES aos novos cursos de mestrado está sujeito à aprovação prévia dos respectivos projetos de criação pelo Grupo Técnico Consultivo, presidido por essa agência e com a participação da FINEP, do CNPq e de outros órgãos.

3. O Prof. Ricardo Chaves de Rezende Martins, ateu-se a algumas questões relativas ao processo de avaliação: a) quanto ao prazo exigido pela CAPES para preenchimento do relatório dos cursos ser diferente do tempo que as instituições têm para este trabalho, informou que, após consultas aos Pró-Reitores de Pós-Graduação, a CAPES resolveu mudar o sistema de coleta de informações, para resolver uma série de problemas, inclusive o aqui levantado. Em decorrência dessa mudança, este ano o trabalho feito pelas coordenações dos Programas foi bem maior. Mas, isto reverterá, certamente, na agilização do sistema para os próximos anos. Informou também que este projeto está embutido no processo de informatização das Uni-

versidades, tendo a CAPES distribuído mini-computadores a cerca de 40 Pró-Reitorias Universitárias, ou seja, 2/3 das universidades que mantém cursos de pós-graduação; b) no que diz respeito ao formato dos instrumentos e à apresentação das instruções no Manual da CAPES, trata-se apenas de questão técnica que poderia eventualmente ser discutida na Gerência de Sistemas dessa agência; c) sobre os dados completos e/ou incompletos apresentados no Relatório Anual das Instituições, afirmou que, implantado o sistema, parte-se do princípio que as informações estão sendo enviadas o mais completas possível. No entanto, especificamente neste período que o sistema de coleta de informações foi mudado, está se desenvolvendo a seguinte estratégia: à medida que os formulários vão sendo recebidos, são analisados e, a seguir, elementos da equipe do Núcleo de Informações da Coordenação de Acompanhamento e Avaliação vão às Universidades para estudar no local problemas e resolver dúvidas; d) sobre a redundância de informações para o CFE e a CAPES, por ocasião do credenciamento de cursos: a partir de 1980, quando se iniciou a implantação da sistemática atual de coleta de informações, pretendia-se que a CAPES informasse os processos de credenciamento junto ao CFE, substituindo as informações específicas para o credenciamento pelas informações periódicas dos Programas. Com a sofisticação da sistemática, talvez se possa, efetivamente, a médio prazo, operacionalizar a questão; e) sobre o fato de os resultados da avaliação de um biênio serem comunicados aos Programas no ano seguinte, gerando problemas posteriores: a solução seria realizar o ciclo de visitas no ano intervalar da avaliação; f) quanto ao padrão único de avaliação para todas as áreas: a CAPES vê a experiência como positiva; g) sobre o projeto de pesquisa "Testagem piloto da sistemática de avaliação dos cursos de pós-graduação em educação", proposto pela ANPED para financiamento pela CAPES, informou que essa agência tem procurado estimular outras for-

mas de avaliação que complementem a sistemática atual. Afirmou que o referido projeto pode ser considerado aprovado, conforme acordado com a Presidência da ANPED. Devido à limitação de recursos financeiros, no entanto, houve entendimentos com o CNPq, visando colaboração no que diz respeito às bolsas dos pesquisadores responsáveis. (Este assunto foi retomado na reunião complementar realizada no dia 26.4, à noite).

4. Dra. Elizabeth Pinto Guedes, da FINEP, esclareceu inicialmente que a atuação desse órgão, na área de educação, continua sendo orientada pelo "Programa Integrado Educação e Sociedade" e que qualquer alteração nesse esquema só seria feita com a participação da ANPED e das demais agências que compõem o PIES. Dois problemas, todavia, precisam ser enfrentados a curto prazo: a) com a saída dos dois técnicos responsáveis pela área de educação, a parte burocrática está atrasada, embora os projetos recebidos para análise continuem sendo encaminhados aos consultores *ad hoc*. A substituição daqueles técnicos, no entanto, é problema difícil nas circunstâncias atuais – pela impossibilidade de novas contratações e quase inviabilidade de efetivar requisições –, mas a Diretoria da área está se empenhando numa solução; b) é necessário rediscutir a função do Grupo Assessor. A FINEP entende essa função como em mais ampla; não lhe cabe apenas analisar projetos e opinar sobre seu enquadramento no PIES. Com base na experiência de comitês de outras áreas, a FINEP espera que o G.A. assuma o planejamento da área de educação, no que diz respeito à pesquisa. Vê o G.A. como um grupo de fomento: cabe-lhe identificar grupos de pesquisas, demandar que estes assumam determinados projetos, acompanhar e avaliar sua atuação. É um grupo de política, não apenas junto à FINEP, mas junto às quatro agências que apoiam o Programa. Após alguns esclarecimentos, sobretudo pelos membros do G.A. presentes à reunião (Waldemar Sguissardi, da UFSCAR,

Menga Lüdke, da UFF e PUC/RJ e Iracy Picanço, da UFBA, eleitos na reunião de Salvador, e C.R. Jamil Cury, como Presidente da Área de Educação da CAPES), e discussão de pontos específicos, insistiu-se na urgência de realizar uma reunião do G.A., para analisar a fundo as questões levantadas.

5. O Prof. Manuel Marcos Maciel Formiga, Diretor Geral do INEP, relatou circunstanciadamente as mudanças ocorridas na sua política de atuação: a) presença cada vez maior da comunidade acadêmica junto ao órgão; b) redefinição do papel dos Comitês de Pesquisa e Editorial; c) reforço no orçamento com a obtenção de recursos complementares e redistribuição interna desses recursos visando reduzir a participação administrativa e ampliar a capacidade de pesquisa e editoração. Referiu-se, ainda, à instalação da biblioteca do INEP, em local nobre no andar térreo do MEC, bem como à construção de sua nova sede, na UnB, e às comemorações do cinqüentenário do Instituto. Profa. Laís Mousinho Guidi, Diretora de Pesquisa, enfatizou o papel do Comitê de Pesquisa, em especial ao apoio que vem recebendo de consultores *ad hoc*. Pelo plenário, foram levantadas preocupações referentes à falta de integração entre a comissão criada para avaliar a política de pesquisa e o comitê respectivo; a questão da fixação apriorística de cotas para financiamento de pesquisas e eventos, além da necessidade de apoio a grupos e pesquisadores emergentes e à necessidade de retomar seminários de avaliação de pesquisas, agrupados de acordo com as temáticas trabalhadas.

6. A Profa. Luiza de Sá Moreira, do CNPq, referiu-se à importância do trabalho dos consultores *ad hoc*, recebendo como sugestão que a esses mesmos consultores fosse dado conhecer o encaminhamento do projeto sobre o qual emitiu parecer. Colocou-se à disposição dos interessados para responder dúvidas específicas, tendo sido combinado horário para este procedimento.

REUNIÃO DE COORDENADORES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, realizada em Porto Alegre, aos 26 de abril de 1988 (noite).

0. Tendo como objetivo específico a questão da substituição de Carlos Roberto Jamil Cury, cujo mandato se encerra ao final do ano corrente, realizou-se a terceira reunião de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação. Por solicitação dos coordenadores, no entanto, a reunião iniciou-se com uma exposição sobre a proposta e o projeto da avaliação dos Programas, a ser realizado pela ANPEd.

1. Avaliação dos Programas de Pós-Graduação

A Profa. Menga Lüdke, da UFF e PUC/RJ, historiou a elaboração da *Proposta de sistemática de avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação*, a ser realizada pela ANPEd, em complementação àquela realizada pela CAPES. Informou que no encontro realizado em Salvador, durante a X Reunião Anual, em maio de 1987, ficou decidido que se faria uma revisão no texto apresentado para discussão, após o recebimento de contribuições dos Programas, e se elaboraria um *Projeto de testagem* da referida *Proposta*, a ser submetido oportunamente à CAPES. A revisão e o projeto foram assumidos por Menga Lüdke e Ana Maria Saul (ausente da reunião em pauta por motivos de saúde). Apenas 12 Programas enviaram críticas e sugestões e alguns manifestaram-se desde logo interessados em participar da referida testagem. A *Proposta* em sua forma final foi publicada no Boletim ANPEd, v. 9, n. 4, de out./dez. 1987 e distribuída por xerocópia a todos os participantes. Quanto ao *Projeto*, foi enviado pela ANPEd à CAPES, ao final do ano passado, solicitando-se apoio financeiro e institucional para sua execução. Prevê-se 7 etapas de avaliação, a saber: 1) Preparação da pesquisa. 2) Acompanhamento da auto-

avaliação dos cursos. 3) Acompanhamento das visitas aos cursos. 4) Acompanhamento da avaliação inter-cursos. 5) Acompanhamento do retorno da avaliação dos cursos. 6) Acompanhamento da avaliação dos cursos pela Comissão de Consultores junto à CAPES e 7) Análise crítica dos resultados.

Em contactos posteriores com a Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, duas ordens de dificuldades foram apontadas: a) o financiamento solicitado exigia tratamento diferenciado quanto aos diversos itens, em particular no que se referia às bolsas de pesquisa; b) a conveniência de manter-se a avaliação promovida pela ANPEd independente da avaliação promovida pela CAPES. Quanto ao primeiro ponto, foi possível acertar os procedimentos, inclusive solicitando apoio ao CNPq no que dizia respeito à única bolsa de pesquisa realmente necessária. No que diz respeito ao segundo, coincidia também com o único ponto efetivo da política de ação, levantado por um dos Programas: que as avaliações fossem distintas. Em reunião entre a Comissão e a Diretoria da entidade, ficou claro, no entanto, que interessa à ANPEd efetivamente trabalhar a partir da avaliação da CAPES e não fazer outra avaliação, independente desta. Mas, no processo de testagem serão levados em conta os argumentos levantados sobre este ponto, procurando, primeiro, não comprometer a experiência e, segundo, tirar lições para uma proposta mais ampla.

Mais uma vez insistiu-se sobre a manifestação de interesse dos Programas em participar da testagem, colocando-se à disposição dos Coordenadores cópia do *Projeto*, desde que solicitado. Esclareceu-se ainda que se pretende eleger 4 Programas para a testagem, levando em conta os critérios: antigo/jovem, estatal/particular e, no que for possível, também a localização regional. Solicitou-se, ainda, que todo o contato fosse feito diretamente com Ana Maria Saul.

2. Eleição do Presidente da Comissão de Consultores da área de educação junto à CAPES.

Como já anunciado, a CAPES deverá fazer uma consulta formal aos Programas, visando à indicação do substituto de Jamil Cury, através de lista tríplice. Na maioria das áreas, a intermediação das associações científicas é habitual e esta não só é aceita como também recomendada pela CAPES. No caso da educação, a ANPEd tem se encarregado da *consulta preliminar*, após debates nas reuniões anuais. Iniciando o processo, Jamil Cury recolocou detalhadamente o *perfil ideal* para a função de Presidente do Comitê de Consultores da área de educação, já antecipado na circular por ele enviada a todos os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da área, em 15.05.88, destacando como atributos essenciais: a) disponibilidade às múltiplas demandas da função; b) disposição para viagens e reuniões, em especial com o CTC/CAPES, e contatos com os Programas através de correspondências e visitas (cf. Boletim ANPEd v. 10, nº 1, jan./mar. 1988); c) habilidade para o trato político das questões mais difíceis, sobretudo frente às outras áreas. Considerou, ainda, ter sido melhor representante da CAPES junto aos Programas, do que representante desses junto à CAPES e insistiu que seu substituto precisa cuidar especialmente do caminho Programas/CAPES.

Após debate e esclarecimentos sobre estes atributos e principalmente sobre as funções, ficou decidido que nessa reunião não se colocariam nomes de candidatos. Os coordenadores levantariam informalmente as indicações até a primeira fase da consulta a ser feita pela Diretoria da ANPEd, ainda no primeiro semestre do ano. Após os resultados preliminares, haverá oportunidade de amadurecer a escolha por ocasião da V CBE que

será realizada em Brasília, de 2 a 5 de agosto do corrente. Decidiu-se também que, neste processo preliminar, já seriam levantados os nomes dos possíveis componentes da Comissão de Avaliação, considerando: a) por fatores vários, apenas dois elementos da Comissão atual poderão ser reconduzidos (Jacques Rocha Velloso, da UnB, e Terezi-

na Fróes, da UFBA); b) é muito importante garantir desde já não só que parte dela tenha tido experiência da avaliação, como também possibilitar que Jamil Cury possa passar sua experiência ao Presidente indicado e trabalhar pelo menos durante o segundo semestre deste ano, com consultores que venham a se responsabilizar pela avaliação em 1989.

Comissão Sobre Doutorado

Conforme decisão tomada na reunião de Coordenadores de Programas realizada na manhã de 23/4, a comissão composta por Léa Paixão (UFMG), Iracy Picanço (UFBA), Regina de Assis (PUC/RJ), Waldemar Sguisardi (UFSCar), Maria Julieta Costa Calazans (IESAE) e Nilda Alves (UFF), reuniu-se com outros interessados (Maria Angela Vinagre e Laís Lofredi, da UFRJ, Ozir Tessier, da UFC e Ester Buffa, da UFSCar) para discutir alguns aspectos da situação atual da tendência da expansão dos cursos de doutorado no país.

A comissão destacou, numa primeira abordagem, os seguintes pontos que necessitam aprofundamento posterior:

- a) pequena oferta de vagas e grande demanda reprimida;
- b) bases e concepções das propostas existentes e condições reais de cada Programa;

c) tendências e orientação das novas propostas;

d) temas fundamentais e/ou núcleos temáticos a serem estimulados;

e) necessidade de fixação de doutores em diferentes regiões.

Considerou ainda a disposição do MCT e da CAPES em aumentar significativamente o número de bolsas de doutorado, e mesmo de mestrado, para o exterior e observou ser importante considerar o apoio esperado da CAPES e das outras agências de fomento, nos planos de abertura dos novos doutorados.

Sugeriu, finalmente, fosse constituída uma comissão permanente que possa vir a discutir conseqüentemente os pontos acima elencados.

XI Reunião da ANPEd (Porto Alegre, 25 a 29.4.88) Representantes das Agências de Fomento

Nomes	Agências
1. Edson Machado de Souza	CAPES/Diretor Geral
2. Elizabeth Pinto Guedes	FINEP/Divisão de Políticas Sociais
3. Janete Chaves	INEP/Diretoria de Documentação e Informação
4. Laís Mousinho Guidi	INEP/Diretora de Pesquisa
5. Luiza de Sá Moreira	CNPq/Representante da Coordenadoria de Ciências Sociais Aplicadas II
6. Manuel Marcos Maciel Formiga	INEP/Diretor Geral
7. Ricardo Chaves de Rezende Martins	CAPES/Coordenação de Avaliação e Acompanhamento

XI Reunião Anual da ANPEd (Porto Alegre, 25 a 29.4.88)
Relação dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação
(inclusive vice-coordenadores e representantes)

Nomes	Instituições
1. Annadyr Barleto Cavalli ⁽¹⁾	UFMS
2. Anita Favaro Martelli ⁽²⁾	USP
3. Antonio Chizotti ⁽³⁾	PUC/SP (Supervisão e Currículo)
4. Celina Junqueira	UCP
5. Clóvis Renan Jacques Guterrez	UFMS
6. Denise Meyrelles de Jesus	UFES
7. Edel Ern ⁽³⁾	UFSC
8. Elias Boaventura	UNIMEP
9. Ester Buffa	UFSCar
10. Helena Corrêa de Vasconcelos	UFPA
11. Helofsa Lück	UFPr
12. Iracy Silva Picanço	UFBA
13. Jacques Therrien (4)	UFC
14. James Patrick Maher	UNICAMP
15. José Erno Taglieber	UFSC
16. José Luiz Domingues	UFGo
17. Kleide Márcia Barbosa Alves	UnB
18. Lais Esteves Loffredi ⁽⁴⁾	UFRJ
19. Léa Pinheiro Paixão	UFMG
20. Leda Maria Nogueira Margotto	UFES
21. Leila Regina de Paula Nunes	UFSCar
22. Luzéte Adelaide Pereira	UFpb
23. Maria Angela Vinagre de Almeida ⁽⁴⁾	UFRJ
24. Maria Emilia Amaral Engers	PUC/RS
25. Maria Ivanda de Sant'Ana ⁽¹⁾	UFSe
26. Maria Julieta Costa Calazans	FGV/IESAE
27. Maria Laura Barbosa Franco	PUC/SP (Psicologia de Educação)
28. Marileide Costa ⁽³⁾	UFPe
29. Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega ⁽³⁾	UFRN
30. Mirian Trindade Garret	UAM
31. Neide Varela Santiago	UFRN
32. Nelly Moulin ⁽²⁾	UERJ
33. Nilda Alves	UFF
34. Nilton Bueno Fischer	UFRGS
35. Octávio Augusto de Araújo Tavares ⁽³⁾	UFRN
36. Ozir Tesser	UFC
37. Regina de Assis	PUC/RJ
38. Sheilah Rubino de Oliveira Kellner ⁽³⁾	UFF

Notas:

- (1) Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Educação
 (2) Representante do Coordenador
 (3) Coordenador Adjunto, Vice-Coordenador ou Subcoordenador
 (4) Membro da Comissão de Coordenação da Pós-Graduação

ASSEMBLÉIA GERAL

Aos vinte e nove dias do mês de abril de hum mil, novecentos e oitenta e oito, realizou-se a Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ocasião da XI Reunião Anual da entidade. A pauta desta reunião compreendeu os seguintes itens: 1) *Apresentação do relatório geral das atividades dos Grupos de Trabalho*; 2) *Moções*; 3) *Apresentação e discussão do documento conclusivo da XI Reunião*; 4) *Assuntos gerais*. Em relação aos Grupos de Trabalho, a Profa. Leda Scheibe fez um breve relato sobre os GTs, ressaltando especialmente modificações ocorridas nos mesmos, quer relativas a mudanças de nomes quer sobre mudanças de coordenadores, a saber: o GT Educação Pré-Escolar passa a se denominar GT Educação da Criança de 0 a 6 anos e o GT Educação Rural passa a se denominar Educação e Movimentos Sociais no Campo; o GT Política de Ensino Superior elegeu o Prof. Niuvenius de Paoli, da Unicamp, como coordenador adjunto; o GT Educação da Criança de 0 a 6 anos, passa a ter como coordenadora, além da Profa. Ana Lúcia Goulart de Faria, da Unicamp, a Profa. Elvira Souza Lima, de Ribeirão Preto. Quanto às mudanças de coordenadores são as seguintes: o GT Educação e Trabalho passa a ter como coordenador o Prof. Gaudêncio Frigotto (IESAE e UFF), o GT Ensino de 2º grau escolheu a Profa. Ana Lúcia de França Magalhães (UFBA) e o GT Licenciatura, o Prof. Alfredo Faria Júnior (UFF). Passou-se, a seguir, à leitura e aprovação das *moções*: 1) de pesar pelo falecimento do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes; 2) de garantia de continuidade do Programa Integrado Educação e Sociedade, dirigida à FINEP, ao INEP, à CAPES e ao CNPq; 3) de irrestrito respeito às indicações vindas das instituições para nomeação de reitores, dirigida ao Ministério da Educação e

ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; 4) ao Presidente do Congresso Nacional, contra o projeto de lei que regulamenta a escolha de dirigentes de universidades e de instituições isoladas de ensino superior no País; 5) de apoio e colaboração aos trabalhos da CPI sobre a Emenda Calmon, dirigida ao Presidente dessa CPI; 6) ao Ministro da Educação, demonstrando preocupação com as conseqüências dos decretos e projetos de lei recentemente editados pelo Governo, congelando a URP e incentivando a aposentadoria voluntária de funcionários públicos, para a sociedade em geral e a universidade em particular; 7) de apoio à manifestação da Comissão de Licenciatura da SBPC, contra o parecer nº 233/87, encaminhada ao Conselho Federal de Educação e à Presidência da SBPC; 8) de desagrado à proposta de currículo mínimo apresentada pelo Conselho Federal de Biologia, dirigida a esse Conselho e ao Conselho Federal de Educação; 9) de preocupação quanto às campanhas apresentadas na televisão, sobre o "13 de maio" que defendem uma visão discriminatória e mistificadora da condição do negro no país; 10) de denúncia ao tratamento dispensado pelos governantes ao magistério público de 1º e 2º graus, dirigida ao CONCED e Secretários de Educação estaduais e municipais; 11) de ampliação das discussões efetivadas pela ANPEd, nas suas últimas reuniões anuais; 12) de saudação aos constituintes brasileiros, pela aprovação do dispositivo de monopólio de exploração de minério no país, dirigida ao Congresso Constituinte; 13) de agradecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, demais órgãos e pessoas que viabilizaram a realização da XI Reunião e às agências financiadoras - CAPES, FINEP, INEP e CNPq - pela concessão de recursos financeiros necessários a essa reunião; 14) de proposição para que a CPB e a ANDES integrem a comissão organizadora das próximas

CBEs; 15) ao Ministério da Educação, solicitando que os recursos públicos empregados na implantação do Projeto de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico sejam utilizados para o desenvolvimento do ensino de 2º grau de boa qualidade e que os recursos privados empresariais custeiem a preparação profissional oferecida nesses estabelecimentos; 16) ao Conselho Federal de Educação e ao Ministro da Educação, solicitando revisão do Parecer nº 299/87, sobre estágios nas escolas técnicas. Foi lida, a seguir, a *Carta à Plenária da XI Reunião Anual da ANPEd*, elaborada pelos pós-graduandos presentes à referida reunião. A segunda parte desta Assembléia Geral foi dedicada à leitura, discussão e aprovação do *Documento Conclusivo da XI Reunião Anual: Por novas bases e diretrizes da educação nacional*, redigido pela Comissão composta pelos Professores Valdemar Sguissardi (UFSCar), Merion Campos Bordas (UFRGS) e Otávio Augusto de Araújo Tavares (UFRN) e assessorada pelo Prof. Jacques Velloso (UnB), a partir de contribuições específicas dos Grupos de Trabalho e de subsídios colhidos nas mesas-redondas realizadas durante a referida reunião. Após a leitura feita pela Profa. Merion Campos Bordas (UFRGS), passou-se à apresentação e discussão de emendas e à votação, item por item. Ao final, os itens não destacados foram aprovados em bloco e a Comissão de Redação ficou responsável pelos acertos necessários à versão definitiva, que deverá ser enviada imediatamente a todos os sócios e publi-

cada no Boletim ANPEd. Quanto aos *Assuntos Gerais*, o Prof. Jésus de Alvarenga Bastos, Secretário Geral da ANPEd, comunicou a aprovação, pelo Conselho Fiscal, dos relatórios contábeis do período 1986-87, sendo esta aprovação ratificada pela Assembléia. O Prof. Osmar Fávero, Presidente da entidade, apresentou a proposta de criação do Grupo de Trabalho sobre "Educação e Sociedade na América Latina", elaborada pelas Professoras Maria Beatriz Luce (UFRGS), Maria Aparecida Ciavatta Franco (UFF) e Célia Soares Frazão Linhares (UFF), aprovada por unanimidade pelos presentes. A seguir, comunicou a realização da V CBE, a ter lugar em Brasília, de 2 a 5 de agosto do corrente ano e procedeu a leitura do telegrama que havia encaminhado, em conjunto com os presidentes do CEDES, da ANDE, da ANPAE e da FENOE, a vinte e dois Deputados Constituintes que poderiam alterar seu "apoio" ao substitutivo do "Centrão" no que se refere ao Capítulo sobre Educação. A Professora Miriam Krasilchik, em nome dos professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, propôs que a XII Reunião da ANPEd fosse realizada naquela Faculdade, o

Nada mais havendo a tratar eu, Jésus de Alvarenga Bastos, Secretário Geral da ANPEd, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente da ANPEd, contendo nas folhas iniciais a lista de assinaturas dos presentes a esta Assembléia Geral.

Moções

1. De Pezar

Os educadores brasileiros, presentes à XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano, apresentam moção de pezar

pelo falecimento do Professor Durmeval Trigueiro Mendes e explicitam o seu reconhecimento pela contribuição que deixa à educação brasileira, como educador profundamente comprometido com o pensar e o transformar os caminhos da educação neste País.

2. Sobre o Programa Integrado Educação e Sociedade

Os participantes da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p., tendo em vista a importância do Programa Integrado Educação e Sociedade - PIES, no que concerne fundamentalmente à oportunidade de:

a) aprofundamento e expansão da produção científica sobre os grandes problemas que envolvem a educação brasileira;

b) consolidação e desenvolvimento de grupos e núcleos de pesquisa já existentes e com produção sedimentada;

c) apoio a grupos dependentes de estímulo para sua consolidação;

propõem seja dado conhecimento à FINEP e demais agências que adotaram o referido Programa como parte de sua política de financiamento para a área de educação, do posicionamento da ANPEd sobre o PIES, neste momento e nos seguintes termos:

1. reconhecimento da importância do apoio da FINEP a esse Programa, inclusive pela assunção da Secretaria Executiva do mesmo;

2. compreensão de que a existência do Grupo de Assessoramento tem proporcionado uma experiência inusitada para a área, especialmente pela possibilidade concreta de constituir-se um grupo do qual participam todas as agências financiadoras, fato que vem permitindo a construção de uma visão de conjunto da demanda da área no âmbito da pesquisa, na realização de eventos etc.;

3. reconhecimento e agradecimento pelo incontestável e valoroso trabalho realizado pelos técnicos da FINEP, José Roberto Neiva Blundi e Maria do Carmo Lacerda Peixoto, desde o processo de concepção e elaboração do Programa, bem como pelo desempenho dos mesmos durante o curso da execução empreendido;

4. explicitação do interesse desta comunidade científica no sentido de garantir a continuidade na execução do PIES, o que implica a necessidade urgente de que a FINEP designe técnicos para conduzir a Secretaria Executiva do mesmo, vaga com o afastamento dos técnicos acima mencionados e a manutenção do cronograma de trabalho, principalmente quanto às reuniões do Grupo de Assessoramento.

3. Ao Ministro da Educação e ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

Os educadores presentes à Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano,

manifestam:

– profunda convicção de que o processo democrático é o mais adequado para a escolha dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior, garantindo a legitimidade e o apoio indispensável à uma administração eficiente e comprometida com a melhoria da qualidade do ensino;

– convicção adicional acerca da necessidade, daí decorrente, de respeito à autonomia das IES na determinação das características daquele processo;

– preocupação com a quebra da continuidade que vinha sendo praticada, no processo de nomeação de reitores, desrespeitando a prioridade vinda das IES;

e solicitam:

– que o critério para a nomeação de reitores seja o de irrestrito respeito às indicações vindas das instituições, expressas no primeiro nome da lista sêxtupla, exigida pela legislação atual.

4. Contra o Projeto de Lei nº 313/88

Os educadores reunidos por ocasião da XI Reunião Anual da Associação Nacional de

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano, manifestam-se apreensivos em relação ao projeto de lei que se encontra no Senado Federal, regulamentando a escolha de dirigentes de universidades e de instituições isoladas de ensino superior no País. Consideram que essa proposta antecipa-se à Constituição e à nova lei complementar de educação, sendo portanto indesejável e inoportuna, não atendendo ao desejo de democratização da comunidade universitária.

5. Ao Presidente da CPI sobre a Emenda Calmon

Os educadores brasileiros presentes à XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação manifestam o apoio à iniciativa e aos trabalhos desenvolvidos pela CPI sobre a aplicação dos recursos da Emenda Calmon.

Manifestam, outrossim, seu interesse em colaborar nos trabalhos em andamento, indicando o Professor Jacques Rocha Velloso, da Universidade de Brasília, como representante da ANPEd junto à referida CPI.

6. Ao Ministério da Educação

Os educadores, reunidos em Assembléia Geral, por ocasião da XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril de 1988, manifestam sua mais profunda preocupação com as conseqüências, para a sociedade brasileira em geral e a área de educação em particular, dos decretos e projetos de lei recentemente editados pelo Governo, congelando a URP e incentivando a aposentadoria voluntária de funcionários públicos.

O congelamento da URP, que reduzirá, em dois meses, os salários desses funcionários à metade de seu valor atual e o incentivo à aposentadoria, que privará, com certeza, a

Universidade de muitos de seus quadros melhor qualificados, constituem-se em duríssimo golpe contra as Universidades públicas federais e seus programas de pós-graduação e agravam o já insolúvel problema provocado pelo Decreto nº 95.682 que extingue vagas, proíbe contratações para substituir docentes aposentados ou mortos e impede a nomeação de docentes aprovados em concursos públicos realizados de acordo com a legislação em vigor.

É inaceitável que, diante de um quadro inflacionário que não faz distinção de classes, categorias ou pessoas, sejam discriminados e injustamente responsabilizados os funcionários públicos e, dentre eles, os servidores universitários docentes e não-docentes, pela desastrosa política econômica e social vigente no país. É inaceitável igualmente, que planos de carreira de docentes assim como de funcionários técnicos e administrativos universitários, arduamente conquistados, sejam destruídos, através do congelamento salarial e autêntico nivelamento por baixo. Em princípio e na prática, cancela-se também o direito inalienável de greve, já reconhecido na Constituinte, ao determinarem esses decretos a imediata suspensão do pagamento dos dias de eventual paralização.

Ressalta-se ainda a contradição de congelar-se o salário em época de hiper-inflação e de incentivar-se a aposentadoria involuntária, após tantos esforços e verbas empenhadas para formar profissionais competentes; no momento em que deveriam consolidar-se os ambiciosos programas de qualificação de docentes e pesquisadores patrocinados por diversos órgãos do próprio Governo.

À vista do exposto e pensando no presente e no futuro da sociedade brasileira e da educação no país, reiteram os educadores sua profunda preocupação com os inevitáveis prejuízos que fazem à universidade pública esses decretos e reivindicam sua indispensável e imediata revogação.

7. Ao Conselho Federal de Educação

Os educadores presentes à XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p., aprovaram por unanimidade moção de apoio à manifestação da Comissão de Licenciatura da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC contra o Parecer nº 233/87 do Conselho Federal de Educação, sobre as Licenciaturas, solicitando sejam as sociedades científicas, inclusive a ANPEd, ouvidas a respeito do relatório da Comissão Especial criada para estudar o assunto.

8. Ao Conselho Federal de Biologia e ao Conselho Federal de Educação

Os educadores presentes à XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p.,

considerando:

— que o Conselho Federal de Biologia apresentou uma proposta de currículo mínimo que não considera o Curso de Licenciatura;

— que, em conseqüência, os licenciados serão excluídos da possibilidade de se filiar àquele Conselho;

— que a implantação desse currículo trará reflexos danosos à comunidade de biólogos e à sociedade em geral;

repudiam:

— a proposta em tela, apresentando manifestação de desagrado ao Conselho Federal de Biologia; e

apelam:

— ao Conselho Federal de Educação no sentido de que esta moção seja considerada quando do exame da proposta em questão.

9. Sobre o "13 de Maio"

Os educadores reunidos por ocasião da XI

Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, no período de 25 a 29 de abril de 1988, manifestam sua preocupação quanto às inúmeras campanhas que têm ocupado as redes de televisão ou se utilizado de cartilhas e outros meios de comunicação para — com a justificativa de se integrarem aos eventos comemorativos do Centenário da "Abolição" da Escravatura no Brasil — difundirem uma visão discriminatória e mistificadora da condição do negro em nosso País. Tais iniciativas propagandísticas em nada contribuem para o repensar crítico e a redefinição de práticas sociais visando a superação de nossa realidade de desigualdades.

10. Aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação

A ANPEd denuncia à comunidade científica e ao público em geral, o tratamento que tem sido dispensado pelos governantes ao magistério público no Brasil, o que demonstra, mais uma vez, o descaso com que a educação é encarada neste País.

A dispensa ou remanejamento de professores de 1º e 2º graus, massiva e acriticamente realizados serve não somente para desarticular o movimento do magistério e o apoio popular que lhe tem sido conferido — descaracterizando os membros que o compõem como profissionais da educação —, como também para desfigurar o projeto educativo das escolas. Esse tratamento, ainda, põe em risco a caminhada na busca, entre outros aspectos, da democratização da escola e da melhoria do ensino.

11. Sobre Ampliação das Discussões

Face à expectativa de caráter de maior legitimidade da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os participantes da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p., julgam necessário ampliar as discussões que vêm sendo efetivadas pela ANPEd, principalmente nas

suas duas últimas reuniões anuais, através de eventos:

a) nos vários Estados, envolvendo outros educadores e demais segmentos organizados da sociedade civil;

b) em encontros regionais e nacionais, procurando captar subsídios evidenciadores da realidade nacional, nos debates sobre a questão.

12. À Assembleia Nacional Constituinte

Os educadores presentes à XI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano, tornam pública sua saudação aos constituintes brasileiros que aprovaram o dispositivo de monopólio de exploração de minério no País, decisão esta essencial à reorientação dos recursos da economia brasileira e de controle de nossas riquezas.

Nessa oportunidade, expressam sua expectativa de que nas decisões relativas ao Capítulo sobre a Educação sejam tomadas posições tão corajosas quanto essa, em defesa da escola pública como direito de todos e dever do Estado.

13. De Agradecimento

Os educadores reunidos por ocasião da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p., aprovaram moção de agradecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa de seu Reitor, Prof. Francisco Luiz dos Santos Ferraz, de seu Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Héglio Trindade, do Diretor da Faculdade de Educação, Prof. Alceu Ravanello Ferrari, dos Diretores das Faculdades de Arquitetura e Direito, Professores José Albano Volkmer, Almiro do Couto e Silva e Elmo Pilla Ribeiro, do Coordenador da Pós-Graduação em Educação, Professor Nilton Bue-

no Fischer, dos professores e alunos, assim como do corpo de funcionários da Faculdade de Educação, que os acolheram gentilmente e garantiram a infraestrutura e o apoio necessários à realização desta reunião.

14. Sobre a Participação da ANDES e CPB na Comissão Organizadora das CBEs

Os participantes da Assembléia Geral da ANPEd, ocorrida por ocasião da XI Reunião Anual desta entidade, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril p.p., levando em conta a história das Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e os avanços da organização dos educadores nestes anos, propõem às três entidades que promovem a CBE – Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) – que a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), sejam convidadas a integrar a Comissão Organizadora da referida reunião, uma vez que essas duas entidades, por sua natureza e característica, recobrem a quase totalidade dos educadores do sistema de ensino brasileiro.

15. Ao Ministro da Educação

Os educadores reunidos por ocasião da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano,

considerando:

– que as empresas podem deduzir dos impostos devidos, de acordo com a Lei nº 6297/75, o dobro do que é gasto com formação profissional;

– que o Governo Federal, à revelia das manifestações da sociedade civil, está implantando o Projeto de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, através de interiorização e criação de duzentas escolas técnicas;

solicitam:

– que os recursos públicos empregados na manutenção dessas novas escolas sejam utilizados para o desenvolvimento do ensino de 2º grau de boa qualidade nas mesmas e que os recursos privados empresariais custeiem a preparação profissional oferecida nesses estabelecimentos.

16. Ao Ministro da Educação e ao Presidente do Conselho Federal de Educação

Os educadores reunidos por ocasião da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril do corrente ano,

considerando:

– a conveniência de propiciar aos alunos

das escolas técnicas a opção de poder prosseguir seus estudos a nível de 3º grau;

– que, em função do Parecer 299/87, do Conselho Federal de Educação, esses alunos ficam tolhidos desse prosseguimento, se não houverem concluído seus estágios, por falta de amparo legal;

– o triplo prejuízo de não possuírem certificado de conclusão do 2º grau, nem certificado de técnico, por não terem podido realizar o estágio, e, em decorrência, não terem acesso ao vestibular;

solicitam:

– seja revisto o teor do Parecer supra mencionado.

Carta dos Pós-Graduandos

Buscando a continuidade do intercâmbio e integração dos pós-graduandos em educação de diferentes Estados e programas do Brasil iniciada na X Reunião Anual de Salvador, desta feita nos encontramos na UFRGS com o objetivo de avaliarmos esta caminhada e incorporarmos novos mestrandos.

A rigor, poucas mudanças foram detectadas no que diz respeito à nossa situação enquanto co-produtores de conhecimento. Não é segredo para nenhum dos membros desta Associação a precariedade das condições de que dispomos para desenvolvermos nossas dissertações ou teses. Falta de bolsas e de discussão dos critérios para sua obtenção, não-liberação remunerada dos empregos a que estamos vinculados ou deficiências já conhecidas dos programas de mestrado são problemas com os quais convivemos cotidianamente e cujas soluções não podem e não devem prescindir de nossa participação.

Participamos ao lado dos professores,

pesquisadores e representantes das agências de financiamento da construção permanente e conflituosa da história da Pós-Graduação no país. É necessário que se reconheça que os alunos também são pesquisadores e que têm dado sua contribuição ao avanço da pesquisa educacional e à dinamização dos Programas de Pós-Graduação.

Queremos colaborar com a formação de uma nova relação entre os segmentos que compõem a Pós-Graduação em Educação no Brasil e a ANPEd é um fórum apropriado para este debate.

Reconhecemos que os estatutos da ANPEd são suficientemente democráticos no sentido de facultar a participação dos mestrandos em suas instâncias; todavia, constatamos que tal participação tem sido muito restrita e eventual. Por um lado isso se deve a precariedade de nossa organização e, por outro, ao fato de não sermos adequadamente informados e consultados pelas Coordena-

ções dos Programas à respeito das atividades promovidas pela entidade e dos debates que se travam em torno das divergências existentes no seu seio.

Concluímos, solicitando a Diretoria da entidade e as Coordenações dos Programas de

Mestrado um maior empenho na divulgação das reuniões anuais e demais atividades promovidas pela ANPEd, ampliando progressivamente a participação dos alunos nos Grupos de Trabalho, estágios de intercâmbio de pesquisa, na CBE e demais eventos.

Assinada por:

Maria Emília Possani – UFSCar
 Vânia Araújo Machado – UFRGS
 Leni Vieira Dornelles – UFRGS
 Nair Silveira dos Santos – UFRGS
 Heloísa Brilhante de São José – UFRGS
 Clícia N. Teixeira – UFRGS
 Angela Huf – UFRGS
 Sandra Argüello – UFRGS
 Alceu Terra Nascimento – UFRGS
 Milto Fronza – UFRGS
 Fabiana B. Meira – UFRGS
 Ericléa S. Leão Souza – UFRGS
 Elizabeth Milititsky Aguiar – UFRGS
 Luis Antonio Sieben – UFRGS
 Vera Maria Guilherme – UFRGS
 Cybele C. de Almeida – UFRGS
 Maria Stephanou – UFRGS
 Naira Lisboa Franzoi – UFRGS

Paulo Francisco Slomp – UFRGS
 Gelson João Tesses – UFRGS
 Ivam Martins – UFRGS
 Lívia Diana Rocha Magalhães – UFSCAR
 Maria Imaculada Reis – UFSCAR
 Luciana Esmeralda Ostetto – UFSCAR
 Maria Marta Pimentel – UFSCAR
 Rolando Couto Varela – UFSC
 Leonardo D. de Azambuja – UFSC
 Maria Clara Di Pierro Siqueira – USP
 José Carlos Barbosa Vosgerau – UFF
 Jane Felipe de Souza Paixão – UFF
 Cheila Lessa Rodrigues – UFF
 Luiz Fernandes Dourato – UFG
 Alberto Damasceno – UFG
 Nildete O. Alvares – UFG
 Maria da Conceição Bezerra – UFPE
 Leda Dantas – UFPE
 Moisés de Mello – UFPE

Documento Conclusivo da XI Reunião Anual Por Novas Bases e Diretrizes da Educação Nacional

Os educadores brasileiros presentes à XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril de 1988, tendo como tema: "Em direção às novas diretrizes e bases da educação brasileira", reafirmam os princípios que embasam as propostas aprovadas na X Reunião Anual, realizada em 1987.

As bases da educação nacional assentam-se sobre uma reflexão a respeito dos próprios fundamentos da sociedade brasileira: sua formação social e sua estrutura econômica. Explicitam-se sobretudo mediante estabelecimento de políticas sociais voltadas para a solução dos problemas oriundos das condições de vida da maioria da população, problemas estes que decorrem, por seu turno,

das características inerentes a nossa formação social e também das alternativas adotadas pelo Estado em suas ações.

As bases da educação nacional explicitam-se ainda através do indispensável e democrático controle sobre os recursos públicos, a ser mantido pelas entidades representativas da sociedade civil, assim como devem levar em conta a relação trabalho/produção-conhecimento.

Isto significa que a nova lei deve estabelecer bases e diretrizes com vistas a definir uma educação visando formar cidadãos capazes de participar criticamente da vida pública. Significa ainda garantir o acesso à escola pública a todos os cidadãos, contemplando

diferentes níveis ou graus de ensino.

Para alcançar estes fins, é fundamental que a nova lei estabeleça:

1. formas institucionais de educação de 0 a 6 anos, considerada esta como direito da infância, dever do Estado e facultativa à família;

2. orientação comum para os currículos da educação das crianças de 0 a 6 anos, cuja elaboração deverá ocorrer a nível estadual e municipal;

3. relações adequadas entre o número de crianças e os professores que as atendem, nos estabelecimentos dedicados à educação da criança de 0 a 6 anos;

4. organização do ensino básico em duas etapas: a) a primeira, oferecida preferencialmente em tempo integral, e de modo a atender a realidade do aluno, não sendo admitida duração inferior a 8 anos de escolaridade, 200 dias letivos, 4 horas diárias e horas-aula de 60 minutos; b) a segunda, com duração de 3 a 4 anos;

5. formas de organização dos níveis educacionais de modo a assegurar a articulação entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, as duas etapas do ensino básico e entre este e o nível superior;

6. uma base comum nacional para os conteúdos dos currículos do 1º grau e da formação de professores no 2º grau, respeitadas as condições regionais e locais, com vistas a assegurar a apropriação do saber básico por todas as camadas sociais, inclusive e especialmente pela classe trabalhadora urbana e rural, entendido este saber como aquele produzido nas relações sociais, inclusive na atividade científica;

7. condições para que se efetive a obrigatoriedade do acesso ao e da permanência do aluno no ensino básico, inclusive através da ampliação, conservação e melhoria da rede física, da atualização dos professores e outros profissionais do ensino, e do fornecimento de equipamento e material escolar necessários ao bom rendimento escolar;

8. que a língua portuguesa seja veicular, no que diz respeito à alfabetização bilingüe, considerando-se a diversidade étnica e lingüística do Brasil;

9. relações adequadas entre o número de alunos em sala de aula, o número de professores disponíveis e sua carga horária diária, de modo a atender às necessidades do processo de alfabetização;

10. formas de educação especializada para os deficientes físicos e mentais e para os indivíduos que apresentem condições excepcionais de aprendizagem;

11. a adoção do trabalho como princípio educativo, na segunda etapa do ensino básico, pautado numa concepção de educação politécnica que assuma como objetivos: conhecer os fundamentos da estrutura e da dinâmica da formação social brasileira e das políticas do Estado, dominar os fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna, conhecer o processo de produção em suas relações com a sociedade;

12. o dever do Estado em assegurar educação básica a jovens e adultos trabalhadores, através de diferentes modalidades adequadas às características desses jovens e adultos;

13. regime especial de trabalho para os alunos trabalhadores, assegurando-lhes a redução de sua jornada, sem prejuízo salarial, condições para estimular a permanência desses alunos na escola, inclusive pela redução do número de horas-aula, acompanhada do correspondente aumento do número de anos letivos, e outras formas de apoio aos estudantes trabalhadores;

14. dispositivos que reconheçam a ação de instituições da sociedade civil na educação de jovens e adultos trabalhadores;

15. a organização da formação dos professores das crianças de 0 a 6 anos e das séries iniciais do ensino básico, de tal modo que ela seja preferencialmente realizada nos sistemas estaduais de educação;

16. planos de carreira docente, a nível nacional, que definam: a) padrões de formação,

ingresso, progressão, remuneração, aposentadoria e outros direitos e deveres; b) concurso público para ingresso na carreira em todos os níveis de ensino no sistema oficial; c) concurso público de títulos e provas para acesso aos níveis finais do sistema público de ensino superior; d) adicional noturno compatível com a jornada neste período; e) formas de supervisão e controle desses planos, por parte dos órgãos competentes;

17. condições plenas para reciclagem e atualização permanente do magistério, inclusive mediante: a) criação de centros de estudos para professores; b) destinação de recursos financeiros para participação em cursos, congressos e atividades congêneres; c) fixação de período sabático, para fins de aperfeiçoamento profissional;

18. regime jurídico único e remuneração salarial isonômica mínima para os docentes, em cada nível de ensino e nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) em que atuam;

19. mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação necessária ao exercício profissional;

20. direito de sindicalização dos profissionais da educação, em todos os níveis, nos sistemas público e privado de ensino;

21. a destinação de verbas públicas para as escolas públicas, com os seguintes requisitos: a) percentual específico para a educação da criança de 0 a 6 anos; b) oferta de vagas suficientes para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa de 1º grau; c) promoção da melhoria da qualidade do ensino público e das condições adequadas de formação, exercício e remuneração do magistério; d) dotações específicas para a educação básica de jovens e adultos trabalhadores;

22. normas e mecanismos para assegurar que a destinação excepcional de verbas públicas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, conforme o disposto na Constituinte, só venha a ocorrer quando as condições definidas no item anterior estiverem

comprovadamente atendidas;

23. exigências no sentido de que os estabelecimentos de ensino comunitários, filantrópicos ou confessionais, que se credenciam a receber excepcionalmente verbas públicas: a) definam em seus estatutos, no caso de instituições de educação da criança de 0 a 6 anos, que sua finalidade é eminentemente educativa, e, no caso de instituições de 3º grau, que seus fins únicos são a pesquisa, o ensino e a extensão; b) possuam único estatuto para a mantenedora e para o estabelecimento de ensino; c) publiquem seus balanços financeiros, de modo a torná-los de domínio público; d) promovam a gestão democrática de seus recursos, com a participação de docentes, alunos, funcionários, pais e representantes das comunidades interessadas; e) submetam-se à supervisão e coordenação dos órgãos públicos competentes;

24. formas de gestão democrática nas instituições educacionais, garantindo, na concepção, execução e controle do processo administrativo, bem como na destinação e emprego das verbas, a participação efetiva de todos os segmentos sociais, em especial das camadas trabalhadoras;

25. como objetivos para o ensino superior: a) desenvolvimento das ciências e da tecnologia, das letras e das artes; b) formação de profissionais; c) elaboração e difusão do saber e da cultura, difusão esta aberta à participação ativa de todos, em especial das camadas trabalhadoras;

26. como funções da universidade: a pesquisa, o ensino e a extensão, sendo que a pesquisa é indissociável do ensino na instituição;

27. normas e mecanismos que garantam o princípio de autonomia das universidades, baseado em sua gestão democrática e traduzida nos seguintes componentes: a) autonomia econômico-financeira, inclusive patrimonial, observando-se que os orçamentos das universidades devem ser consignados sob a forma de dotação global e que sua elaboração é matéria interna às instituições; b) autonomia

pedagógica e científica, que se traduza em liberdade para definição da estrutura curricular dos cursos oferecidos; c) autonomia para a escolha de dirigentes, em geral; d) autonomia para a gestão do pessoal;

28. a definição da avaliação no ensino superior como um processo próprio das instituições e como um instrumento para o estabelecimento de sua política, visando à melhoria da qualidade de suas funções;

29. normas e mecanismos que assegurem a presença da comunidade científica nas decisões dos órgãos de fomento à pesquisa;

30. instâncias legais de regulamentação do ensino e de acompanhamento das normas, de modo a garantir a participação de todos, incluindo professores, estudantes, funcionários, pais, entidades representativas da comunidade científica e, em especial, das camadas trabalhadoras;

31. critérios e condições para o exame dos pedidos de estatização de escolas comunitárias e filantrópicas;

32. mecanismos de controle e punição para o não cumprimento da lei, de tal forma que este controle possa ser exercido mediante recurso impetrado por qualquer cidadão.

ESPAÇO ANPED

São Paulo, 9 de maio de 1988

Osmar.

Espero que já tenha se referido da última assembléia. Ainda sob efeito dos seus fluídos, gostaria de passar para você e os demais companheiros da Diretoria minhas sensações sobre o referido evento.

Sem dúvida a ANPED tem crescido e se constituído em um dos espaços mais importantes entre os educadores e pesquisadores. Prova disto é o grande número de pessoas, apesar de ser no RS e da pouca verba para passagens e estadias. Prova disto também identífico na qualidade de grande parte dos trabalhos apresentados.

Apesar dos GTs em muitos momentos acabarem atrapalhando determinadas propostas, pela sua estrutura de trabalho, podemos apontá-los como aqueles que em grande parte têm contribuído pelo crescimento e divulgação da ANPED. Acho que há superposições, redefinições a serem feitas etc., etc., mas sem dúvida alguma, esta diversidade de formas de trabalho me parece extremamente válida. É importante também notar que naturalmente os grupos vão se buscando uns aos outros e se redefinindo, se ajeitando. Acho também que não podemos deixá-los imóveis, sem dinâmica, sem ansiedade intelectual. Quando eles se burocratizam acabam se tornando inúteis, apenas um momento de encontro e de pouca produção e reflexão.

Achei extremamente importante o espaço oferecido aos setores menos contemplados em outras reuniões da ANPED. Entendo que a resposta foi boa, não só pelo número de pessoas que se interessaram pelas mesas-redondas, mas também pela participação. Isto me faz refletir outras questões: o público da ANPED

tem se ampliado e ganhado novas características. Me parece que, entre outras coisas, a presença dos pós-graduandos contribui e vai contribuir muito com isto. Como serão os futuros pesquisadores e participantes dos GTs há que se contemplar esta nova realidade. Me parece também que há um certo cansaço dos "velhos" temas, dos velhos "personagens", das "velhas" práticas etc. São sinais disto, no meu ponto de vista, a reação ao texto distribuído como proposta ao debate sobre a nova lei educacional, a votação na assembléia para a entrada da ANDES e CPB, e outros fatos. Estas coisas só ocorrem em espaços democráticos e em entidades que têm base participante. Descontado o fato de que foi extremamente desagradável a forma de pressão para que não ocorresse a aprovação da moção à ANDES e CPB. Acho que a ANPED pode aprimorar cada vez mais isto.

Sinto muito, mas não gostei da abertura. Mesmo considerando as dificuldades que se apresentaram no momento, faltou reflexão político-pedagógica que pudesse subsidiar os trabalhos a serem desenvolvidos. A abertura deve ser menos solene e mais o pontapé inicial da partida, e ele sempre tem que ser dado pra frente. Quando isto não ocorre no futebol o juiz pára e manda recomeçar. Tive vontade de fazer o mesmo.

Como lhe falei, são sensações que gostaria de socializar com vocês. Façam o uso que quiserem delas.

Um abraço a todos pela grande assembléia e minha solidariedade aos exaustos.

Ass.: Sérgio Haddad

INFORME ANPEd**Projeto de Constituição: Avaliação e Perspectiva**

O Seminário Nacional de Avaliação do Projeto de Constituição, organizado pela Secretaria Nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte, com a assessoria do DIAP, INESC, CEAC-UnB, FASE e CEDAC, de 9 a 12 de junho de 1988, em Brasília, reuniu cerca de 400 líderes sindicais e comunitários, religiosos, docentes, estudantes, militantes de partidos, jornalistas, cientistas políticos e deputados constituintes, representando 134 entidades de todo o país, para uma avaliação dos resultados do primeiro turno da Assembléia Nacional Constituinte. O Seminário tinha como objetivos propiciar uma visão global do Projeto de Constituição votado no primeiro turno, realizar um levantamento dos avanços e das insuficiências do mesmo, capacitar lideranças e formadores de opinião de todo o Brasil a divulgar essa análise em suas regiões, identificar os avanços aprovados que deveriam ser defendidos no 2º turno de votações e instrumentar lideranças populares para a continuidade da luta, a partir do texto constitucional, na elaboração das Constituições Estaduais e da legislação complementar e ordinária.

Os diferentes títulos do Projeto foram apresentados e debatidos com os participantes pelos Constituintes José Paulo Bisol, Paulo Paim, Anna Maria Rattes, Nelson Jobim, Plínio Arruda Sampaio, José Genofino, Luís Alfredo Salomão, Aldo Arantes, Dirceu Carneiro, Eduardo Jorge, Cristina Tavares, Otávio Elfsio, José Carlos Sabóia, Carlos Alberto Caó e Roberto Freire. O sociólogo Herbert de Souza, do IBASE, fez a análise de conjuntura. A economista Ada Estella Damião apresentou a parte relativa à Tributação e Orçamento e João Gilberto Lucas Coelho, do CEAC-UnB, analisou os Princípios Fundamentais e as Disposições Transitórias.

O capítulo referente à Educação foi apresentado pelo deputado Otávio Elfsio. Segundo ele, uma avaliação do texto constitucional nesta matéria poderia partir de duas vertentes. A primeira seria compará-lo com os textos constitucionais anteriores; a outra, avaliá-lo em relação às emendas populares — considerando como *populares* as emendas comprometidas com a defesa do ensino público, apresentadas pelo Fórum. A partir da primeira perspectiva, é inegável que uma análise do texto aprovado identificará inúmeros avanços; em comparação com a proposta do Fórum, no entanto, o texto apresenta avanços em alguns pontos; em outros, ficou aquém do proposto. Trata-se, na verdade, de um texto negociado, que conseguiu barrar os retrocessos da proposta do *Centrão*.

Entre as conquistas mais significativas, o deputado apontou as disposições contidas no Art. 210, que acentua o compromisso da educação com a cidadania, reafirma a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e garante a gestão democrática do ensino público e a gratuidade do mesmo em todos os níveis. Mas a conquista mais importante, segundo ele, é a garantia de instrumentos legais para que se possa cobrar do Poder Público a oferta regular de ensino obrigatório e gratuito para todos, prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 212. Quanto à utilização dos recursos públicos destinados à educação, contemplada no Art. 216 do Projeto, o deputado acha que a forma como esta questão foi regulamentada, embora signifique retrocesso em relação à proposta do Fórum, constitui avanço em relação aos textos anteriores e é melhor do que a que se poderia esperar, levando-se em conta a composição da Assembléia Nacional Constituinte.

O balanço final é positivo, conforme Otávio Elfsio. O texto aprovado fornece instrumentos concretos para garantir a mobilização da sociedade em relação as questões de educação, estabelece o compromisso com a educação pública, garante a gestão democrática do ensino e a escola unitária, incorpora reivindicações importantes, que permitirão a elaboração de uma lei de diretrizes e bases comprometida com a educação pública e abrem perspectivas para uma participação maior na elaboração do plano nacional de educação.

Ao final do Seminário, os participantes reconheceram os avanços da Constituinte e

concluíram pela necessidade de lutar para garantir, no segundo turno, a manutenção destes avanços, sobretudo as conquistas relacionadas com os direitos fundamentais: princípios de soberania popular (democracia participativa e institutos de participação direta dos cidadãos na formação do poder estatal), conquistas na ordem social e questões relacionadas com a soberania nacional.

Redigido por José Silvério Baía Horta

Para informação dos sócios, publicamos a seguir os Capítulos "Da Educação, da Cultura e do Desporto" e "Da Ciência e Tecnologia" do Projeto de Constituição aprovado no 1º turno pela Assembléia Nacional Constituinte.

Projeto de Constituição
Título VIII – Da Ordem Social
Capítulo III – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto

SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO

Art. 210. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 211. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias, de concepções pedagógicas e de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – fixação de conteúdos mínimos para o

ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;

VI – matrícula facultativa no ensino religioso, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;

VII – prestação do ensino regular na língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, no ensino fundamental;

VIII – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, em cada nível de ensino, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

IX – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

X – autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;

XI – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e garantia de padrão de qualidade, na educação superior.

Art. 212. O dever do Estado com a educação efetivar-se-á mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creches e pré-escolas às crianças até seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 213 – O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 214 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 215. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 217.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 212, VII, serão financiados com recursos

provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada com o ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 216. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Art. 217. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Parágrafo único. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

SEÇÃO II - DA CULTURA

Art. 218. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório brasileiro.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 219. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluídas:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados os sítios detentores de reminiscências históricas, bem como todos os documentos dos antigos quilombos.

SEÇÃO III – DO DESPORTO

Art. 220. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da

justiça desportiva, regulada em lei, que terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 2º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 221. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do seu trabalho.

Art. 222. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica da Nação, nos termos da lei federal.

V CBE: Relatório da Comissão Organizadora Nacional apresentado à Sessão Plenária de Encerramento

Os educadores brasileiros, reunidos na V Conferência Brasileira de Educação, em Brasília, debateram e encaminharam propostas para uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Moções aprovadas em simpósios denunciavam mais uma vez que vários princípios defendidos e explicitados na proposta do Fórum Educacional na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito foram derrotadas no 1º turno nas votações da Assembléia Nacional Constituinte. Em função disso, propõem uma mobilização permanente em defesa dos princípios ali expostos, em especial na destinação exclusiva das verbas públicas para o ensino público e da gestão democrática da escola de qualquer tipo ou grau. Moções aprovadas em simpósios também manifestam seu apoio aos avanços democráticos contidos no texto constitucional ora em fase final de discussão no Congresso Constituinte. Reivindicam a conclusão imediata dos trabalhos da Constituinte, condição para restaurar a ordem institucional no país. Repudiam as ameaças golpistas que pretendem devolver o país à ditadura. Repudiam igualmente as práticas autoritárias da Nova República, que retomam formas tradicionais e viciadas de elaboração de leis e planos educacionais, ora adotadas pelo Ministério da Educação. Reivindicam que o Estado abra discussão sobre os aspectos fundamentais do Plano Nacional de Educação e da nova legislação do ensino. Da mesma forma, propõem que o Congresso Nacional amplie o debate da legislação complementar e dos planos plurianuais previstos na Constituição. Nesse debate, as entidades que reúnem os professores e especialistas em educação devem ser oficialmente ouvidas pelo Estado, em especial no que se refere à instituição do plano de carreira para o magistério público e à melhoria das condições de trabalho, cujas ba-

ses, já assentadas na Constituinte, constituem importante conquista popular.

A V CBE, nas moções que aprovou em seus simpósios, entende que a educação nacional, prioridade para o pleno desenvolvimento da população, deve ter por fins principais os de contribuir para formar cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades frente ao Estado e aos diferentes organismos da sociedade, bem como para permitir que cada qual possa alcançar a posição de governante ou de controlador dos dirigentes nas diferentes instâncias de gestão democrática. Deve ainda contribuir para fortalecer a unidade nacional e a solidariedade internacional e também constituir-se em processo de integração das artes, da cultura e da tecnologia.

A nova Lei de Diretrizes e Bases deve ter como eixo a universalização do ensino fundamental e a organização de um sistema nacional que, numa de suas dimensões, assegure a articulação orgânica dos diversos níveis e modalidades de ensino na esfera federal, estadual e municipal, e que, na outra, propicie a continuada melhoria de sua qualidade e sua perene democratização, seja de sua gestão, seja em sua inserção social.

A aspirada descentralização do ensino deve fundamentar-se numa efetiva distribuição de poderes a serem exercidos a partir da legítima representação democrática, acompanhada de adequada destinação de recursos imprescindíveis ao cumprimento dos encargos educacionais. Não se pode caracterizar pelo descompromisso de diferentes instâncias administrativas com a educação, como frequentemente tem ocorrido nas tentativas de municipalizar o ensino de 1º grau. Nem se pode traduzir na privatização do ensino em

todos os níveis, como vem sendo praticado na Velha e na Nova República.

Quanto ao uso das verbas, considerando que a Constituição poderá permitir a destinação de recursos públicos, em caráter excepcional, a entidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas, é indispensável que a nova LDB resguarde o ensino oficial. Para tanto, essa destinação excepcional só deverá ocorrer nas condições especificadas na Carta Magna e também quando satisfeitos os seguintes requisitos:

- os recursos públicos destinados ao ensino oficial permitam que haja oferta suficiente de vagas para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa de 1º grau, assim como continuadas condições de melhoria da qualidade do ensino, e ainda que o magistério disponha de adequadas condições de formação, exercício e remuneração condigna;

- as entidades comunitárias sejam geridas democraticamente, na forma determinada pela legislação para as instituições oficiais de ensino.

Por fim, no tocante aos recursos da educação, é necessário que os percentuais mínimos de 18% (União) e de 25% (Estados e Municípios) das respectivas receitas de impostos sejam calculados em termos reais, a fim de evitar que a espiral inflacionária venha a corroer o seu valor. Mas a democratização da educação passa também pela gestão dos dinheiros públicos. Assim, a nova LDB deve prever normas e mecanismos que dêem visibilidade à captação e aplicação dos recursos destinados ao ensino e permitam seu controle público.

Todos esses princípios a serem incorpo-

rados na nova LDB, contidos nas moções aprovadas em simpósios da V CBE, precisam ser situados no correto entendimento da educação brasileira, a fim de que a luta dos educadores possa vir a ser vitoriosa. A luta pela transformação da escola brasileira numa escola efetivamente democrática e, portanto popular, deve estar calcada no nosso compromisso com profundas alterações da sociedade em seu conjunto, no sentido de uma distribuição mais equânime de bens e benefícios sociais. Sem elas, mudanças nas políticas educacionais e nas normas legais não passarão de propostas formais e de meros paliativos para as extremas desigualdades da sociedade brasileira.

A V CBE é uma importante instância de mobilização dos educadores do país em torno da elaboração da nova LDB. É necessário continuar esta mobilização. Nesse sentido, a Comissão Organizadora da V CBE, de comum acordo com representantes das entidades de educadores, deve constituir grupos de trabalho para:

- reunir e organizar as propostas provenientes de encontros, congressos e outros eventos ligados a entidades educacionais e referentes à LDB;

- sintetizar as propostas num único documento de trabalho, a ser distribuído e discutido pelas entidades

- contribuir para o processo de discussão desse documento no âmbito da sociedade civil;

- subsidiar o Fórum no encaminhamento político das propostas.

Brasília, 5 de agosto de 1988.

ANPED NOTÍCIAS

Seminário "Ensino de 2º Grau: Perspectivas"

Realizado na Faculdade de Educação da USP, no período de 10 a 12 de maio de 1988, com apoio da Secretaria de Ensino de 2º Grau do MEC, este seminário visou promover amplo e profundo debate a respeito do Ensino de Segundo Grau, de modo a buscar soluções para seus problemas, bem como a propiciar a apresentação de sugestões para novas pesquisas na área.

A divulgação ampla do evento, inclusive pela imprensa, promoveu a participação de cerca de mil professores e estudantes das Universidades, Secretarias de Educação e escolas de todo o Brasil.

Os trabalhos foram organizados na forma de mesas-redondas pela manhã e grupos de trabalho à tarde. Realizaram-se três mesas-redondas: "Sociedade, Trabalho e Escola de 2º Grau" (Profs. Paul Singer, Miguel Arroyo e Vitor H. Paro, Coord.); "Alternativas de Orientação para o Ensino de 2º Grau" (Profs. Lúgia Chiappini, Nilton Fischer, Silke Weber e José M. P. Azanha, Coord.); "Perspectivas de Expansão e Qualidade para o Ensino de 2º Grau" (Prof. Célio Cunha, Dermeval Saviani, José C. de A. Melchior e João T. d'Olim Marote, Coord.).

Funcionaram dezoito grupos de estudos sobre diferentes aspectos da educação à nível de 2º grau: desde a articulação deste nível com os demais níveis de ensino e o vestibular, até questões mais gerais como os acordos internacionais, a questão dos financiamentos, a relação trabalho e educação, e questões mais específicas, como o ensino técnico, o supletivo, o ensino noturno, as escolas-produção, a formação de professores, o currículo.

A disponibilidade de textos produzidos pelos conferencistas e pelos coordenadores dos grupos de estudo, para subsidiar as discussões, foi um dos aspectos positivos do Seminário - que nos pareceu ser um grande esforço coletivo, bem sucedido, da Faculdade de Educação da USP em levar adiante uma discussão necessária sobre os possíveis rumos para o segundo grau.

Ao término do Seminário, realizou-se uma plenária com as conclusões dos grupos de estudos (Coordenação dos Profs. Celso de R. Beisiegel e Myriam Krasilchik) e prevê-se a publicação completa dos trabalhos.

Redigido por Maria Aparecida Ciavatta Franco/UFF

CPI da Emenda Calmon

A Emenda Calmon prevê que o governo deve repassar 13% da receita de impostos arrecadados pela União e 25% da arrecadação dos Estados e Municípios para manutenção do ensino no país. A aplicação desses recursos está sendo apurada pela Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instalada no dia 6 de abril, na Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Hermes Zanetti, do

PMDB/RS, e conta com a participação de 15 parlamentares titulares e 15 suplentes, a saber: *Titulares*: Hermes Zanetti (PMDB-RS, Presidente); Eraldo Tinoco (PFL-BA, Vice-Presidente); Sólton Borges dos Reis (PTB-SP); Artur da Távola (PMDB-RJ); Doreto Campanari (PMDB-SP); Eduardo Moreira (PMDB-SC); Milton Barbosa (PMDB-BA); Octávio Elísio (sem partido, MG); Rita Ca-

mata (PMDB-ES); Sérgio Spada (PMDB-PR); Leur Lomanto (PFL-BA); Eunice Michiles (PFL-AM); Néison Sabrá (PFL-RJ); Wilma Maia (PDS-RN); José Maurício (PDT-RJ).
Suplentes: Cid Carvalho (PMDB-MA); Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN); José Tavares (PMDB-PR); Manoel Moreira (PMDB-SP); Márcia Kubitschek (PMDB-DF); Márcio Braga (PMDB-RJ); Evaldo Gonçalves (PFL-PB); Átila Lira (PFL-PI); Dionísio Hage (PFL-PA); Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); Ubiratan Spinelli (PDS-MT); Chico Humberto (PDT-MG); Fábio Rauinhetti (PTB-RS).

Até o momento, além do senador João Calmon, do PMDB/ES, prestaram depoimentos, entre outros: Newton Lima Neto, presidente da ANDES, Rodolfo Pinto Luz, presidente do CRUB e Ricardo Santiago, secretário-geral da SEPLAN. Representando a ANPEd, por indicação da Assembléia Geral da XI Reunião Anual desta entidade, o Prof. Jacques Rocha Velloso prestou depoimento naquela CPI no dia 7 de junho, ocasião em que reafirmou a grande dificuldade de acesso aos dados relativos à despesas governa-

mentais em educação e de conhecimento dos critérios de alocação e distribuição dos recursos. Com as informações disponíveis, afirmou que de 1984 até o momento não foi cumprido o estabelecido na Lei Calmon e que a mesma não será cumprida em 1988. Verificaram-se contradições entre as informações prestadas pelo Prof. Jacques Rocha Velloso e aquelas dadas em depoimentos anteriores, principalmente pelo representante do MEC.

O presidente da CPI solicitou fosse registrado em ata apelo às autoridades governamentais, especialmente ao Ministro da Educação, sobre a questão de maior transparência dos dados relativos a como e onde estão sendo aplicados os 13% dos recursos da União em educação.

Após os depoimentos o relator, Sólton Borges dos Reis, do PTB/SP, elaborará um documento com as conclusões para serem votadas pelos representantes da CPI.

A Comissão reúne-se todas as terças-feiras, tem prazo de 120 sessões, prorrogáveis por mais 60, para concluir os trabalhos.

Novos Coordenadores de Programas

BRUNO PUCCI assumiu a coordenação do Mestrado em Educação da UFSCAR, em substituição à Esther Buffa.

O Colegiado de Mestrado em Educação da UFF, no mês de junho passado, elegeu GAUDÊNCIO FRIGOTTO e THEREZINHA LANKENAU respectivamente coordenador e vice-coordenadora desse Programa, em substituição à Nilda Alves e Sheilah Rubino Kellner.

Também em reunião realizada em junho, a Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP elegeu ANITA FÁVARO MARTELLI como sua presidenta, em substituição a José Mário Pires Azanha.

A Diretoria da ANPEd agradece o apoio recebido dos coordenadores ora substituídos e deseja bom trabalho aos novos, dos quais espera também decidida colaboração.

ANDES - Diretoria eleita para o biênio 1988/90

Em solenidade realizada no dia 2 de junho, por ocasião da Plenária de Abertura do XVII CONAD - Conselho Nacional de Associações de Docentes da ANDES, ocorrida no Anfiteatro da Faculdade de Arquitetura da Universi-

dade Federal do Rio Grande do Sul, tomou posse a Diretoria da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, eleita para o biênio 88/90.

SBPC: Reunião sobre limitação de recursos para pesquisas científica e tecnológica

A ANPEd, representada por Ana Maria Saul, esteve presente em reunião convocada pela SBPC, no dia 22 de junho p.p., na USP, para tratar de questões de limitação de recursos financeiros para a pesquisa científica e tecnológica. Discutiu-se que a política restritiva do Governo Federal gera, de imediato, conseqüências desastrosas para os programas em execução e, a médio e longo prazo, compromete o próprio desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Como repúdio a essa política, os representantes das sociedades científicas presentes à reunião decidiram: a) elaborar um documento dirigido ao Presidente da República, do qual constem as manifestações de protesto das sociedades científicas, acrescentadas dos dados das agências financiadoras, indicando a inviabilização dos programas de

ciência e tecnologia, acarretada pelo corte de verbas: b) solicitar audiência com o Presidente da República para discussão das questões tratadas no documento e reivindicar a revisão do orçamento das agências ainda para o ano de 1988, bem como previsões adequadas para 1989; c) solicitar às sociedades científicas que enviem à SBPC um dossiê completo dos programas afetados com o corte de verba para ciência e tecnologia, em suas respectivas áreas; d) dirigir, através da SBPC, manifestação de protesto e reivindicação à Assembléia Nacional Constituinte; e) estimular a discussão dessa questão, de forma mais ampla, em sessão aberta programada na 40a. Reunião Anual da SBPC, em São Paulo, no dia 13 de julho próximo, às 18 horas.

Redigido por Ana Maria Saul - PUC/SP

Agradecimento

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1988

Senhor Presidente.

Emocionados, agradecemos as referências elogiosas feitas ao nosso trabalho na moção sobre o Programa Integrado de Educação e Sociedade, na XI Reunião Anual da ANPEd.

Este é um tipo de pronunciamento que compensa e justifica o tempo e o trabalho investido por nós na consolidação da pesquisa educacional brasileira.

É nosso desejo e preocupação que as gestões que irão promover junto à FINEP, para que o Programa não sofra solução de continuidade, sejam bem sucedidas. É muito importante que o trabalho iniciado continue tendo andamento no mesmo ritmo e com as

mesmas orientações do momento em que foi interrompido pela nossa decisão de não mais trabalhar na FINEP.

Neste aspecto, acreditamos que os demais membros do Grupo de Assessoramento irão cumprir papel de grande importância, principalmente continuando a atuar com o mesmo grau de exigência de qualidade que pautou o seu primeiro ano de existência. Nessa oportunidade, gostaríamos de manifestar nosso agradecimento a eles com quem trabalhamos com mais intensidade no decorrer do último ano, buscando dar concretude ao que foi proposto para o PIES.

Um grande abraço a todos, e boa sorte!

*Ass.: Antonio Roberto Neiva Blundi
Maria do Carmo de Lacerda Peixoto*

ANEXOS

Comitê de Pesquisas e Eventos do Inep

3ª Reunião - Junho de 1988

1. Apresentação

O presente relatório objetiva registrar o processo e resultado do julgamento dos projetos de pesquisas e eventos, realizado durante o mês de junho de 1988.

Assim sendo, as informações nele contidas tratam não só da reunião do Comitê de Pesquisa, ocorrida de 28 a 30 de junho, mas procurarão resgatar a etapa preparatória a esta reunião, possibilitando uma visão do processo na sua totalidade, com vistas a subsidiar sua avaliação e seu aperfeiçoamento.

2. Etapa Preparatória ao Julgamento dos Projetos de Pesquisas e Eventos

Antecedendo à reunião do Comitê, compete à DIPES - Diretoria de Pesquisa do INEP, realizar a pré-análise dos projetos, selecionar os consultores *ad hoc* e distribuir os projetos entre os membros do Comitê. Estas tarefas foram realizadas concomitantemente mas, para sua melhor compreensão, serão descritas em separado.

A data limite para recebimento dos projetos para a seleção do mês de junho foi 31 de maio, considerando-se aí o carimbo do correio que registra a data de expedição. Como, em alguns casos, o correio demorou até doze dias para entregar a correspondência no INEP, o prazo para execução dos trabalhos previstos, que já era limitado, tornou-se praticamente inviável. Estes só foram realizados devido ao extremo interesse e dedicação dos técnicos da DIPES.

2.1 Pré-análise

Foram recebidos 88 projetos de pesquisa e 71 projetos de eventos, distribuídos entre 11 técnicos da DIPES, os quais receberam cada um em torno de 14 projetos. Decidiu-se, em reunião, que inicialmente se faria a exclusão dos projetos incompletos e dos que não se caracterizassem como projetos de pesquisa. Assim, foram excluídos 29 projetos incompletos (sem resumos e/ou currículos) e 4 projetos que não se enquadravam nas especificações (uma tese de doutorado, uma tese de mestrado, um projeto de seminário e um de publicação, cf. Quadro 1).

Foram preenchidas as fichas de pré-análise, contendo informações adicionais aos projetos e estudos detalhados sobre a parte financeira. Era intenção da equipe enviar as fichas de pré-análise, juntamente com os projetos de pesquisa, para os membros do Comitê. Devido a exiguidade de tempo, isto não foi possível. Observou-se, no entanto, que o trabalho de pré-análise foi muito útil, no momento da apresentação e da discussão de cada projeto, durante a reunião do Comitê.

2.2 Seleção dos consultores

Os técnicos que realizaram a pré-análise dos projetos de pesquisas e eventos indicaram nomes de especialistas para emitir pareceres, como consultores *ad hoc*. Após um contato por telefone, os projetos foram distribuídos aqueles que aceitaram realizar o trabalho. Vale salientar quatro fatos:

- a) diversos consultores relutaram em aceitar esta tarefa, tendo em vista a exiguidade do tempo e por não receberem pagamento;
- b) alguns consultores aceitaram realizar este trabalho exclusivamente em atenção ao técnico que o havia solicitado;
- c) alguns pareceres não chegaram a tempo para a reunião do Comitê;
- d) considerando a fragilidade de alguns pareceres, deve haver mais rigor, por parte do INEP, na escolha desses consultores, selecionando especialistas que realmente ofereçam subsídios para a avaliação do Comitê.

2.3 Distribuição dos projetos para os membros do Comitê

Os projetos de pesquisas foram distribuídos entre os membros do Comitê, observando-se, na medida do possível, a formação e áreas de interesse dos mesmos.

Considera-se que um dos motivos para que a reunião se desenvolvesse de forma tranquila e organizada foi o recebimento dos projetos em tempo hábil, para análise e elaboração dos pareceres, ou seja: *antes do início da reunião*.

QUADRO 1
Pré-Análise

Região	Unidades Federadas	Projetos Pesquisa		Total
		Incluídos	Excluídos	
Norte	Pará	2	—	2
Nordeste	Alagoas	1	—	1
	Bahia	2	2	4
	Ceará	—	1	1
	Maranhão	1	—	1
	Paraíba	2	—	2
	Pernambuco	6	4	10
	Rio Grande do Norte	3	1	4
Centro-Oeste	Distrito Federal	1	—	1
	Goiás	1	—	1
Sudeste	Minas Gerais	4	4	8
	Rio de Janeiro	2	9	11
	São Paulo	14	—	14
Sul	Paraná	1	—	1
	Rio Grande do Sul	11	7	18
	Santa Catarina	4	3	7
Total	16 UF	55	31	86

3. Reunião do Comitê de Pesquisa

3.1 Participantes

Compareceram à reunião ocorrida nos dias 28, 29 e 30 de junho, os cinco membros titulares: Profs. Leda Scheibe, Maria Laura Franco, Neidson Rodrigues, Sonia Kramer e Neide Varella. Presentes, também, no decorrer de todo o trabalho, estiveram os técnicos da DIPES, apoiando o Comitê com subsídios, informações e esclarecimentos indispensáveis ao julgamento dos projetos. A Diretora da DIPES, Profa. Maria Lúcia Mousinho, se fez presente, juntamente com o Diretor-Geral do INEP, no início dos trabalhos e em vários momentos do desenvolvimento da reunião, prestando as informações e orientações necessárias.

3.2 Abertura

A reunião teve início com a palavra do Diretor-Geral do INEP, Prof. Marcos Formiga, que teve considerações acerca da qualidade dos projetos, referindo-se ao resultado do último julgamento cujo índice de aprovação chegou apenas a 18%. Falou também da

necessidade de orientar-se os pesquisadores sobre a questão dos recursos a serem solicitados. Apesar de defender a idéia de que o INEP deve tornar-se a maior agência de financiamento na área, entende que, na prática, a instituição sofre limitações orçamentárias, o que inviabiliza tipos de financiamento muito elevados. Considera necessário que se possa construir um custo médio de referência para projetos de pesquisa, a fim de que a comunidade possa se balizar.

A seguir, comentou a possibilidade de ampliação do percentual de recursos para eventos (atualmente 10%) sem, contudo, levar a uma inversão da prioridade para a pesquisa. Lembrou que apenas três agências financiam pesquisas, enquanto diversas outras apoiam seminários.

A informação de que o montante de recursos disponíveis para o financiamento seria de Cz\$18 milhões para pesquisas e de Cz\$2 milhões para eventos causou surpresa do Comitê, não só pela insignificância desses montantes mas pela expectativa de aprovação de projetos qualitativamente melhores, em comparação ao último julgamento.

O Diretor garantiu que o INEP terá recursos suplementares ao seu orçamento. Dessa forma, o Comitê poderia aprovar projetos num teto que ultrapassasse o disponível, estabelecendo duas ordens de prioridades: para comprometimento imediato (prioridade 1) e para comprometimento após a suplementação de recursos (prioridade 2).

A Diretora da DIPES, solicitou aos membros do Comitê indicação de nomes para consultores *ad hoc* e lembrou que, na última reunião da ANPEd, ficou acertado que esses não teriam remuneração pelos pareceres emitidos por solicitação do INEP e outras instituições afins.

A seguir, os membros do Comitê indicaram a Prof^a. Leda Scheibe para, mais uma vez, coordenar os trabalhos da reunião. Decidiram, também, que nos dois primeiros dias seriam avaliados os projetos de pesquisa e, no último dia, os projetos de eventos. Como nas outras reuniões do Comitê, haveria momentos de trabalho coletivo, para apresentação dos projetos, e momentos de trabalho individual, para leitura de projetos e elaboração de pareceres.

3.3 Resultados da avaliação

Dos 55 projetos submetidos à avaliação do Comitê foram aprovados 21, correspondendo a um total de recursos no valor de Cz\$28.943.634,00. No entanto, o compromisso imediato do INEP, para o financiamento destes projetos, será apenas Cz\$23.714.007,00, uma vez que um dos projetos só terá início em 1989 e outro será financiado com recursos do IV Acordo MEC/BIRD (ver Quadro 2). Como o total dos recursos solicitados não ultrapassou, significativamente, o total dos recursos disponíveis, o Comitê decidiu não estabelecer prioridades entre os projetos de pesquisas aprovados. Aqueles que caminhassem mais rapidamente na tramitação burocrática receberiam financiamento imediato, ficando os retardatários dependentes da suplementação prometida.

As unidades federadas que mais tiveram projetos aprovados, em números absolutos, foram Minas Gerais (4), São Paulo (4) e Rio Grande do Sul (3). Mas, considerando o volume de projetos de pesquisas enviados ao INEP, as unidades federadas com maior índice de aprovação foram: Alagoas, Maranhão e Dis-

QUADRO 2
Recursos Financeiros

Região	UF	Nº de Ordem	Valor Solicitado	Valor Aprovado
Nordeste	PE	2	934.550,	600.000,
	MA	3	910.520,	910.520,
	PB	4	282.552,	282.552,
	RN	11	2.475.589,	2.475.589,
	RN	12	3.213.000,	3.204.080,
	AL	17	705.105,	417.000,
Centro-Oeste	DF	7	849.696,	849.696,
Sudeste	MG	1	4.187.820,	4.187.820,
	MG	10	953.415,	953.415,
	MG	13	4.280.680,	4.028.680,
	MG	14	1.144.280,	1.144.280,
	RJ	16	2.529.190,	2.380.816,
	RJ	19	6.155.857,	955.855,
	SP	8	1.287.450,	1.287.450,
	SP	15	2.517.430,	2.517.430,
	SP	20	1.083.000,	1.083.000,
	SP	21	2.702.000,	2.702.000,
Sul	SC	5	650.000,	650.000,
	RS	6	5.264.246,	2.500.000,
	RS	9	800.000,	800.000,
	RS	18	284.271,	284.217,
Total	11	21	37.939.832,	28.943.634,

trito Federal (100%); de cada uma destas unidades federadas foi enviado apenas um projeto, que recebeu aprovação (ver Quadro 3).

As instituições que mais enviaram projetos de pesquisas ao INEP foram: UFMG (6); UFPe (5), UNICAMP (5) e UFMS (4). Enquanto a UFMG teve quatro projetos aprovados, a UFPe e a UNICAMP tiveram apenas um aprovado e a UFMS não obteve nenhuma aprovação.

Os critérios observados na avaliação dos projetos permaneceram os mesmos da reunião de abril. Como na pré-análise já haviam sido excluídos os projetos incompletos e aqueles que não atendiam às especificidades do INEP, a maior parte dos não aprovados, durante a reunião do Comitê, deveu-se à inconsistência teórico-metodológica de suas propostas. Apenas um projeto não foi aprovado porque sua proposta orçamentária, no valor de Cz\$51.410.950,00, ultrapassava em muito as possibilidades do Instituto.

Do ponto de vista das áreas temáticas, foram aprovados 4 projetos sobre Educação e Sociedade, 3 sobre o 2º Grau e 3 sobre Educação Especial. Os outros 11 distribuem-se em outras 7 áreas temáticas (ver Quadro 4).

Conforme havia sido decidido, no terceiro dia, após a seleção dos projetos de pesquisas, teve início a avaliação dos projetos de eventos. Após diversas tentativas para se estabelecer critérios, levando em consideração o número de projetos enviados e o valor disponível para financiamento, o Comitê concluiu ser inviável fazer uma avaliação justa. Decidiu-se então, na presença do Diretor-Geral do INEP, que seria enviado um parecer explicativo a todos os solicitantes expondo o ocorrido e a posição do Comitê no sentido de maior destinação de recursos para eventos, tendo em vista sua importância na área de educação.

3.4 Sugestões e recomendações

No decorrer do processo de seleção, à medida que surgiam dificuldades e impasses, foram sendo apontadas sugestões e recomendações para a superação dos problemas enfrentados, a saber:

a) estabelecimento, no próximo *folder* sobre as orientações para apoio técnico-financeiro a projetos de pesquisas e eventos, de um *calendário com períodos de tempo adequados* às tarefas a serem realizadas, especialmente entre as datas de recebimento e julgamento dos projetos;

QUADRO 3
Análise Projetos Pesquisa

Região	Unidade Federada	Incompletos /Excluídos	Recomendados	Não Recomendados	Total Projetos	Projetos Recomendados N	%
Norte	Pará	—	—	2	2	0	0
Nordeste	Alagoas	—	1	—	1	1	100
	Bahia	2	—	2	4	0	50
	Ceará	1	—	—	1	0	0
	Maranhão	—	1	—	1	1	100
	Paraíba	—	1	1	2	1	50
	Pernambuco	4	1	5	10	1	10
	Rio G. do Norte	1	2	1	4	2	50
Centro-Oeste	Distrito Federal	—	1	—	1	1	100
	Goiás	—	—	1	1	—	0
Sudeste	Minas Gerais	4	4	—	8	4	50
	Rio de Janeiro	9	2	—	11	2	18
	São Paulo	—	4	10	14	4	29
Sul	Paraná	—	—	1	1	0	0
	Rio G. do Sul	9	3	8	20	3	15
	Santa Catarina	3	1	3	7	1	14
Total		33	21	34	88	21	25

QUADRO 4
Distribuição dos Projetos Aprovados por Área Temática

Área Temática	Em Anos Anteriores	Em Junho de 1988	Total
Educação Pré-Escolar	10	—	10
Alfabetização	21	1	22
Currículo de 1º Grau	31	1	32
Livro Didático	8	1	9
Tecnologias	4	1	5
Educação Especial	5	3	8
Educação Física	3	—	3
Educação de Adultos	4	1	5
Diagnóstico	10	—	10
2º Grau	16	3	19
Educação e Trabalho	6	—	6
Ensino Superior	19	2	21
Formação de Educador	36	—	36
Educação Indígena	3	—	3
Mulher e Educação	3	2	5
Discriminação do Negro	2	—	2
Educação e Sociedade	21	4	25
História de Educação	5	1	6
Literatura Infante-Juvenil	—	1	1
Total	207	21	228

b) remuneração aos consultores *ad hoc*, de modo a facilitar a seleção de especialistas em diferentes áreas e redimensionar o trabalho como estritamente de caráter profissional, eliminando-se a distorção de que muitos consultores atenderam ao pedido exclusivamente em atenção ao técnico que o estava solicitando;

c) definição de datas das reuniões do Comitê de forma a garantir a utilização da sala de reuniões, com um mínimo de conforto a seus participantes;

d) identificação de custo médio padrão para projetos de pesquisas, compatível com os recursos financeiros do INEP;

e) maior alocação de recursos para financiamento de projetos de eventos, dada a sua relevância na área;

f) indicação de um coordenador para o Comitê de Pesquisa e Eventos.

Relatório do Comitê Assessor do CNPq Reunião de Junho de 1988

Considerações Preliminares

A segunda reunião do CA-EDUCAÇÃO do ano em curso contou com a participação dos seguintes membros: Luiz Antônio Cunha, Magda Becker Soares, Maria Estela Dal Pai Franco, Myriam Krasilchik e Maria Nobre Damasceno (em substituição a Bernadete Angelina Gatti). Considerando a grande demanda, foi convidado para participar como *ad-hoc* Waldemar Sgulssardi, membro do Grupo de Assessoramento do Programa Integrado "Educação e Sociedade".

Modalidades analisadas

Foram analisadas na presente reunião as seguintes modalidades:

- Bolsas no exterior (Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado, Aperfeiçoamento)

- Bolsas no país (Bolsas de Pesquisa, Iniciação Científica, Aperfeiçoamento A, Aperfeiçoamento B, Mestrado e Doutorado)

● Auxílios (Auxílio Individual à Pesquisa, Pesquisador Visitante, Promoção de Eventos Científicos, Participação em Eventos/Viagens e Editoração)

● Auxílio integrado

A seguir são explicitados os números de solicita-

ções e recomendações nas diversas modalidades, destacando-se que foram recomendados auxílios no valor de aproximadamente Cz\$23.000.000,00, mesmo tendo presente a disponibilidade de zero recursos, haja vista a expectativa de que os mesmos sejam obtidos.

Demanda e Recomendações nas Diversas Modalidades de Fomento Analisadas pelo CA-ED - Junho de 1988

Modalidades	Demandados	Recomendados		
		P1	P2	Total
Bolsas no País				
Pesquisa	99	33	06	39
Iniciação Científica	195	35	09	44
Aperfeiçoamento A	76	0	0	0
Aperfeiçoamento B	75	34	0	34
Mestrado (quota a cursos)	315	150	142	292
Doutorado (quota a cursos)	28	25	03	28
Bolsas no Exterior				
Pós-Doutorado	03	03	0	03
Doutorado	17	10	0	10
Mestrado	06	01	0	01
Aperfeiçoamento	03	0	0	0
Auxílios				
	Demandados	Recomendados		
Pesquisa	35	10		
Pesquisador-Visitante	01	0		
Programação de Eventos	11	08		
Participação em Eventos (viagens)	24	08		
Editoração (publicações)	03	0		
Integrado	05	0		

Observações quanto à recomendação de solicitações

a) Auxílio Integrado

Os cinco projetos apresentados não foram recomendados pelas seguintes razões:

- três projetos não se caracterizavam como projetos de pesquisa, mas como projetos de extensão ou de produção de material pedagógico;

- dois projetos não foram considerados satisfatórios em termos teórico-metodológicos.

b) Bolsas Aperfeiçoamento A

Todos os pedidos foram negados: um caracteriza-se como bolsa de apoio técnico, não de aperfeiçoamento, e os demais referiam-se a cursos previstos

para funcionamento em tempo-parcial, o que contraria as normas vigentes relativas a este tipo de bolsa.

c) Bolsa Aperfeiçoamento B e Iniciação Científica

O CA-ED considerou que essas modalidades de bolsa não devem ser concedidas a doutorandos, uma vez que são bolsas que têm por objetivo a formação de pesquisadores, não estando um doutorando em plenas condições de dedicar-se a essa atividade, em período em que está empenhado no desenvolvimento de sua tese.

Outras Atividades do CA-ED

1. O Comitê discutiu e aprovou documento de sugestões para o incentivo do CNPq à circulação de revistas na área da Educação e para a retomada do catálogo de teses mediante trabalho conjunto do INICT e

da CAPES. Decidiu encaminhar o documento à Diretoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Documento 1).

2. Na reunião de abril de 1988, o CA discutiu a conveniência de que os doutorandos, quando realizam curso na instituição em que trabalham ou em outras instituições da mesma área metropolitana, possam receber meia bolsa. Essas decisões foram consolidadas em documento aprovado na presente reunião de junho e encaminhado à Diretoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Documento 2).

3. O CA-ED decidiu iniciar, na reunião de setembro próximo, um diagnóstico do programa de Bolsas de Pesquisa na área da Educação, com os objetivos de buscar uma visão de conjunto desse programa (evolução quantitativa, temas privilegiados ao longo dos anos etc.), e de avaliar o atendimento que vem sendo dado ao pesquisador em Educação, no que se refere à concessão de bolsas de pesquisa. Pretende-se submeter os resultados à discussão da comunidade científica da área.

Documento 1

Sugestões para o Incentivo do CNPq às Publicações

Durante o CA-4, as discussões em torno da questão da circulação da produção científica e tecnológica, de modo a fazê-la disponível a todos os interessados, foi considerada de importância tão grande quanto a publicação.

As duas sugestões apresentadas abaixo resumem os pontos principais a que o comitê chegou.

1. Circulação de revistas

O apoio do CNPq à produção de revistas tem como suposto possibilitar a difusão dos resultados das pesquisas viabilizadas por seus recursos e os de outras agências. No entanto, verifica-se que esse suposto deixa de levar em conta que a mera produção de revistas não resulta na circulação das mesmas. É o que acontece com as revistas de associações científicas e as das próprias universidades.

Sem saber do conteúdo do número N da revista X da universidade Y ou da associação Z, não há como comprá-la. Se nós soubermos da existência de um certo artigo, não há porque ir a essa Revista, até porque muitas bibliotecas não utilizam um sistema de acesso direto ao acervo, e nenhuma delas faz a indexação de artigos dos periódicos. A solução é ter disponível para manuseio as Revistas das universidades e das associações, processo, aliás, que as editoras comerciais empregam há muito tempo com sucesso.

Reconhecendo os méritos desse processo, sugerimos ao CNPq que promova a existência de pontos de venda (estantes de revistas de universidades e de associações científicas em um certo número de cidades, junto a universidades ou não, em locais de fácil acesso para os professores e os estudantes das diversas instituições de ensino superior).

Em Porto Alegre, poderia ser uma livreria universitária a ser instalada no campus central da UFRGS; em Curitiba, em um dos prédios da UFPR no centro da

cidade; idem, em Salvador, para a UFBA; em São Paulo e no Rio de Janeiro, nas livrerias da Fundação Getúlio Vargas, sem prejuízo de iniciativas do mesmo tipo da parte da USP e da PUC/SP; em cidades como Belo Horizonte, Goiânia e Recife, seria necessário procurar uma livreria privada que se dispusesse a integrar tal rede.

As vendas das diversas revistas assim expostas, poderá servir de critério de ajuda do CNPq à produção dos periódicos, de modo a evitar o apoio aqueles que não encontram interessados fora do círculo de interação imediata dos autores.

2. Catálogo de Teses

O CNPq, por intermédio do IBICT, já empreendeu a confecção de catálogos de teses, o último deles editado há 8 anos.

Desde 1980, o vazio deixado pela retirada do IBICT dessa atividade é preenchido (com desigual desempenho) pelas associações científicas de cada área — tarefa, aliás, que não lhes cabe.

Além do caráter moroso e artesanal desses catálogos *ad hoc*, para o caso específico das ciências humanas e sociais, eles trazem um problema adicional: o caráter setorial, que impede as referências cruzadas entre, por exemplo, a educação e a história ou a educação e a psicologia, só para citar dois exemplos. Isso, em plena era da informática, e sendo o Brasil um importante produtor de equipamento e de programas aplicativos.

O Comitê considerou urgente a retomada dos catálogos de teses, sugerindo os seguintes passos:

1) coleta dos resumos das teses e dos descritores pela CAPES, utilizando alguma forma de sanção para os Programas que não enviarem as informações dentro dos prazos estipulados;

2) processamento dessas informações pelo IBICT, publicando-se a listagem do arquivo das teses defendidas em cada ano, por área, cada título acompanhado dos descritores pertinentes;

3) guarda de um exemplar de cada tese (a CAPES não precisa guardá-los) em microficha, que permita reprodução ou consulta no local;

4) preparação de um sistema de consulta *on line* que possa ser acessado a partir de terminais nas bibliotecas universitárias e nos institutos de pesquisa;

5) preparação de um sistema de reprodução das microfichas, utilizando-se procedimentos semelhantes

aos do COMUT, de preferência sem a morosidade que existe hoje.

Para a organização de todo esse sistema, o comitê sugere o modelo da REDUC, da qual a Fundação Carlos Chagas é a entidade brasileira integrada a essa rede latinoamericana especializada em informações educacionais.

Finalmente o Comitê considerou que o custo marginal da extensão de um sistema, como o proposto acima, para todas as áreas de ciência e tecnologia deve ser suficientemente pequeno para que ele fique restrito às ciências humanas e sociais.

Documento 2: Sobre Bolsas

Do: Comitê Assessor-Educação

Para: Diretoria de Ciências Sociais Aplicadas

Assunto: Reivindicação de bolsas parciais para doutorandos que realizam curso na instituição em que trabalham ou em outras da mesma Área Metropolitana, percebendo remuneração.

A partir das discussões ocorridas na reunião de abril de 1988, o CA-ED apresenta reivindicação de mudança nos critérios de concessão de bolsa de doutorado, justificando seu posicionamento.

Cabe inicialmente registrar que se reconhecem os esforços do CNPq na busca de contínuo aperfeiçoamento na sistemática, nos critérios e nas modalidades de concessão de bolsas e dos respectivos auxílios.

Em que pesem tais esforços, um dos critérios deve ser analisado no bojo de considerações pertinentes à especificidade da área de educação é aquele da não remuneração decorrente do vínculo empregatício na mesma região metropolitana ou cidade onde o curso for ministrado.

O posicionamento do CA-ED é justificado à luz das seguintes considerações:

a) os critérios do CNPq para a concessão de bolsas de doutorado no país previram contra uma possível endogenia que a frequência a programas na localidade onde reside o doutorando poderia acarretar. Entretanto, omitem que a qualidade pode transcender a própria endogenia. O número reduzido de Programas e de vagas de doutorado no país limitam as opções em termos de áreas desejadas e, logo, de cursos que as oferecem qualitativamente. Tal constatação aliada a fatores de ordem pessoal (vida familiar, predominância de profissionais do sexo feminino etc.) são impeditivos da busca de cursos em outros locais, quanto mais no exterior, e colocam a questão em ter-

mos de cursar ou não um Programa. Sem dúvida, os ganhos em qualidade são apontados para a primeira opção:

b) a concessão de auxílio-tese e de taxas escolares se, por um lado, representam um avanço social do CNPq no tratamento de seus bolsistas, por outro lado, incrementam a discriminação dos não-bolsistas;

c) o atual estágio dos programas de doutorado no país mostra que muitos alunos já mantêm vínculos empregatícios com instituições que necessitam quadros de pessoal altamente qualificados e, desse modo, reforçam o compromisso do retorno através da manutenção da remuneração;

d) a especificidade da educação enquanto área de prática profissional evidencia que os rendimentos decorrentes de vínculo com escolas públicas e/ou particulares se configuram muitas vezes aquém do mínimo necessário e desejável para uma vida condigna, quanto mais para um aperfeiçoamento profissional;

e) os rendimentos provenientes de vínculo empregatício, em especial com universidades, geralmente expressam os frutos da construção de uma carreira profissional objeto de concursos de caráter público, o que deveria ser premiado e não punido;

f) os rendimentos provenientes de vínculo empregatício, pela fase de vida dos doutorandos, tendem a já estarem comprometidos com despesas de manutenção familiar e, algumas vezes, com a aquisição de moradia;

g) as despesas decorrentes de frequência a curso de doutorado não se restringem a aluguel, a mudança e a transporte. Um programa de doutorado acarreta despesas com livros, xerox, materiais, serviços de apoio técnico, serviços de datilografia, locomoção para obtenção de informações, participação em con-

gressos, não só na fase da tese mas também no período que a antecede, inclusive na obtenção de créditos teóricos e práticos, quando for o caso.

Pelas razões supra mencionadas é que se reinvidica que os doutorandos recebendo remuneração por

vínculo empregatício na mesma instituição, cidade ou região metropolitana onde frequentam o curso, possam receber meia bolsa de doutorado, no mínimo, assim como os auxílios referente a tese e taxas escolares.

Abril de 1988

Carta-circular do Presidente da Comissão de Consultores da Área de Educação Junto à CAPES

Belo Horizonte, 11 de agosto de 1988

Prezado(a) Sr.(a) Coordenador(a).

Com a presença do Coordenador Nacional dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (Prof. Isaac Reutmann/UnB) e do representante dos estudantes de Pós-Graduação, realizou-se, em Brasília, reunião dos presidentes de área da CAPES/MEC, nos dias 9 e 10/8/88. Venho, pois, colocá-los a par de decisões e de notícias.

A partir de 1989, a CAPES e o CNPq terão os mesmos prazos de validade para a bolsa de mestrado: 30 meses. Isto quer dizer que os alunos de 1989 e que receberem a bolsa pela primeira vez estarão sujeitos ao novo prazo. Logo, para os bolsistas compromissados até o ano de 1988 (inclusive) continua valendo o prazo do compromisso anterior (36 meses) da CAPES.

Foi aprovada a minuta que regulamenta a bolsa de produtividade científico-acadêmica. Isto não significa a sua implantação imediata. Fica restrita ao teste experimental da PUC/SP. Caso a Fazenda e o Planejamento a aprovem, será um elemento a mais competindo a premiação de docentes-pesquisadores.

Foi discutido o projeto ANPEd de avaliação. Não foi uma discussão longa. Os presidentes solicitaram cópias do mesmo. Mas o debate foi rápido, logo após minha exposição. Para uns "ajudará no aperfeiçoamento do processo atual", para outros "queremos conhecê-lo mais e melhor". Para uns poucos será "mais burocracia para um processo de si pesado e já volumoso".

Se a informatização for implantada nos Programas

de Pós-Graduação, o processo de coleta de dados em 1989 será bem mais facilitado, já que muita papelada estará substituída por meios magnéticos.

Parece estar em processo um novo ciclo expansivo da Pós-Graduação no país, sendo em torno de 3% no Mestrado e de 6% no Doutorado. A nossa área tem forte presença neste sentido. Abriram ou solicitam abertura para novos Mestrados em Educação as seguintes Universidades: Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas.

As parcelas do programa de infra-estrutura de 1989 (ainda não enviadas) estarão bem reforçadas. Um total de 5 bilhões e 700 milhões está sendo destinado a toda a Pós-Graduação.

A cooperação internacional bilateral, no campo científico-cultural, agora abrange, além da França (COFECUB) e Alemanha (DAAD), a Inglaterra (Conselho Britânico), a Bélgica, a URSS, a China e a Alemanha Oriental. Há perspectivas também para Venezuela, Colômbia, Bolívia e países africanos (nenhum de língua portuguesa).

Finalmente, no próximo mês, a CAPES iniciará o processo formal de consulta aos Programas de Pós-Graduação para efeito de substituição dos atuais presidentes.

Creio serem estas as notícias e os avisos mais significativos desta que foi a penúltima reunião do atual CTC.

Com cordiais saudações,

ass.: Prof. Carlos Roberto Jamil Cury,

Diagramação/Composição

RioTexto

Tecnologia e Processamento Ltda

Tel.: 285-2915

anped

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

POR NOVAS BASES E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Os educadores brasileiros presentes à XI Reunião Anual da ANPEd, realizada em Porto Alegre, de 25 a 29 de abril de 1988, tendo como tema: "Em direção às novas diretrizes e bases da educação brasileira", reafirmam os princípios que embasam as propostas aprovadas na X Reunião Anual, realizada em 1987.

As bases da educação nacional assentam-se sobre uma reflexão a respeito dos próprios fundamentos da sociedade brasileira: sua formação social e sua estrutura econômica. Explicitam-se sobretudo mediante estabelecimento de políticas sociais voltadas para a solução dos problemas oriundos das condições de vida da maioria da população, problemas estes que decorrem, por seu turno, das características inerentes a nossa formação social e também das alternativas adotadas pelo Estado em suas ações.

As bases da educação nacional explicitam-se ainda através do indispensável e democrático controle sobre os recursos públicos, a ser mantido pelas entidades representativas da sociedade civil, assim como devem levar em conta a relação trabalho/produção-do-conhecimento.

Isto significa que a nova lei deve estabelecer bases e diretrizes com vistas a definir uma educação visando formar cidadãos capazes de participar criticamente da vida pública. Significa ainda garantir o acesso à escola pública a todos os cidadãos, contemplando diferentes níveis ou graus de ensino.

Para alcançar estes fins, é fundamental que a nova lei estabeleça:

1. formas institucionais de educação de 0 a 6 anos, considerada esta como direito da infância, dever do Estado e facultativa à família;
2. orientação comum para os currículos da educação das crianças de 0 a 6 anos, cuja elaboração deverá ocorrer a nível estadual e municipal;
3. relações adequadas entre o número de crianças e os professores que as atendem, nos estabelecimentos dedicados à educação da criança de 0 a 6 anos;
4. organização do ensino básico em duas etapas: a) a primeira, oferecida preferencialmente em tempo integral e de modo a atender a realidade do alunado, não sendo admitida duração inferior a 8 anos de escolaridade, 200 dias letivos, 4 horas diárias e horas-aula de 60 minutos; b) a segunda, com duração de 3 a 4 anos;
5. formas de organização dos níveis educacionais de modo a assegurar a articulação entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, as duas etapas do ensino básico e entre este e o nível superior;
6. uma base comum nacional para os conteúdos dos currículos do 1º grau e da formação de professores no 2º grau, respeitadas as condições regionais e locais, com vistas a assegurar a apropriação do saber básico por todas as camadas sociais, inclusive e especialmente pela classe trabalhadora urbana e rural, entendido este saber como aquele produzido nas relações sociais, inclusive na atividade científica;
7. condições para que se efetive a obrigatoriedade do acesso ao e da permanência do aluno no ensino básico, inclusive através da ampliação, conservação e melhoria da rede física, da atualização dos professores e outros profissionais do ensino, e do fornecimento de equipamento e material escolar necessários ao bom rendimento escolar;
8. que a língua portuguesa seja veicular, no que diz respeito à alfabetização bilingüe, considerando-se a diversidade étnica e lingüística do Brasil;
9. relações adequadas entre o número de alunos em sala de aula, o número de professores disponíveis e sua carga horária diária, de modo a atender às necessidades do processo de alfabetização;
10. formas de educação especializada para os deficientes físicos e mentais e para os indivíduos que apresentam condições excepcionais de aprendizagem;
11. a adoção do trabalho como princípio educativo, na segunda etapa do ensino básico, pautado numa concepção de educação politécnica que assuma como objetivos: conhecer os fundamentos da estrutura e da dinâmica da formação social brasileira e das políticas do Estado; dominar os fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna; conhecer o processo de produção em suas relações com a sociedade;
12. o dever do Estado em assegurar educação básica a jovens e adultos trabalhadores, através de diferentes modalidades adequadas às características desses jovens e adultos;
13. regime especial de trabalho para os alunos trabalhadores, assegurando-lhes a redução de sua jornada, sem prejuízo salarial; condições para estimular a permanência desses alunos na escola, inclusive pela redução do número de horas-aula diárias, acompanhada do correspondente aumento do número de anos letivos, e outras formas de apoio aos estudantes trabalhadores;

14. dispositivos que reconheçam a ação de instituições da sociedade civil na educação de jovens e adultos trabalhadores;
15. a organização da formação dos professores das crianças de 0 a 6 anos e das séries iniciais do ensino básico, de tal modo que ela seja preferencialmente realizada nos sistemas estaduais de educação;
16. planos de carreira docente, a nível nacional, que definam: a) padrões de formação, ingresso, progressão, remuneração, aposentadoria e outros direitos e deveres; b) concurso público para ingresso na carreira em todos os níveis de ensino no sistema oficial; c) concurso público de títulos e provas para acesso aos níveis finais do sistema público de ensino superior; d) adicional noturno compatível com a jornada neste período; e) formas de supervisão e controle desses planos, por parte dos órgãos competentes;
17. condições plenas para reciclagem e atualização permanente do magistério, inclusive mediante: a) criação de centros de estudos para professores; b) destinação de recursos financeiros para participação em cursos, congressos e atividades congêneres; c) fixação de período sabático, para fins de aperfeiçoamento profissional;
18. regime jurídico único e remuneração salarial isonômica mínima para os docentes, em cada nível de ensino e nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) em que atuam;
19. mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação necessária ao exercício profissional;
20. direito de sindicalização dos profissionais da educação, em todos os níveis, nos sistemas público e privado de ensino;
21. a destinação de verbas públicas para as escolas públicas, com os seguintes requisitos: a) percentual específico para a educação da criança de 0 a 6 anos; b) oferta de vagas suficientes para propiciar a toda a população o acesso à escolaridade completa de 19 grau; c) promoção da melhoria da qualidade do ensino público e das condições adequadas de formação, exercício e remuneração do magistério; d) dotações específicas para a educação básica de jovens e adultos trabalhadores;
22. normas e mecanismos para assegurar que a destinação excepcional de verbas públicas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, conforme o disposto na Constituinte, só venha a ocorrer quando as condições definidas no item anterior estiverem comprovadamente atendidas;
23. exigências no sentido de que os estabelecimentos de ensino comunitários, filantrópicos ou confessionais, que se credenciem a receber excepcionalmente verbas públicas: a) definam em seus estatutos, no caso de instituições de educação da criança de 0 a 6 anos, que sua finalidade é eminentemente educativa, e, no caso de instituições de 3º grau, que seus fins únicos são a pesquisa, o ensino e a extensão; b) possuam único estatuto para a mantenedora e para o estabelecimento de ensino; c) publiquem seus balanços financeiros, de modo a torná-los de domínio público; d) promovam a gestão democrática de seus recursos, com a participação de docentes, alunos, funcionários, pais e representantes das comunidades interessadas; e) submetam-se à supervisão e coordenação dos órgãos públicos competentes;
24. formas de gestão democrática nas instituições educacionais, garantindo, na concepção, execução e controle do processo administrativo, bem como na destinação e emprego das verbas, a participação efetiva de todos os segmentos sociais, em especial das camadas trabalhadoras;
25. como objetivos para o ensino superior: a) desenvolvimento das ciências e da tecnologia, das letras e das artes; b) formação de profissionais; c) elaboração e difusão do saber e da cultura, difusão esta aberta à participação ativa de todos, em especial das camadas trabalhadoras;
26. como funções da universidade: a pesquisa, o ensino e a extensão, sendo que a pesquisa é indissociável do ensino na instituição;
27. normas e mecanismos que garantam o princípio de autonomia das universidades, baseado em sua gestão democrática e traduzida nos seguintes componentes: a) autonomia econômico-financeira, inclusive patrimonial, observando-se que os orçamentos das universidades devem ser consignados sob a forma de dotação global e que sua elaboração é matéria interna às instituições; b) autonomia pedagógica e científica, que se traduza em liberdade para definição da estrutura curricular dos cursos oferecidos; c) autonomia para a escolha de dirigentes, em geral; d) autonomia para a gestão do pessoal;
28. a definição da avaliação no ensino superior como um processo próprio das instituições e como um instrumento para o estabelecimento de sua política, visando à melhoria da qualidade de suas funções;
29. normas e mecanismos que assegurem a presença da comunidade científica nas decisões dos órgãos de fomento à pesquisa;
30. instâncias legais de regulamentação do ensino e de acompanhamento das normas, de modo a garantir a participação de todos, incluindo professores, estudantes, funcionários, pais, entidades representativas da comunidade científica e, em especial, das camadas trabalhadoras;
31. critérios e condições para o exame dos pedidos de estatização de escolas comunitárias e filantrópicas;
32. mecanismos de controle e punição para o não cumprimento da lei, de tal forma que este controle possa ser exercido mediante recurso impetrado por qualquer cidadão.

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL	1
TEMA GERAL	
● Sessão de Abertura da XI Reunião Anual da ANPEd	3
● Relato sobre o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa da Escola Pública e Gratuita, proferido pela Profa. Isaura Belloni, na Sessão de Abertura da XI Reunião da ANPEd.	4
GRUPOS DE TRABALHO	
● Política de Ensino de 1º Grau	15
● Ensino de 2º Grau	16
● Política de Ensino Superior	18
● Educação e Movimentos Sociais no Campo	20
● Educação da Criança de 0 a 6 Anos	22
● Educação Popular	23
● Educação e Trabalho	25
● Metodologia Didática	27
● História da Educação	28
● Licenciatura	29
● Currículo	30
● Alfabetização	31
● Estado e Política Educacional no Brasil	33
● Coordenadores de Grupos de Trabalho	35
● Grupo de Estudos sobre "Sociedade e Educação na América Latina"	36
● Em Direção às Novas Bases e Diretrizes da Educação à Nível do 2º Grau	36
MESAS REDONDAS	
● Educação de Adultos	42
● Questões Atuais da Universidade	42
● Legislação e Criança	43
● Educação e Trabalho	44
● Formação do Educador	45
REUNIÕES DE COORDENADORES	48
● Comissão Sobre Doutorado	57
ASSEMBLÉIA GERAL	59
● Moções	60
● Carta dos Pós-Graduandos	65
● Documento Conclusivo da XI Reunião Anual Por Novas Bases e Diretrizes da Educação Nacional	66
ESPAÇO ANPEd	69
INFORME ANPEd	
● Projeto de Constituição: Avaliação e Perspectiva	70
● Projeto de Constituição Título VIII – Da Ordem Social Capítulo III – Da Educação, Da Cultura e Do Desporto	71
● V CBE: Relatório da Comissão Organizadora Nacional apresentado à Sessão Plenária de Encerramento	75
ANPEd NOTÍCIAS	77
ANEXOS	
● Comitê de Pesquisas e Eventos do Inep	80
● Relatório do Comitê Assessor do CNPq	84
● Carta-circular do Presidente da Comissão de Consultores da Área de Educação Junto à Capes	88

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Secretaria Geral: Rua Dr. Celestino, 74 – 2º andar – 24020 – Niterói/RJ – Tel.: (021) 717-4902

COMITÊ EDITORIAL: Osmar Fávero, Jésus de Alvarenga Bastos e José Silvério Bafa Horta

COLABORAÇÃO E APOIO: Marília Costa Cruz (FGV/IESAE)